

**CÂMARA DOS DEPUTADOS****TVR****N.º 302, DE 2024****(Do Poder Executivo)****MSC 714/2024****OF 774/2024**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.177, de 04 de agosto de 2023, que renova a permissão outorgada à Rádio Universal Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, Estado de Santa Catarina.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF APRECIÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 714

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.177, de 4 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2023, que renova, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à Rádio Universal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 30 de julho de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE

**LUIZ INACIO LULA DA SILVA**

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>





Brasília, 31 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10177, de 04 de agosto de 2023, publicada em 04/08/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/08/2023 | Edição: 164 | Seção: 1 | Página: 21

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.177, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 774/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.177, de 4 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2023, que renova, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à Rádio Universal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 31/07/2024, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5942178** e o código CRC **A0461ED8** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>		RADIO UNIVERSAL LTDA.	
<b>CNPJ:</b>	03.778.046/0001-24	<b>CEP da sede:</b>	88820-000
<b>Endereço da sede:</b>		RUA SETE DE SETEMBRO, Nº 260, SALA 202, CENTRO, IÇARA/SC	
<b>E-mail de contato:</b>		<a href="mailto:controladoria@radio105fm.net">controladoria@radio105fm.net</a>	
<b>Serviço a ser renovado:</b>	( ) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada ( ) em ondas curtas ( ) em ondas médias ( ) em ondas tropicais	
	( ) Radiodifusão de sons e imagens		
<b>Período da renovação:</b>		28/07/2020 A 28/07/2030	
<b>Localidade da renovação:</b>		<b>IÇARA</b>	<b>UF:</b> SC

Eu, **ALFREDO LANG**, inscrito no CPF sob o nº 053.790.080-20, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações abaixo e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

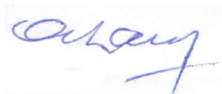
(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

1967;

- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**Içara, 10 de Dezembro de 2019.**



---

**Assinatura do representante legal**

ANEXO

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA**

*RELATIVOS À  
PESSOA  
JURÍDICA*

- (a) ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;
- (b) certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- (c) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;
- (d) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- (e) prova de inscrição no CNPJ;
- (f) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- (g) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- (h) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e
- (j) laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

MSA 1460  
BKM

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Francisco Anastácio Pires, 59, Bairro Trindade em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portadora da Carteira de Identidade nº 2 788 503 - SSP/SC, CPF/MF nº 888 628 879-49, e **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Francisco Anastácio Pires, 59, Bairro Trindade em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 3 093 310-2 - SSP/SC, CPF/MF nº 932 629 309-20

RESOLVEM POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO, CONSTITUIR UMA SOCIEDADE MERCANTIL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, QUE SE REGERÁ PELAS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE E PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade comercial adotará a denominação de **RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A Sociedade terá a sua sede na Av. Mauro Ramos, 512, sala, 11, Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.020-301, podendo abrir filiais, escritórios e agências em todo o País, sempre que assim lhe aprover e permitirem os Poderes Públicos

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas deste Instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A Sociedade terá por finalidade a instalação, execução e veiculação de serviços de radiodifusão de sons e imagens, quer em onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão(ões) outorgadas pelo Poder Público competente, de conformidade com a legislação específica Propaganda comercial e atividades correlatas. Imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral

**CLÁUSULA QUARTA:** Será por tempo indeterminado o prazo de duração da Sociedade, iniciando-se suas atividades na data de assinatura deste contrato, podendo extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da legislação vigente

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, no dia 31 (trinta e um) de dezembro, será elaborado um balanço geral e uma demonstração do resultado do exercício, sendo na época estes resultados destinados de acordo com a deliberação dos sócios

A.U. RPU





MSA  
BKM 1461

## CAPÍTULO II

### DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**CLÁUSULA QUINTA:** O capital social da sociedade é de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), divididos e representados por 100.000 (CEM MIL) quotas, todas nominativas, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada, ficando assim distribuídas entre os sócios

NOME DO SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR (R\$)	(%)
1. ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	90.000	90.000,00	90%
2. ANDREI NIVALDO VIEIRA	10.000	10.000,00	10%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A integralização do valor do capital social será feita em moeda corrente do País, sendo o equivalente a 05% (cinco por cento) integralizado no ato e o saldo restante a ser integralizado num prazo de 24 (vinte e quatro) meses

**CLÁUSULA SEXTA:** A responsabilidade dos sócios é considerada limitada ao valor do capital social

## CAPÍTULO III

### DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

**CLÁUSULA SÉTIMA:** As quotas representativas do capital social, indivisíveis, são inalienáveis e incaucionáveis a terceiros estranhos à sociedade sem que seja dado direito de preferência aos sócios que nela permanecerem, sendo-lhes assegurada tal preferência em igualdade de condições

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O sócio que desejar transferir suas quotas no todo ou em parte, deverá notificar por escrito os demais sócios, fornecendo o preço, forma e prazo do pagamento, para que estes, dentro de 90 (noventa) dias, exerçam o direito de preferência

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As quotas sociais e todos os direitos a elas inerentes são declarados impenhoráveis e não sujeitos à execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares

**CLÁUSULA OITAVA:** As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

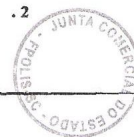
**CLÁUSULA NONA:** No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, continuando com os sócios remanescentes e os herdeiros do "de cujus", que se farão representar na sociedade por um dentre eles, aprovado por maioria simples pelos sócios quotistas

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A maioria dos sócios quotistas, inclusive com a participação do representante dos herdeiros, decidirá se aceitam ou não o ingresso na sociedade, dos demais herdeiros do sócio falecido

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em caso de não ingresso na Sociedade de herdeiro(s) do "de cujus", será efetuado um balanço dos haveres do sócio falecido, que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a apresentação, à sociedade, da autorização judicial para recebimento

AV RPV

. 2



ADP-00157



MSA 1462  
BKM

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios quotistas, este será excluído da Sociedade, mediante alteração contratual aprovada pela maioria dos sócios, sendo seus direitos e haveres apurados com base no valor patrimonial de suas quotas, levantando-se um balanço especial para esse fim, com base na data de evento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Ocorrendo a exclusão de qualquer um dos sócios, os quotistas remanescentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a exonerar o quotista que deixar a Sociedade, das garantias pessoais existentes, por ele prestadas em favor de obrigações contraídas pela Sociedade.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A Sociedade será administrada por um Diretor, neste ato designado o sócio quotista **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de representação ativa e passiva e os demais poderes de representação da Sociedade, gerenciando o seu funcionamento e o desenvolvimento das atividades sociais e administrativas, podendo para isso praticar todos os atos necessários para realização dos objetivos comuns, podendo ainda nomear procurador(es) com finalidades específicas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Sociedade terá obrigatoriamente e exclusivamente, na sua Administração, diretores e gerentes brasileiros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Diretor fica dispensado de prestar caução.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Pelo exercício da administração caberá ao Diretor uma retirada mensal a título de "pro-labore", cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios quotistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** É vedado ao Diretor o uso da denominação social em negócios alheios aos da Sociedade.

#### CAPÍTULO V

##### DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** As modificações do contrato social, cessão ou transferência de quotas dependerão de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** A Sociedade manterá os seus registros contábeis necessários, bem como todos os demais livros referentes à sua administração.

AV RPN



MSA 1463  
BKM

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:** A Sociedade se obriga a cumprir rigorosamente todas as normas, leis, regulamentos e instruções emanadas dos Poderes Públicos, vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** A Sociedade se obriga a ter em seu quadro de empregados pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:** A Sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão, a ter a sua diretoria ou gerência, aprovada pelo Poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que assegure imunidade parlamentar, nem exercer cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:** OS SÓCIOS DECLARAM QUE NÃO ESTÃO E NUNCA ESTIVERAM INCURSOS EM CRIMES QUE IMPEÇAM O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE MERCANTIL.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais

FLORIANÓPOLIS (SC), 06 de Abril de 2000


*Rosimar Petrelli Vieira*  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

*Andrei Nivaldo Vieira*  
ANDREI NIVALDO VIEIRA

Testemunhas  
*Nivaldo Laves da Costa*  
1. Nivaldo Laves da Costa  
R.G. nº 800 731 / SSP-DF

*Tânia Mara Amorim*  
2. Tânia Mara Amorim  
R.G. nº 1/R - 2.047 435 SSP/SC

Visto do Advogado:  
*João dos Santos Martins*  
Advogado  
OAB/SC 5293 CPF 223.890 159-34

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM 19/04/2000 SOB O NÚMERO 42 2 0281958 7 Protocolo 00/045218-1
	<i>Max Josef Reuss Strenzel</i> MAX JOSEF REUSS STRENZEL SECRETARIO GERAL



JUCESC 1131

**RADIO UNIVERSAL LTDA. ME**

**CNPJ/MF 03.778.046/0001-24**

**NIRE 42202819587**

**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17.12.1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000; e

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07.02.1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000.

Únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, e filial na Rua Marechal Candido Rondon, 1055-E, Bairro Presidente Medici, Chapecó SC CEP 89806-105, registrada na Jucesc sob o NIRE 42901030001e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0002-05, anteriormente qualificados, resolvem de comum e mútuo acordo, alterar as cláusulas do contrato social:

**Cláusula Primeira** - É admitido na sociedade o novo sócio **ALFREDO LANG**, brasileiro, natural da cidade de Getúlio Vargas/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 21.12.1943, Advogado e Jornalista, portador do CPF nº 053.790.080-20 e Cédula de Identidade nº 353.164 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Ponoé Scheffer, nº 152-D, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP.: 89812-160.

**Cláusula Segunda** - A sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, vende e transfere neste ato, parte de suas quotas de capital, num montante de 98.000 (noventa e oito mil) quotas, pelo preço certo e ajustado de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) ao novo sócio **ALFREDO LANG**, e



declara estar transferindo assim como dando e recebendo, junto ao cessionário, plena, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres a elas referentes na sociedade, para nada mais reclamar seja a que título for.

**Cláusula Terceira** - Em razão da venda de partes das quotas realizadas, a Cláusula Sexta, do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2013, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

“**Cláusula Sexta** - O capital social da sociedade é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente do País, assim dividido entre os sócios:

**I - ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** subscreve 82.000 (oitenta e duas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), que corresponde a 41% (quarenta e um por cento) do capital social.

**II - ANDREI NIVALDO VIEIRA**, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que corresponde a 10% (dez por cento) do capital social.

**III - ALFREDO LANG**, subscreve 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), que corresponde a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.”

**Cláusula Quarta** - A cláusula dezenove do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2013, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

“**Cláusula Dezenove** - A sociedade será administrada pelo sócio **ANDREI NIVALDO VIEIRA** e **ALFREDO LANG** com os poderes e atribuições de administrar **individualmente**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotista sem função na empresa.”

**Cláusula Quinta** - A cláusula Vinte do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2012, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

**"Cláusula Vinte** - Os administradores receberão um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta."

A vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

#### DA CONSOLIDAÇÃO

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17/12/1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000;

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07/02/1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000; e

**ALFREDO LANG**, brasileiro, natural da cidade de Getúlio Vargas/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 21.12.1943, Advogado e Jornalista, portador do CPF nº 053.790.080-20 e Cédula de Identidade nº 353.164 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Ponoé Scheffer, nº 152-D, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP.: 89812-160.

Únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24.

*Ass* *RR*





**Parágrafo Segundo:-** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**Cláusula Sexta** - O capital social é de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, já totalmente integralizados em moeda corrente do País, assim subscritas:

**III - ALFREDO LANG**, subscreve 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), que corresponde a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social

**Cláusula Sétima** - A responsabilidade de cada sócio quotista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Cláusula Oitava** - A quota social é indivisível em relação à sociedade.

iedade.  
 AL RR  
 Página 5 de 9

Aww



**Cláusula Nona** - As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

**Cláusula Dez** - As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados a mais de 10 (dez) anos ou de pessoa jurídica constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

**Parágrafo Único** - Pelo menos 70% (setenta por cento) das quotas deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**Cláusula Onze** - A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo Único:-** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados de operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**Cláusula Doze** - Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, cabendo aos herdeiros do(s) sócio(s) falecido(s) os direitos da legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá ao(s) sócio(s) remanescente a preferência na aquisição dos haveres e direitos

**Cláusula Treze** - A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**Cláusula Quatorze** - As quotas ou ações respectivas do capital social são inalienáveis e incalculáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, exceto a partido político e a sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exercer a 30% (trinta por cento) do capital social.

AL  
RAV

Página 6 de 9

And





**Cláusula Quinze** - As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros, após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

**Cláusula Dezesseis** - Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

**Cláusula Dezessete** - Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá assembleia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da art. 1081 da lei 10406/2002.

**Cláusula Dezoito** - Os haveres de sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço especial, obedecidas às determinações legais.

#### **CAPITULO IV** **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Dezenove** - A sociedade será administrada pelo sócio **ANDREI NIVALDO VIEIRA** e **ALFREDO LANG** com os poderes e atribuições de administrar **individualmente**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotista sem função na empresa.

**Cláusula Vinte** - Os administradores receberão um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta.

#### **CAPITULO V** **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**Cláusula Vinte e Um** - Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que

al  
Página 7 de 9  
RW  
Auc

detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**Cláusula Vinte e Dois** - As quotas não poderão ser cedidas a estranhos à sociedade sem o consentimento expresso e escrito aos demais sócios, bem como a autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e os sócios remanescentes terão sempre preferência na aquisição de quotas do sócio retirante.

#### **CAPITULO VI** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Vinte e Três** - A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Lei, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

**Cláusula Vinte e Quatro** - A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em Lei.

**Cláusula Vinte e Cinco** - Fica instituído como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o diário, o razão, atas da administração, livros atas das reuniões de sócios e presença de sócios, livro de atas da assembleia geral, além dos livros exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.

**Cláusula Vinte e Seis** - A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha nos casos legais, observadas as seguintes hipóteses: anulação de sua constituição; exaurida o fim social ou verificada a sua inexecutabilidade; o consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade de sócia não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.

**Cláusula Vinte e Sete** - Em todas as hipóteses de dissolução, a assembleia por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1102 e seguintes da lei 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatário.

ON

Amv

RR



JUCESC 1139

000000

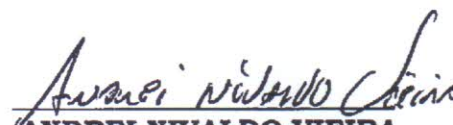
**Cláusula Vinte e Oito** - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Vinte e Nove** - Fica eleito o fórum da comarca de Içara/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e para uma só finalidade, a fim de serem encaminhadas à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para o competente registro e arquivamento.

Içara-SC, 29 de Novembro de 2013.

  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

  
ANDREI NIVALDO VIEIRA



  
ALFREDO LANG



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/04/2015 SOB Nº: 20157232450  
Protocolo: 15/723245-0, DE 23/04/2015  
Empresa: 42 2 0281958 7  
RADIO UNIVERSAL LTDA ME -

  
ANDRE LUIZ DE REZENDE  
SECRETÁRIO GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso II no Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 20157232450-270415 em 11 de MAIO de 2015 Fpolis,

Certifico que até a data presente:

- ☐ existe (m) ato(s) posterior(es) arquivados nesta Junta Comercial  
☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial  
☒ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

*[Assinatura]*  
Gerente de cadastro e Arquivo





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

<b>Nome Empresarial</b> RADIO UNIVERSAL LTDA <b>Natureza Jurídica:</b> SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
<b>Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)</b> 42 2 0281958-7	<b>CNPJ</b> 03.778.046/0001-24	<b>Data de Arquivamento do Ato Constitutivo</b> 19/04/2000	<b>Data de Início de Atividade</b> 06/04/2000
<b>Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)</b> RUA SETE DE SETEMBRO, 260-SALA 202, CENTRO, IÇARA, SC, 88.820-000			
<b>Objeto Social</b> INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO E VEICULAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, QUER EM ONDA MÉDIA, FREQUENCIA MODULADA, ONDA CURTA E ONDA TROPICAL, EM QUALQUER MODALIDADE E CLASSIFICAÇÃO, COM FINS EDUCACIONAIS, INFORMATIVOS, CÍVICOS E PATRIÓTICOS, SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL, MEDIANTE CONCESSÃO(ÕES) OU PERMISSÃO (ÕES) OUTORGADA(S) PELO PODER PÚBLICO COMPETENTE, DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PROPAGANDA COMERCIAL E ATIVIDADES CORRELATAS, IMPRIMIR E DISTRIBUIR PUBLICIDADE ESCRITA, SEM FINS LUCRATIVOS, APENAS DE CUNHO INFORMATIVO, DIRIGIDA AO PÚBLICO EM GERAL.			
<b>Capital: R\$</b> 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)  <b>Capital Integralizado: R\$</b> 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS)		<b>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)</b>  Microempresa	<b>Prazo de Duração</b>  Indeterminado
<b>Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato</b>			
<b>Nome/CPF ou CNPJ</b>	<b>Participação no capital(R\$)</b>	<b>Espécie de Sócio</b>	<b>Administrador</b>
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA 888.628.879-49	82.000,00	SOCIO	XXXXXXXXXX
ANDREI NIVALDO VIEIRA 932.629.309-20	20.000,00	SOCIO	Administrador XXXXXXXXXX
ALFREDO LANG 053.790.080-20	98.000,00	SOCIO	Administrador XXXXXXXXXX
<b>Último Arquivamento</b> Data: 27/04/2015 Ato: ALTERAÇÃO Evento(s): ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL) CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO			<b>Situação</b> REGISTRO ATIVO  <b>Status</b> XXXXXXXXXXXX
<b>Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela</b> 1 - NIRE: 42 9 0103000-1 CNPJ: 03.778.046/0002-05 <b>Endereço Completo (Logradouro, Nº e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)</b> RUA MARECHAL CANDIDO RONDON - E, 1055-E, PRESIDENTE MEDICI, CHAPECÓ, SC, 89.806-105, BRASIL			

Florianópolis - SC, segunda-feira, 9 de dezembro de 2019

Eu,  
Conferi e assino.

ARIASCO BORGES BARCEIROS  
Certisign - Autoridade Certificadora  
Certificado pelo Instituto Nacional de Tecnologia de Informática



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

Documento Assinado Digitalmente 09/12/2019  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)



**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2018**

Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	<b>1.649.296,13D</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>585.842,89D</b>
<b>DISPONIVEL</b>	<b>585.640,84D</b>
CAIXA	458.083,28D
<b>BANCOS C/MOVIMENTO</b>	<b>127.557,56D</b>
SICREDI - FILIAL	127.557,56D
<b>CREDITOS</b>	<b>202,05D</b>
<b>CREDITOS FISCAIS E TRIBUTARIOS</b>	<b>202,05D</b>
INSS	202,05D
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.063.453,24D</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>507,71D</b>
DEPOSITOS JUDICIAIS	507,71D
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>250,00D</b>
COTAS SICREDI - FILIAL	250,00D
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>6.055,53D</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>14.357,80D</b>
APARELHOS E EQUIPAMENTOS	11.904,30D
COMPUTADORES E PERIFERICOS	2.256,00D
SISTEMAS E PROGRAMAS	197,50D
<b>(-) DEPRECIACAO ACUMULADA</b>	<b>8.302,27C</b>
(-) APARELHOS E EQUIPAMENTOS	1.756,12C
(-) COMPUTADORES E PERIFERICOS	6.546,15C
<b>INTANGIVEL</b>	<b>1.056.640,00D</b>
DIREITOS DE USO E CONCESSÃO	1.055.750,00D
MARCAS E PATENTES	890,00D
<b>PASSIVO</b>	<b>1.649.296,13C</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>212.176,15C</b>
<b>OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>	<b>212.176,15C</b>
<b>FORNECEDORES</b>	<b>22.618,03C</b>
FORNECEDORES	22.618,03C
<b>FINANCIAMENTOS</b>	<b>108.602,90C</b>
BRABESCO	48.602,90C
RADIO LAURO MULLER	60.000,00C
<b>OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS</b>	<b>61.513,94C</b>
I.N.S.S	431,79C
F.G.T.S	23.328,38C
IMPOSTO DE RENDA	14.940,94C
CONTRIBUICAO SOCIAL	7.538,74C
COFINS	2.267,17C
PIS S/FATURAMENTO	491,22C
FGTS - FILIAL	3.923,37C
INSS FILIAL	8.251,88C
IR FONTE - FILIAL	340,45C
<b>FOLHAS DE PAGAMENTO</b>	<b>19.441,28C</b>
RETIRADAS PRO-LABORE	849,06C
SALARIOS E ORDENADOS	404,20C
SALARIOS E ORDENADOS FILIAL	18.188,02C
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>906.600,00C</b>
<b>FINANCIAMENTOS</b>	<b>906.600,00C</b>

ALFREDO LANG  
ADMINISTRADOR  
CPF: 053.790.080-20

ANDREI M CONSTANTINO  
Reg. no CRC - SC sob o No. 030406/O-4  
CPF: 031.803.079-94

Empresa: **RADIO UNIVERSAL LTDA**

C.N.P.J.: 03.778.046/0001-24

CONSOLIDADO

Balanco encerrado em: 31/12/2018

Folha:

0002

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2018**

Descrição	Saldo Atual
EMPRESTIMO FILIAL	652.500,00C
EMPRESTIMOS	254.100,00C
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>530.519,98C</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>200.000,00C</b>
CAPITAL	200.000,00C
<b>RESERVAS</b>	<b>330.519,98C</b>
RESERVAS DE LUCROS	330.519,98C




ALFREDO LANG  
ADMINISTRADOR  
CPF: 053.790.080-20




ANDREI M. CONSTANTINO  
Reg. no CRC - SC sob o No. 030406/O-4  
CPF: 031.803.079-94

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018

Descrição	Saldo	Soma	Total
<b>Receita Operacional</b>			
RENDAS DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	123.178,13		
RENDAS DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO FILIAL	694.573,38	<u>817.751,51</u>	<u>817.751,51</u>
<b>Deducoes</b>			
(-) IMPOSTOS S/SERVICOS			
PIS S/FATURAMENTO	(5.315,39)		
COFINS	(24.532,53)		
CONTRIBUICAO SOCIAL	(23.551,25)		
IMPOSTO DE RENDA	(39.985,62)	<u>(93.384,79)</u>	<u>(93.384,79)</u>
<b>Receita Líquida</b>			<u>724.366,72</u>
<b>Custos Mercadorias Vendidas</b>			
(-) CUSTOS DOS SERVICOS	(21.120,45)	<u>(21.120,45)</u>	<u>(21.120,45)</u>
<b>Lucro Bruto</b>			<u>703.246,27</u>
<b>Despesas Administrativas</b>			
DESPESAS MATRIZ	(52.629,26)		
DESPESAS FILIAL	(406.695,60)	<u>(459.324,86)</u>	<u>(459.324,86)</u>
<b>Despesas Financeiras</b>			
DESPESAS FINANCEIRAS	(17.804,72)	<u>(17.804,72)</u>	<u>(17.804,72)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>			
RECEITAS FINANCEIRAS	231,46	<u>231,46</u>	<u>231,46</u>
<b>Resultado operacional líquido</b>			<u>226.348,15</u>
<b>Resultado Antes do IR</b>			<u>226.348,15</u>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<u>226.348,15</u>

  
ALFREDO LANG  
ADMINISTRADOR  
CPF: 053.790.080-20

  
ANDREI M CONSTANTINO  
Reg. no CRC - SC sob o No. 030406/O-4  
CPF: 031.803.079-94





09/12/2019

**9658504**

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Içara

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 7038062****FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Içara, com distribuição anterior à data de 08/12/2019, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO UNIVERSAL LTDA., portador do CNPJ: 03.778.046/0001-24. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Içara, segunda-feira, 9 de dezembro de 2019.

**PEDIDO Nº:**

**9658504**

		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b>	
<b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.778.046/0001-24</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA <b>19/04/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>			
LOGRADOURO <b>R SETE DE SETEMBRO</b>	NÚMERO <b>260</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 202</b>	
CEP <b>88.820-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>ICARA</b>	UF <b>SC</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>parentecontabilidade@hotmail.com</b>		TELEFONE <b>(48) 3222-6447</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>25/02/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/12/2019** às **12:48:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO UNIVERSAL LTDA**  
**CNPJ: 03.778.046/0001-24**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 17:23:50 do dia 12/09/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/03/2020.

Código de controle da certidão: **6D2F.B18E.372A.7E7F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): RADIO UNIVERSAL LTDA  
CNPJ/CPF: 03.778.046/0001-24

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	190140133387429
Data de emissão:	02/12/2019 12:43:09
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	31/01/2020

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IÇARA**  
**GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**PARA VALIDAÇÃO DESTE DOCUMENTO ACESSE O SITE  
PREFEITURAMODERNA.COM.BR (MEU IPTU) E INFORME O Nº DA  
CERTIDÃO.**CERTIDÃO NEGATIVA****NÚMERO DE CONTROLE: 0049758****Informações do Contribuinte**

CÓDIGO <b>306769</b>	NOME DO CONTRIBUINTE <b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>	CPF / CNPJ <b>03.778.046/0001-24</b>	
ENDEREÇO <b>RUA SETE DE SETEMBRO</b>	NÚMERO <b>260</b>	COMPLEMENTO	BAIRRO <b>CENTRO</b>
NÚMERO CEP <b>88820000</b>	MUNICÍPIO - UF <b>IÇARA - SC</b>	APTO / SALA <b>202</b>	NOME EDIFÍCIO

**Informações do Requerente**

Nº DE DOCUMENTO <b>10646190962</b>	NOME DO REQUERENTE <b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>	FINALIDADE
	OBSERVAÇÕES	

**Data de Emissão: 29/11/2019 Hora de Emissão: 13:11:05****Validade: 27/02/2020**

CERTIFICAMOS que, ate a presente data, **NAO CONSTA** debito tributario para o cadastro acima descrito. Fica ressalvado o direito da fazenda municipal de cobrar debitos posteriormente constatados mesmo referentes ao periodo nesta certidao compreendido.

AVISO: CARO CONTRIBUINTE, ALERTAMOS SOBRE A POSSIBILIDADE DESSE IMÓVEL POSSUIR DÉBITOS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS A SER LANÇADO POSTERIORMENTE. FAVOR VERIFICAR JUNTO AO SETOR COMPETENTE A EXISTÊNCIA OU NÃO DE DÉBITOS, A FIM DE EVITAR ABORRECIMENTOS FUTUROS.

Nada mais havendo, o referido é verdade do que dou fé.

**IÇARA, 29 de Novembro de 2019**

[Menu Principal](#) ▼BOA TARDE  
CINTIA DE SOUZA WATERKEMPERSistemas  
InterativosBOLETO »» **Nada Consta** | [menu](#) [ajuda](#)

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO UNIVERSAL LTDA**CNPJ:** 03.778.046/0001-24

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:53:25 do dia 09/12/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 08/01/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

--

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.778.046/0001-24

**Razão Social:** RADIO UNIVERSAL LTDA

**Endereço:** R SETE DE SETEMBRO 260 SALA 202 / CENTRO / ICARA / SC / 88820-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/12/2019 a 05/01/2020

**Certificação Número:** 2019120702542236916773

Informação obtida em 09/12/2019 10:13:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

# LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA PARA RENOVAÇÃO DE OUTORGA

## IDENTIFICAÇÃO

### ENTIDADE

<b>Razão Social:</b>	RÁDIO UNIVERSAL LTDA.				
<b>CNPJ:</b>	03.778.046/0001-24				
<b>Endereço Sede:</b>	RUA SETE DE SETEMBRO, 260 – SALA 202				
<b>Município:</b>	IÇARA	<b>UF:</b>	SC	<b>CEP:</b>	88820-000
<b>E-mail contato:</b>	controladoria@radio105fm.net				

### EMISSORA

Serviço:	<input checked="" type="checkbox"/>	Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada						
	<input type="checkbox"/>	Radiodifusão de Sons e Imagens						
	<input type="checkbox"/>	Radiodifusão de Sons e Imagens com tecnologia digital						
Canal:	216		Classe:	C		Prefixo:	ZYV246	
Frequência (MHz): (*)	Vídeo (TV)				Áudio (FM/TV)		91,1 MHz	
Potência (kW) :	0,3 kW							
Localidade da Outorga:		IÇARA					UF:	SC

### PROFISSIONAL HABILITADO (VISTORIADOR)

Nome completo:	CHARLES ZUCCHETTI			
CREA nº:	104.144-D	UF:	RS	
E-mail de contato:	charles@sulradio.com.br			

(\*) – Não se aplica a TVD.



## VISTORIA TÉCNICA DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

### LOCALIZAÇÃO

<b>Endereço:</b>	RUA ANTÔNIO JOSÉ FELICIANO, 1320 – B. PRESIDENTE VARGAS										
<b>Município:</b>	ICARA	<b>UF:</b>	SC	<b>CEP:</b>	88820-000						
<b>Coordenadas Geográficas medidas</b>	Latitude :	28	°	40	'	51	,	10	"	S	(S/N)
	Longitude:	49	°	19	'	11	,	50	"	W	(L/O)

### CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

<b>Sistema Irradiante Principal:</b>	Fabricante:	FLORESTEL LTDA.									
	Modelo:	FBL-FM/78-2									
	Polarização:			Horizontal			Vertical	X	Circular		Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):	230°									
	Nº de elementos:	02 ELEMENTOS									
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):	47,0 m									
<b>Sistema Irradiante Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:										
	Modelo:										
	Polarização:			Horizontal			Vertical		Circular		Elíptica
	Azimute de orientação medido (°NV):										
	Nº de elementos:										
	Altura do Centro Geométrico em relação ao Solo (medida) (m):										
<b>Linha de Transmissão Principal:</b>	Fabricante:	KMP/RFS									
	Modelo:	LCF78-50A									
	Comprimento medido (m):	60,0 m									
<b>Linha de Transmissão Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:										
	Modelo:										
	Comprimento medido (m):										
<b>Transmissor Principal:</b>	Fabricante:	ELENOS S.R.L. BROADCASTING EQUIPMENT									
	Modelo:	ETG 1000									
	Homologação:	01180-03-0422									
	Potência de operação medida (kW):	0,149 kW									
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)			Áudio (FM/TV)	91.100.060 Hz					
<b>Transmissor Auxiliar: (se houver)</b>	Fabricante:										
	Modelo:										
	Homologação:										
	Potência de operação medida (kW):										
	Frequência medida (MHz): (*)	Video (TV)			Áudio (FM/TV)						

(\*) – Não se aplica a TVD.



### ESTÚDIO PRINCIPAL

<b>Endereço:</b>	AV. SETE DE SETEMBRO, 260 – SALA 202 - BAIRRO CENTRO		
<b>Município:</b>	ICARA	<b>UF:</b>	SC
		<b>CEP:</b>	88820-000

### ESTÚDIO AUXILIAR (SE HOVER)

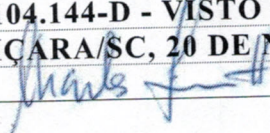
<b>Endereço:</b>		<b>UF:</b>	
<b>Município:</b>		<b>CEP:</b>	

### RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO UTILIZADOS

INSTRUMENTO	FABRICANTE	MODELO	Nº DE SÉRIE	PRECISÃO
Analizador de Espectro	Rohde & Schwarz	FSL 6	100249	-
Frequencímetro	Agilent (HP)	5385A	3242A08041	0,1 ppm
Wattímetro(thruline 1-5/8")	Bird	4712A (50 ohms)	13802	1 %
GPS	Trimble	GeoXM	4612456009	< 1,0 m
Multímetro	Fluke	87 V	97840040	0,7 %
Amperímetro Alicata	Minipa	ET-3802	ET380200310	1 %
Trena Laser Óptica	Disto Leica Geosystems	Leica Disto D5	391041248	± 1 mm
Atenuador Referência (50 dB)	JFW Industries Inc;	50DR-003	159799-9523	± 0,1 dB

### OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

### RESPONSÁVEL PELA VISTORIA

<b>Nome do Vistoriador:</b>	CHARLES ZUCCHETTI
<b>CREA/ RS Nº:</b>	104.144-D - VISTO SC: 130508-4
<b>Local / Data:</b>	ICARA/SC, 20 DE NOVEMBRO DE 2019
<b>Assinatura:</b>	



## ANEXOS

### DECLARAÇÕES

#### PROFISSIONAL HABILITADO

DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) as características técnicas da estação se encontram em conformidade com o autorizado pelo Poder Concedente;

(b) todas as informações deste laudo de vistoria técnica são verdadeiras, sendo obtidas pessoalmente por mim em vistoria realizada nas instalações da emissora no dia 20 / 11 / 2019;

(c) atesto o atendimento às normas técnicas vigentes que regulamentam o Serviço e que não há ocorrência de interferências prejudiciais em estações de radiodifusão e de telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.

Declaro, também, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis.

Local: IÇARA/SC

Data: 20 / 11 / 2019

Nome do Profissional Habilitado: CHARLES ZUCCHETTI

CREA/RS Nº: 104.144-D – VISTO SC: 130508-4

  
Assinatura do Profissional Habilitado

#### ENTIDADE

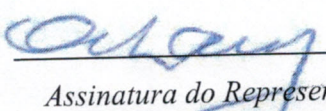
Declaro que o Sr. CHARLES ZUCCHETTI, esteve nesta cidade de IÇARA, no Estado de SANTA CATARINA, no dia 20/11/2019, vistoriando as instalações de nossa emissora de frequência.

Local: IÇARA/RS

Data: 20 / 11 / 2019

Nome do Representante Legal: Alfredo Lang

Cargo que exerce na Entidade: Sócio-Administrador

  
Assinatura do Representante Legal

#### ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

ART Nº 7225005-0.





# Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina

CREA-SC



## ART OBRA OU SERVIÇO

25 2019 7225005-0

Inicial  
Individual

### 1. Responsável Técnico

**CHARLES ZUCCHETTI**

Título Profissional: Engenheiro Eletricista

RNP: 2201894353

Registro: 130508-4-SC

Registro:

Empresa Contratada:

### 2. Dados do Contrato

Contratante: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.  
Endereço: RUA SETE DE SETEMBRO  
Complemento: SALA 202  
Cidade: ICARA  
Valor da Obra/Serviço/Contrato: R\$ 2.500,00  
Contrato: Celebrado em:

Honorários: R\$ 2.500,00  
Vinculado à ART:

Ação Institucional:  
Tipo de Contratante:

Bairro: CENTRO  
UF: SC

CPF/CNPJ: 03.778.046/0001-24  
Nº: 260

CEP: 88820-000

### 3. Dados Obra/Serviço

Proprietário: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.  
Endereço: AV. SETE DE SETEMBRO  
Complemento: SALA 202  
Cidade: ICARA  
Data de Início: 01/11/2019  
Finalidade: Comercial

Data de Término: 31/05/2020

Bairro: CENTRO  
UF: SC

Coordenadas Geográficas: -28.68086

-49.31986

CPF/CNPJ: 03.778.046/0001-24  
Nº: 260

CEP: 88820-000

Código:

### 4. Atividade Técnica

Laudo

Vistoria

**Sistema de radiodifusão**

Dimensão do Trabalho:

0,30

Quilowatt(s)

### 5. Observações

Laudo de Vistoria para Renovação de Outorga, de emissora de Radiodifusão Sonora em FM, canal 216, classe C.

### 6. Declarações

Acessibilidade: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) nesta ART não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

### 7. Entidade de Classe

SENGE/SC - 13

### 8. Informações

- A ART é válida somente após o pagamento da taxa.
- Situação do pagamento da taxa da ART em 05/12/2019: TAXA DA ART A PAGAR
- Valor ART: R\$ 85,96 | Data Vencimento: 16/12/2019 | Registrada em: 05/12/2019
- Valor Pago: | Data Pagamento: | Nosso Número: 14001904000485156
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-sc.org.br/art](http://www.crea-sc.org.br/art).
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.
- Esta ART está sujeita a verificações conforme disposto na Súmula 473 do STF, na Lei 9.784/99 e na Resolução 1.025/09 do CONFEA.

### 9. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima:

ICARA - SC, 05 de Dezembro de 2019

CHARLES ZUCCHETTI

761.725.110-68

Contratante: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.

03.778.046/0001-24



## Descrição de débitos

- PROFISSIONAL CHARLES ZUCCHETTI
- PROPRIETARIO RADIO UNIVERSAL LTDA
- LOCALIZACAO AV SETE DE SETEMBRO 260 SALA 202
- CIDADE ICARA SC

## Linha digitável

10490 51152 95001 190446 00048 515654 1 81050000008596

**CREA-SC****104-0**

## Recibo do Sacado

Cedente CREA-SC   Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64) Rodovia Admar Gonzaga, 2125 - Caixa Postal: 125 - CEP: 88034-001 - Itacorubi - Florianópolis / SC				Vencimento	16/12/2019
Nosso Número	140019040004851569	Número do Documento	472250050	Espécie Doc. GUIA	Data Documento 05/12/2019
Agência / Cod. Cedente		1011 / 051159-5			
(=) Valor Documento	85,96	(-) Deduções	(+) Acréscimos		(=) Valor Cobrado

Sacado  
CHARLES ZUCCHETTI (CPF 761.725.110-68)

Autenticação Mecânica

**CAIXA****104-0****10490.51152 95001.190446 00048.515654 1 81050000008596**

Local de Pagamento PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE					Vencimento	16/12/2019
Cedente CREA-SC   Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CNPJ 82.511.643/0001-64)					Agência / Cod. Cedente 1011 / 051159-5	
Data Documento	05/12/2019	Número do Documento	472250050	Espécie Doc. GUIA	Aceite N	Data Processamento 05/12/2019
Nosso Número		140019040004851569				
Uso do Banco	Carteira RG	Esp. Moeda R\$	Quantidade	Valor Moeda	(=) Valor Documento	
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):					85,96	
NUM. ART 7225005-0 PROFISSIONAL 130508-4  Data/Hora Geração Boleto: 05/12/2019 12:18:28					(-) Descontos	
					(-) Outras Deduções	
					(+) Mora / Multa	
					(+) Outros Acréscimos	
					(=) Valor Cobrado	

Sacado  
CHARLES ZUCCHETTI (CPF 761.725.110-68)  
RUA JOAO ABBOTT 503 - SALA 302 PETROP - PORTO ALEGRE - RS CEP: 90460150

Sacador/Avalista

Ficha de Compensação  
Autenticação Mecânica





Comprovante de Pagamento de Titulo

Cooperado Unicred, utilize o Débito Automático para pagamento de suas contas



BOA NOITE  
Marina Silva CamargosSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SC

Município: Içara

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
RADIO DIFUSORA DE ICARA LTDA	Içara	12/02/2002	
RADIO UNIVERSAL LTDA	Içara	28/07/2020	

Usuário: **marinasc.mc - Marina Silva Camargos**Data: **05/11/2020**Hora: **18:48:04**Registro **1** até **2** de **2** registrosPágina: [1] [Ir]  [Reg] 

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

Dados da Entidade

CNPJ

03778046000124

Buscar

Clique [AQUI](#) para Editar os dados da Entidade.

Nome Entidade

RADIO UNIVERSAL LTDA

Nome Fantasia

DDD

Telefone

Email para Contato

Tipo Usuário

Integral

Tipo Orgão

Adm Privada

Responsável Técnico

CPF

Buscar

Nome Responsável

E-mail

Dados da Outorga

Serviço

FM

Carater

Primário

Fistel

50406044406

Pasta Cadastral

14294

SCRAD Técnico

14293

Validade da Radiofrequência

28/07/2020

Finalidade

Comercial

Informações do documento da Outorga



Endereço Correspondência

CEP

Buscar

Logradouro

Número

Complemento

Bairro

UF

Selecione

▼

Município

Selecione

▼

Endereço da Sede

Logradouro

Número

Complemento

CEP

Bairro

Município

Içara

▼

UF

SC

▼

Horário de funcionamento

	Dia início	Dia fim	Hora início	Hora fim
<div><div></div></div>				

← Fechar

↗ Enviar

↗ Validação



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 03.778.046/0001-24

## RADIO UNIVERSAL LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	053.790.080-20	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ANDREI NIVALDO VIEIRA	932.629.309-20	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	888.628.879-49	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: marinasc.mc - Marina Silva Camargos

Data: 05/11/2020

Hora: 18:52:49



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 053.790.080-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	<u>053.790.080-20</u>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<u>03.778.046/0001-24</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<u>03.778.046/0001-24</u>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<u>03.778.046/0001-24</u>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<u>03.778.046/0001-24</u>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: **marinasc.mc - Marina Silva Camargos**Data: **05/11/2020**Hora: **18:53:19**



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 932.629.309-20

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREI NIVALDO VIEIRA	<a href="#">932.629.309-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [marinasc.mc](#) - Marina Silva Camargos

Data: 05/11/2020

Hora: 18:53:42



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 888.628.879-49

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	<a href="#">888.628.879-49</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Chapecó
		TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Chapecó

Usuário: [marinasc.mc](#) - Marina Silva Camargos

Data: 05/11/2020

Hora: 18:53:56



Dados da consulta

Resultado

## Quantidade de Outorgas de Radiodifusão

Tipo de  
comparação:☐

Exata

☐

Iniciando com

☒

Contendo



Nome da Entidade:

CNPJ/CPF da  
Entidade:

## Resultado da Pesquisa

CNPJ/CPF

[03.778.046/0001-24](#)

Nome da Entidade

RADIO UNIVERSAL LTDA

Tipo da Sociedade

Limitada

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1]

[Ir]

[Reg]


[Para maiores informações clique no botão ajuda.](#)

Voltar

Confirmar


Ajuda





BOA NOITE  
Marina Silva Camargos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Quantidade de Outorgas de Radiodifusão | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Quantidade de Outorgas de Radiodifusão - RADIO UNIVERSAL LTDA

CNPJ / CPF	NOME	UF	Quantidade
03.778.046/0001-24	RADIO UNIVERSAL LTDA	SC	2


Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar


Imprimir

Exportar Excel



BOA NOITE  
Marina Silva Camargos

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Quantidade de Outorgas de Radiodifusão | internet | teia | menu | ajuda

Listagem de Outorgas de Radiodifusão - RADIO UNIVERSAL LTDA

UF	Município	Serviço	Canal
SC	Chapecó	230	283
SC	Içara	230	216

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Voltar

Imprimir

Exportar Excel



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO UNIVERSAL LTDA**

**CNPJ:**           **03.778.046/0001-24**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:57:11 do dia 05/11/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/12/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## DESPACHO

**Assunto: Laudo Técnico apresentado.**

**Processo nº:** 01250.063841/2019-67

1. Tendo em vista a apresentação do Laudo de Vistoria Técnica (evento SEI nº4959635), pela RÁDIO UNIVERSAL LTDA., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina, bem como, a publicação e vigência do Decreto nº 10.405/2020, que altera o RSR, Decreto nº 52.795/1963, e revoga expressamente o inciso X, do art. 113, encaminho os autos à Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares - COESA, para a adoção das providências cabíveis.

2. Após, solicito a restituição dos autos à Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial (CORRC), para o prosseguimento da análise.

Atenciosamente,

Brasília, 05 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marina Silva Camargos, Chefe do Serviço de Renovação de Radiodifusão Comercial**, em 05/11/2020, às 20:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6049205** e o código CRC **3306A8A5**.

### Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 5298/2020/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº: 01250.063841/2019-67**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO UNIVERSAL LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Içara/SC, referente ao seguinte período: 28/07/2020 a 28/07/2030.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. declaração, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

a) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

3.2. **todas** as alterações, registradas ou arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; e

3.3. certidão emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o histórico **detalhado** de todos os atos arquivados pela Entidade;

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 01/12/2020, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6049208** e o código CRC **B32920DE**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 2027-6464

OFÍCIO Nº 7912/2020/MCOM

Brasília, 05 de novembro de 2020.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ Nº 03.778.046/0001-24)  
Rua Sete de Setembro, Nº 260, Sala 202, Centro  
88820 000 Içara/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.063841/2019-67.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 5298/2020/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 01/12/2020, às 14:11 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6049209** e o código CRC **2090118E**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares

**DESPACHO**

**Processo nº: 01250.063841/2019-67**

**Interessado: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**Assunto: Renovação de outorga.**

Senhor(a) Coordenador(a) de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial,

Considerando:

- a) O laudo de vistoria, para fins de renovação da outorga, apresentado pela Interessada no bojo destes autos (evento SEI nº4959635), por conduto da exigência contida no art. 113, inciso X, do Decreto nº 52.795/1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR;
- b) O início da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que altera o RSR, o qual revoga expressamente o citado inciso X;
- c) Que a superveniência da norma revogadora prejudica a análise do laudo de vistoria em questão, inexistindo, assim, providência a ser adotada por engenheiros desta Pasta.

Restituo os presentes autos, para análise e providências decorrentes com vistas ao prosseguimento do pleito renovatório.

Brasília, 06 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Abud Filho, Coordenador de Engenharia de Radiodifusão e Serviços Ancilares**, em 10/12/2020, às 18:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6050021** e o código CRC **D7BD9D1D**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**Data de Envio:**

03/12/2020 12:01:11

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mtic.gov.br>

**Para:**

parentecontabilidade@hotmail.com  
gilosso@radio105fm.net  
financeiro@radio102fm.com.br  
amandafinanceiro@radio105fm.net  
financeiro@radio105fm.net

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial ministério das comunicações;

**Mensagem:**

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 01250.063841/2019-67

INTERESSADA: -RÁDIO UNIVERSAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_6049209.html  
Nota\_Tecnica\_6049208.html

MSA 1460  
BKM

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL**

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Francisco Anastácio Pires, 59, Barro Trindade em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portadora da Carteira de Identidade nº 2 788 503 - SSP/SC, CPF/MF nº 888 628 879-49, e **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Francisco Anastácio Pires, 59, Barro Trindade em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 3 093 310-2 - SSP/SC, CPF/MF nº 932 629 309-20

RESOLVEM POR ESTE INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO, CONSTITUIR UMA SOCIEDADE MERCANTIL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, QUE SE REGERÁ PELAS DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE E PELAS CLÁUSULAS SEGUINTE

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade comercial adotará a denominação de **RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A Sociedade terá a sua sede na Av. Mauro Ramos, 512, sala, 11, Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.020-301, podendo abrir filiais, escritórios e agências em todo o País, sempre que assim lhe aprover e permitirem os Poderes Públicos

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas deste Instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A Sociedade terá por finalidade a instalação, execução e veiculação de serviços de radiodifusão de sons e imagens, quer em onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrocínios, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão(ões) outorgadas pelo Poder Público competente, de conformidade com a legislação específica Propaganda comercial e atividades correlatas Imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral

**CLÁUSULA QUARTA:** Será por tempo indeterminado o prazo de duração da Sociedade, iniciando-se suas atividades na data de assinatura deste contrato, podendo extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, observando-se, quando de sua dissolução, os preceitos da legislação vigente

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, no dia 31 (trinta e um) de dezembro, será elaborado um balanço geral e uma demonstração do resultado do exercício, sendo na época estes resultados destinados de acordo com a deliberação dos sócios

A.U. RPV



MSA  
BKM 1461

## CAPÍTULO II

### DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**CLÁUSULA QUINTA:** O capital social da sociedade é de R\$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), dividido e representado por 100.000 (CEM MIL) quotas, todas nominativas, no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada, ficando assim distribuídas entre os sócios

NOME DO SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR (R\$)	(%)
1. ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	90.000	90.000,00	90%
2. ANDREI NIVALDO VIEIRA	10.000	10.000,00	10%
TOTAL	100.000	100.000,00	100%

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A integralização do valor do capital social será feita em moeda corrente do País, sendo o equivalente a 05% (cinco por cento) integralizado no ato e o saldo restante a ser integralizado num prazo de 24 (vinte e quatro) meses

**CLÁUSULA SEXTA:** A responsabilidade dos sócios é considerada limitada ao valor do capital social

## CAPÍTULO III

### DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

**CLÁUSULA SÉTIMA:** As quotas representativas do capital social, indivisíveis, são inalienáveis e intransmissíveis a terceiros estranhos à sociedade sem que seja dado direito de preferência aos sócios que nela permanecerem, sendo-lhes assegurada tal preferência em igualdade de condições

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O sócio que desejar transferir suas quotas no todo ou em parte, deverá notificar por escrito os demais sócios, fornecendo o preço, forma e prazo do pagamento, para que estes, dentro de 90 (noventa) dias, exerçam o direito de preferência

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As quotas sociais e todos os direitos a elas inerentes são declarados penhoráveis e não sujeitos à execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares

**CLÁUSULA OITAVA:** As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida

**CLÁUSULA NONA:** No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, continuando com os sócios remanescentes e os herdeiros do "de cujus", que se farão representar na sociedade por um dentre eles, aprovado por maioria simples pelos sócios quotistas

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A maioria dos sócios quotistas, inclusive com a participação do representante dos herdeiros, decidirá se aceitam ou não o ingresso na sociedade, dos demais herdeiros do sócio falecido

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em caso de não ingresso na Sociedade de herdeiro(s) do "de cujus", será efetuado um balanço dos haveres do sócio falecido, que serão pagos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a apresentação, à sociedade, da autorização judicial para recebimento

AJ RPV



MSA 1462  
BKM

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios quotistas, este será excluído da Sociedade, mediante alteração contratual aprovada pela maioria dos sócios, sendo seus direitos e haveres apurados com base no valor patrimonial de suas quotas, levantando-se um balanço especial para esse fim, com base na data de evento.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Ocorrendo a exclusão de qualquer um dos sócios, os quotistas remanescentes obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a exonerar o quotista que deixar a Sociedade, das garantias pessoais existentes, por ele prestadas em favor de obrigações contraídas pela Sociedade.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A Sociedade será administrada por um Diretor, neste ato designado o sócio quotista **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de representação ativa e passiva e os demais poderes de representação da Sociedade, gerindo o seu funcionamento e o desenvolvimento das atividades sociais e administrativas, podendo para isso praticar todos os atos necessários para realização dos objetivos comuns, podendo ainda nomear procurador(es) com finalidades específicas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Sociedade terá obrigatoriamente e exclusivamente, na sua Administração, diretores e gerentes brasileiros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Diretor fica dispensado de prestar caução.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Pelo exercício da administração caberá ao Diretor uma remuneração mensal a título de "pro-labore", cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios quotistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** É vedado ao Diretor o uso da denominação social em negócios alheios aos da Sociedade.

#### CAPÍTULO V

##### DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** As modificações do contrato social, cessão ou transferência de quotas dependerão de prévia autorização do Ministério das Comunicações.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** A Sociedade manterá os seus registros contábeis necessários, bem como todos os demais livros referentes à sua administração.

AV RPN



MSA 1463  
BKM

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:** A Sociedade se obriga a cumprir rigorosamente todas as normas, leis, regulamentos e instruções emanadas dos Poderes Públicos, vigentes ou que venham a vigorar, referentes à execução dos serviços de radiodifusão

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** A Sociedade se obriga a ter em seu quadro de empregados pelo menos 2/3 (dos terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:** A Sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para o serviço de radiodifusão, a ter a sua diretoria ou gerência, aprovada pelo Poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que assegure imunidade parlamentar, nem exercer cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:** OS SÓCIOS DECLARAM QUE NÃO ESTÃO E NUNCA ESTIVERAM INCURSOS EM CRIMES QUE IMPEÇAM O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE MERCANTIL.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais

FLORIANÓPOLIS (SC), 06 de Abril de 2000


*Rosimar Petrelli Vieira*  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

*Andrei Nivaldo Vieira*  
ANDREI NIVALDO VIEIRA

*Testemunhas*  
1 *Nivaldo Lacerda da Costa*  
R.G. nº 800 733 / SSP-DF

2 *Tânia Mara Antoon*  
R.G. nº 1/R - 2047 435 SSP/SC

*Visto do Advogado:*  
*Adriano dos Santos Martins*  
Advogado  
OAB/SC 2193 - CPF 223.890.199-34

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
	CERTIFICO O REGISTRO EM 19/04/2000	
SOB O NÚMERO		
42 2 0281958 7		
<i>Max Josef Reuss Strenzel</i>		
MAX JOSEF REUSS STRENZEL		
SECRETARIO GERAL		
Protocolo 00/045218-1		





MSA 1457  
BKM

INSTRUMENTO PARTICULAR DA 1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE  
COMERCIAL RÁDIO TOP LTDA.

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Francisco Anastácio Pires, 59, Bairro Trindade em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portadora da Carteira de Identidade nº 2 788 503 – SSP/SC, CPF/MF nº 888 628 879-49, e ANDREI NIVALDO VIEIRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Francisco Anastácio Pires, 59, Bairro Trindade em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 3 093 310-2 – SSP/SC, CPF/MF nº 932 629 309-20 únicos sócios quotistas da sociedade mercantil, por quotas de responsabilidade limitada, que gira sob a denominação da RÁDIO UNIVERSAL LTDA., com sede na Av. Mauro Rampos, nº 512, sala 11, Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03 778 046/0001-24, com Contrato Social registrado e arquivado na JUCESC sob o nº 42202819587, em 19 04 2000, resolvem por este instrumento, procederem a alteração do referido Contrato Social, com o a seguir se contrata

**I – DO AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL  
E INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O capital social que é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), parcialmente integralizado e dividido em 100.000 (cem mil quotas) no valor de R\$ 1,00 (hum real), passa a ser de R\$ 200 000,00 (duzentos mil reais), com o aumento de R\$ 100 000,00 (cem mil reais) divididos em em 100.000 (cem mil) novas quotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada quota, e, subscritas em nome dos sócios, de forma proporcional a participação de cada um, ou seja:

NOME DO SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR (R\$)	(%)
1 ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	90 000	90 000,00	90%
2 ANDREI NIVALDO VIEIRA	10 000	10 000,00	10%
TOTAL	100.000	100 000,00	100%

An.V

RPV

. 1





1458

**Parágrafo Único:** A sócia quotista, Rosimar Petrelli Vieira, neste ato integraliza, em moeda corrente, o valor de R\$ 16 000,00 (dezesseis mil reais) por conta de suas quotas de participação na sociedade.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** - O capital social que doravante passa a ser de R\$ 200 000,00 (duzentos mil reais), representados por 200 000 (duzentas mil) quotas, todas nominativas e parcialmente integralizadas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, fica assim distribuído entre os sócios quotistas

NOME DO SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR (R\$)	(%)
3 ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	180 000	180 000,00	90%
4 ANDREI NIVALDO VIEIRA	20 000	20 000,00	10%
<b>TOTAL</b>	<b>200 000</b>	<b>200.000,00</b>	<b>100%</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais

FLORIANÓPOLIS (SC), 16 de Junho de 2000


*Rosimar Petrelli Vieira*  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

*Andrei Nivaldo Vieira*  
ANDREI NIVALDO VIEIRA

**Testemunhas**  
*Nivalda Lavres da Costa*  
1 Nivalda Lavres da Costa  
R.G. nº 800 731 / SSP-DF

*Tânia Mara Amonim*  
2 Tânia Mara Amonim  
R.G. nº 1/R - 2.047 435 SSP/SC

**Visto do Advogado**  
*João dos Santos Martins*  
João dos Santos Martins  
Advogado  
OAB/SC 5289 - CPF 223.690.159-04

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/06/2000	
SOB O NÚMERO	20 0 0067892 9
Protocolo	00/067892-9
 MAX JOSEF REUSS STRENZEL SECRETARIO GERAL	

MSA 1454  
BKM

INSTRUMENTO PARTICULAR DA 2ª (SEGUNDA) ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA  
SOCIEDADE COMERCIAL RÁDIO UNIVERSAL LTDA.

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**2ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na Rua Roseno Joaquim Sagaz, s/nº, Palmas, Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, portadora da Carteira de Identidade nº 2 788 503 – SSP/SC, CPF/MF nº 888 628 879-49, e ANDREI NIVALDO VIEIRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Roseno Joaquim Sagaz, s/nº, Palmas, Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, portador da Carteira de Identidade nº 3 093 310-2 – SSP/SC, CPF/MF nº 932 629 309-20, únicos sócios quotistas da sociedade mercantil, por quotas de responsabilidade limitada, que gira sob a denominação da **RÁDIO UNIVERSAL LTDA**, com sede na Av Mauro Ramos, nº 512, sala 11, Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.778.046/0001-24, com Contrato Social registrado e arquivado na JUCESC sob o nº 42202819587, em 19 04 2000, 1ª alteração contratual sob o nº 2000067892-9, em 23 06 2000, resolvem por este instrumento, procederem a alteração do referido Contrato Social, como a seguir se contrata

**I – DA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Neste ato a sócia cotista ROSIMAR PETRELLI VIEIRA, integraliza, em moeda corrente, a quantia de R\$ 20 000,00 (vinte mil reais) por conta de suas quotas de participação na sociedade

RPU  
RPU  
AND



MSA 1455  
BKM

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Os sócios cotistas, neste ato, resolvem prorrogar por mais 24 meses o prazo para a integralização total do capital social

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo como bom, firme e valioso para todos os efeitos legais

*Florianópolis (SC), 27 de Março de 2002.*

*Rosimar Petrelli Vieira*  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

*Andrei Nivaldo Vieira*  
ANDREI NIVALDO VIEIRA


Testemunhas

1 *Nivaldina Tavares Leite*  
Nivaldina Tavares Leite  
R.G. nº 800 731 / SSP-DF

2 *Tânia Mara Amorim*  
Tânia Mara Amorim  
R.G. nº 1/R - 2.047 435 SSP/SC

Visto do Advogado

*João dos Santos Martins*  
João dos Santos Martins  
Advogado  
OAB/SC nº 93 CPF 223.090.158-34

	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2002 SOB Nº 20020653506 Protocolo 02/065350 6 Empresa 42 2 0281958 7 RADIO UNIVERSAL LTDA
	<i>Max Josef Reuss Strenzel</i> MAX JOSEF REUSS STRENZEL SECRETARIO GERAL



BKM0780

TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA:

RÁDIO UNIVERSAL LTDA.

RÁDIO UNIVERSAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro à Av. Mauro Ramos nº 512 sala 11 – CEP 88020-301 - Centro – Florianópolis - SC, registrada no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, com registro na JUCESC nº 42202819587 em 19/04/2000 e última alteração sob nº 20020653506 em 04.04.2002, por seus sócios:

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA, brasileira, natural de Cascavel – PR, casada pelo regime de Comunhão Total de Bens, comerciante, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos - SC, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5 – SSP/SC e CPF nº 888.628.879-49,

ANDREI NIVALDO VIEIRA, brasileiro, natural de Florianópolis – SC, casado pelo regime de Comunhão Total de Bens, empresário, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portador da Carteira de Identidade nº 3.093.310 SSP/SC, e CPF nº 932.626.309-20

01 – Prorrogar o prazo de integralização do capital social de 24 (vinte e quatro) meses a partir de 27.03.2002 para até 36 (trinta e seis) meses a partir de 01.09.2003.

Tendo em consideração a necessidade de adaptar as disposições contratuais ao novo regime das sociedades limitadas estabelecido pela Lei 10.604/02, o novo Código Civil, os sócios resolvem alterar e consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se as disposições anteriores:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Primeira : A sociedade girará sob a denominação social de RADIO UNIVERSAL LTDA.

Cláusula Segunda : A sociedade terá a sua sede na Avenida Mauro Ramos nº 512 sala 11 - CEP 88020-301 – Centro – Florianópolis - SC, podendo abrir filiais, escritório e agência em todo o País, sempre que assim lhe convier e permitirem os Poderes Públicos.

RPV 4: 1  
A. V.  
FUNTA COMERCIAL  
FLORIANÓPOLIS - SC



BKM0781

**Cláusula Terceira:** A sociedade terá por finalidade a instalação, ~~execução~~ <sup>prestação</sup> e manutenção de serviço de radiodifusão de sons e imagens, quer onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão (ões) ou permissão (ões) outorgada (s) pelo Poder Público competente, de conformidade com a legislação específica. Propaganda comercial e atividades correlatas. Imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.

**Cláusula Quarta:** Será por tempo indeterminado o prazo de duração da sociedade, que iniciou suas atividades na data de 06.04.2000 e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando de sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.

**Cláusula Quinta:** O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, no dia 31 (trinta e um) de dezembro, será elaborado um balanço geral e uma demonstração do resultado do exercício.

**Parágrafo Primeiro** - Na verificação de lucros, os mesmos serão distribuídos entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuem, ou permanecerão suspensos até posterior deliberação dos sócios.

**Parágrafo Segundo** - Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros.

**Parágrafo Terceiro** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

## CAPÍTULO II

### DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**Cláusula Sexta:** O capital social da sociedade é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido e representados por 200.000 (duzentas mil) quotas, todas nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, estando assim distribuídas entre os sócios:

Nome do Sócio	Número de quotas	Valor em R\$	%
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	180.000.000	R\$ 180.000,00	90,00 %
ANDREI NIVALDO VIEIRA	20.000.000	R\$ 20.000,00	10,00 %
TOTAL	200.000.000	R\$ 200.000,00	100,00 %

**Parágrafo Único:** A integralização do valor do capital social será feita em moeda corrente do País, sendo:

R\$ 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais) já integralizados até a presente data e R\$ 157.800,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais) a ser integralizado no prazo de até 36 (trinta e seis) meses a partir de 01.09.2003.

RPV



BKM 0782

**Cláusula Sétima:** a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### CAPITULO III

#### DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

**Cláusula Oitava:** As quotas representativas do capital social, indivisíveis, são inalienáveis incaucionáveis a terceiros estranhos à sociedade sem que seja dado direito de preferência aos sócios que nela permanecem, sendo - lhe assegurada tal preferência .

**Parágrafo Primeiro :** O sócio que deseja transferir sua quotas no todo ou em parte deverá notificar por escrito os demais sócios, fornecendo o preço, forma e prazo do pagamento, para que estes, dentro de 90 (noventa) dia, exerçam o direito de preferência.

**Parágrafo Segundo:** As quotas sociais e todos os direitos a elas inerentes são declaradas impenhoráveis e não sujeito à execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares.

**Cláusula Nona:** As quotas da sociedade serão sempre subscrita por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

**Cláusula Décima:** No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, continuando com os sócios remanescente e os herdeiros do "de cujus", que se farão representar na sociedade na sociedade por dentre eles, aprovado por maioria simples pelo sócios quotistas.

**Parágrafo Primeiro:** A maioria dos sócios quotistas, inclusive com a participação do representante dos herdeiros , decidirá se aceitam ou não ingresso na sociedade, dos demais herdeiros do sócio falecido.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de não ingresso na sociedade de herdeiro(s) do "de cujus", será efetuados um balanço dos haveres do sócio falecido, sendo pagos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a apresentação, à sociedade, da autorização judicial para recebimento.

**Cláusula Décima Primeira:** Ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios quotistas, este será excluído da sociedade, mediante alteração contratual aprovada pelo sócios quotista que detém a maioria do capital social, sendo seus direitos e haveres apurados com base no valor patrimonial de suas quotas, levantando-se um balanço especial para esse fim, com base na data do evento.

**Cláusula Décima Segunda:** Ocorrendo a exclusão de qualquer um dos sócios, os quotista remanescentes obrigam-se em caráter irrevogável e irretratável, a exonerar o quotista que deixar a sociedade, das garantias pessoais existentes, por eles prestadas em favor de obrigações contraídas pela sociedade.

RPV

3: A. J.



BKM0783

#### CAPITULO IV

10050

##### DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula Décima Terceira:** A sociedade será administrada por 01 (um) Diretor, sócios ou não, neste ato designado o sócio quotista **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de representação ativa e passiva e os demais poderes de representação da sociedade, gerenciando o seu funcionamento e o desenvolvimento das atividades sociais e administrativas, podendo para isso praticar todos os atos necessários para a realização dos objetivos comuns, podendo ainda nomear procurado (es) com finalidades específicas.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade terá obrigatoriamente e exclusivamente, na sua administração, diretores e gerentes brasileiros.

**Parágrafo Segundo:** O diretor fica dispensado de prestar caução.

**Cláusula Décima Quarta:** Pelo exercício da administração caberá ao Diretor uma retirada mensal a título de "pró-labore", cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios quotista.

**Cláusula Décima Quinta:** É vedado aos Diretores o uso da denominação social, em negócio alheios da sociedade.

#### CAPITULO V

##### DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**Cláusula Décima Sexta:** Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50 % ( cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**Cláusula Décima Sétima:** As modificações do contrato social, cessão ou transferência de quotas dependerão de prévio autorização do Ministério das Comunicações.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÃO FINAIS

**Cláusula Décima Oitava:** A sociedade manterá os seus registros contábeis necessários bem como os demais livros referentes à sua administração.

**Cláusula Décima Nona:** A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente todas as normas, leis, regulamentos e instruções emanadas dos Poderes Públicos, vigentes ou que venham a vigorar, referente à execução dos serviços de radiodifusão.

RPV

A.V.

q:

A



BKM0784

**Cláusula Vigésima:** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de empregados pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**Cláusula Vigésima Primeira:** A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão Ter mandato eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**Cláusula Vigésima Segunda:** Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Vigésima Terceira:** Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas deste Instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem todos de pleno e comum acordo é que firmam este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo com bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.

Florianópolis - SC, 01 de Setembro de 2003

*Rosimar Petrelli Vieira*  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

*Andrei Nivaldo Vieira*  
ANDREI NIVALDO VIEIRA

Testemunhas:

*Ivo Roque Rodrigues*  
IVO ROQUE RODRIGUES  
CPF 056.871.369-91  
CI. 1/R 275.503 SSP/SC

*Zilda Esol Peres*  
ZILDA ESOL PERES  
CPF 656.473.519-72  
CI 1.818.807-9 SSP/SC



	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/10/2003 SOB Nº: 20032354950 Protocolo: 03/235495-9 Impressão: 42 2 0281958 7 BASTO UNIVERSAL LITHA	<i>Fabiana Everling de Freitas</i> FABIANA EVERLING DE FREITAS SECRETARIA GERAL
---	---	---

## QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA EMPRESA:

## RÁDIO UNIVERSAL LTDA.

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro à Av. Mauro Ramos nº 512 sala 11 – CEP 88020-301 - Centro – Florianópolis - SC, registrada no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, com registro na JUCESC nº 42202819587 em 19/04/2000 e última alteração sob nº 20032354959 em 21.10.2003 e último arquivamento em 19.05.2004 (Ata de Reunião dos Sócios), por seus sócios:

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, natural de Cascavel – PR, casada pelo regime de Comunhão Total de Bens, comerciante, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos - SC, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5 – SSP/SC e CPF nº 888.628.879-49,

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, natural de Florianópolis – SC, casado pelo regime de Comunhão Total de Bens, empresário, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portador da Carteira de Identidade nº 3.093.310 SSP/SC, e CPF nº 932.629.309-20

Resolvem alterar seu Contrato Social e Posteriores alterações conforme segue:

01 - Alterar o endereço da sede social para a Avenida do Antão n. 1762 – Altos do Morro da Cruz – CEP 88025-150 - Centro – Florianópolis – SC.

02 - Em face das alterações acima o contrato social ficará consolidado, passando a reger-se pelas cláusulas e condições seguintes, ficando revogadas as disposições contidas no Contrato Social.

## CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

## CAPÍTULO I

## DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Primeira:

A sociedade girará sob a denominação social de **RADIO UNIVERSAL LTDA.**

Cláusula Segunda:

A sociedade terá a sua sede na Avenida do Antão n. 1762 – Altos do Morro da Cruz – CEP 88025-150 - Centro – Florianópolis – SC, podendo abrir filiais, escritório e agência em todo o País, sempre que assim lhe convier e permitirem os Poderes Públicos.

Awd



RAW

**Cláusula Terceira:**

A sociedade terá por finalidade a instalação, execução veiculação de serviço de radiodifusão de sons e imagens, quer onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão (ões) ou permissão (ões) outorgada (s) pelo Poder Público competente, de conformidade com a legislação específica. Propaganda comercial e atividades correlatas. Imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.

**Cláusula Quarta:**

Será por tempo indeterminado o prazo de duração da sociedade, que iniciou suas atividades na data de 06.04.2000 e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando de sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.

**Cláusula Quinta:**

O exercício social coincidirá com o ano civil. Anualmente, no dia 31 (trinta e um) de dezembro, será elaborado um balanço geral e uma demonstração do resultado do exercício.

**Parágrafo Primeiro** - Na verificação de lucros, os mesmos serão distribuídos entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuem, ou permanecerão suspensos até posterior deliberação dos sócios.

**Parágrafo Segundo** - Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros ou suportados entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuem.

**Parágrafo Terceiro** - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CAPÍTULO II****DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS****Cláusula Sexta:**

O capital social da sociedade é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido e representados por 200.000 (duzentas mil) quotas, todas nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, estando assim distribuídas entre os sócios:

Nome do Sócio	Número de quotas	Valor em R\$	%
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	180.000.000	R\$ 180.000,00	90,00 %
ANDREI NIVALDO VIEIRA	20.000.000	R\$ 20.000,00	10,00 %
<b>TOTAL</b>	<b>200.000.000</b>	<b>R\$ 200.000,00</b>	<b>100,00 %</b>

Aw



RVA



**Parágrafo Único:** A integralização do valor do capital social será feita em moeda corrente do País, sendo:

R\$ 42.200,00 (quarenta e dois mil e duzentos reais) já integralizados até a presente data e  
R\$ 157.800,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais) a ser integralizado no prazo de até 36 (trinta e seis) meses a partir de 01.09.2003.

**Cláusula Sétima:**

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

### CAPITULO III

#### DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DE SÓCIOS

**Cláusula Oitava:**

As quotas representativas do capital social, indivisíveis, são inalienáveis inalienáveis a terceiros estranhos à sociedade sem que seja dado direito de preferência aos sócios que nela permanecem, sendo - lhe assegurada tal preferência .

**Parágrafo Primeiro :** O sócio que deseja transferir sua quotas no todo ou em parte deverá notificar por escrito os demais sócios, fornecendo o preço, forma e prazo do pagamento, para que estes, dentro de 90 (noventa) dia, exerçam o direito de preferência.

**Parágrafo Segundo:** As quotas sociais e todos os direitos a elas inerentes são declaradas impenhoráveis e não sujeito á execução por dívida de qualquer natureza de seus titulares.

**Cláusula Nona:**

As quotas da sociedade serão sempre subscrita por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

**Cláusula Décima:**

No caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não será dissolvida, continuando com os sócios remanescente e os herdeiros do "de cujus", que se farão representar na sociedade na sociedade por dentre eles, aprovado por maioria simples pelo sócios quotistas.

**Parágrafo Primeiro:** A maioria dos sócios quotistas, inclusive com a participação do representante dos herdeiros , decidirá se aceitam ou não ingresso na sociedade, dos demais herdeiros do sócio falecido.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de não ingresso na sociedade de herdeiro(s) do "de cujus", será efetuados um balanço dos haveres do sócio falecido, sendo pagos em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a apresentação, á sociedade, da autorização judicial para recebimento.

Am



**Cláusula Décima Primeira:**

Ocorrendo impedimento ou incapacidade de qualquer um dos sócios quotistas, este será excluído da sociedade, mediante alteração contratual aprovada pelo sócios quotista que detém a maioria do capital social, sendo seus direitos e haveres apurados com base no valor patrimonial de suas quotas, levantando-se um balanço especial para esse fim, com base na data do evento.

**Cláusula Décima Segunda:**

Ocorrendo a exclusão de qualquer um dos sócios, os quotista remanescentes obrigam-se em caráter irrevogável e irretroatável, a exonerar o quotista que deixar a sociedade, das garantias pessoais existentes, por eles prestadas em favor de obrigações contraídas pela sociedade.

**CAPITULO IV****DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE****Cláusula Décima Terceira:**

A sociedade será administrada por 01 (um) Diretor, sócios ou não, neste ato designado o sócio quotista **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, sendo-lhe atribuídos todos os poderes de representação ativa e passiva e os demais poderes de representação da sociedade, gerenciando o seu funcionamento e o desenvolvimento das atividades sociais e administrativas, podendo para isso praticar todos os atos necessários para a realização dos objetivos comuns, podendo ainda nomear procurado (es) com finalidades específicas.

**Parágrafo Primeiro:** A sociedade terá obrigatoriamente e exclusivamente, na sua administração, diretores e gerentes brasileiros.

**Parágrafo Segundo:** O diretor fica dispensado de prestar caução.

**Cláusula Décima Quarta:**

Pelo exercício da administração caberá ao Diretor uma retirada mensal a título de "pró-labore", cujo valor será fixado em comum acordo entre os sócios quotista.

**Cláusula Décima Quinta:**

É vedado aos Diretores o uso da denominação social, em negocio alheios da sociedade.

RAL

And





**CAPÍTULO V****DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS****Cláusula Décima Sexta:**

Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50 % ( cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**Cláusula Décima Sétima:**

As modificações do contrato social, cessão ou transferência de quotas dependerão de prévio autorização do Ministério das Comunicações.

**CAPÍTULO VI****DAS DISPOSIÇÃOE FINAIS****Cláusula Décima Oitava:**

A sociedade manterá os seus registros contábeis necessários bem como os demais livros referentes à sua administração.

**Cláusula Décima Nona:**

A sociedade se obriga a cumprir rigorosamente todas as normas, leis , regulamentos e instruções emanadas dos Poderes Públicos, vigentes ou que venham a vigorar, referente à execução dos serviços de radiodifusão.

**Cláusula Vigésima:**

A sociedade se obriga a ter em seu quadro de empregos pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**Cláusula Vigésima Primeira :**

A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão Ter mandato eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**Cláusula Vigésima Segunda:**

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

AW  
RW

1366

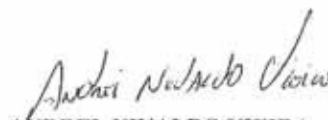
**Cláusula Vigésima Terceira:**

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões oriundas deste Instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.


E, por estarem todos de pleno e comum acordo é que firmam este instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, ficando tudo com bom, firme e valioso para todos os efeitos legais.

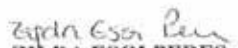
Florianópolis - SC, 08 de Agosto de 2005

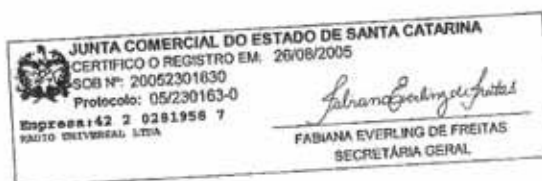
  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

  
ANDREI NIVALDO VIEIRA

Testemunhas:

  
IVO ROQUE RODRIGUES  
CPF 056.871.369-91  
CI. 1/R 275.503 SSP/SC

  
ZILDA ESOL PERES  
CPF 656.473.519-72  
CI 1.818.807-9 SSP/SC



ADP-00157

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 5  
COM CONSOLIDAÇÃO E ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10406/2002**

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA ME**

NIRE Nº 42202819587

CNPJ Nº 03778046/0001-24

RÁDIO UNIVERSAL LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Avenida do Antão, 1762 – Altos do Morro da Cruz- Florianópolis – SC, CEP 88025-150, registrada no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, com registro na JUCESC nº 42202819587 em 19/04/2000, com a 1ª alteração nº 20000678929 em 23/06/2000, 2ª alteração nº 20020653506 em 04/04/2002, 3ª alteração nº 20032354959 em 21/10/2003 e a 4ª e última alteração nº 20052301630 em 26/08/2005, por seus sócios:

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA, brasileira, natural de Cascavel – PR, casada pelo regime de Comunhão Total de Bens, comerciante, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5 – SSP/SC e CPF nº 888.628.879-49,

ANDREI NIVALDO VIEIRA, brasileiro, natural de Florianópolis – SC, casado pelo regime de Comunhão Total de Bens, empresário, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portador da Carteira de Identidade nº 3.093.310 SSP/SC e CPF 932.629.309-20

Resolvem Alterar seu Contrato Social que será regido pela cláusula e condições abaixo:

1ª Cláusula – O endereço da sociedade que era na Avenida do Antão nº 1762 – Altos do Morro da Cruz CEP 88025-150 – Centro – Florianópolis – SC passa a ser na Rua Sete de Setembro, 260 – sala 202 – Centro – Itarna/SC – CEP 88820-000

**DA CONSOLIDAÇÃO**

RÁDIO UNIVERSAL LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro à Rua Sete de Setembro, 260 – sala 202 – Centro – Itarna/SC – CEP 88820-000, registrada no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, com registro na JUCESC nº 42202819587 em 19/04/2000, com a 1ª alteração nº 20000678929 em 23/06/2000, 2ª alteração nº 20020653506 em 04/04/2002, 3ª alteração nº 20032354959 em 21/10/2003 e a 4ª e última alteração nº 20052301630 em 26/08/2005, por seus sócios:

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA, brasileira, natural de Cascavel – PR, casada pelo regime de Comunhão Total de Bens, comerciante, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5 – SSP/SC e CPF nº 888.628.879-49,

ANDREI NIVALDO VIEIRA, brasileiro, natural de Florianópolis – SC, casado pelo regime de Comunhão Total de Bens, empresário, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portador da Carteira de Identidade nº 3.093.310 SSP/SC e CPF 932.629.309-20

*Am. R.R.*

## CAPÍTULO I

### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

**1ª Cláusula:** A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária, limitada, e com a denominação de RÁDIO UNIVERSAL LTDA. ME, que será regida pelo CC/2002 (Lei 10.406 de 10.01.2002) e com a Regência Supletiva da Lei 6.404/76, para a avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábil-financeiras, para as situações de fusão, cisão ou incorporação e para as publicações.

**2ª Cláusula:** A sociedade tem sua sede na Rua Sete de Setembro, 260 – sala 202 – Centro - Içara/SC – CEP 88820-000, que será seu foro e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

**3ª Cláusula:** A sociedade tem por objetivo a Instalação, execução, Veiculação e Serviço de Radiodifusão de sons e imagens, quer Onda Média e frequência Modulada, Onda Curta e Onda Tropical em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais informativos, civis e patrióticos, serviços de telecomunicação em geral, mediante concessão (ões) ou permissão (ões) outorgada (s) pelo Poder Público competente, de conformidade com a legislação específica. Propaganda comercial e atividades correlatas. Imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.

**4ª Cláusula:** A sociedade iniciou suas atividades em 06 de abril de 2000 e sua duração será por prazo indeterminado e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando da sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.

**5ª Cláusula:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificativas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e Balanço do Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo Primeiro:** Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros ou suportados entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuem.

**Parágrafo Segundo:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Am RLV



## CAPITULO II

### DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**6ª Cláusula:** O capital social é de R\$ 200.000,00 ( duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentos mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, já totalmente integralizados e subscritos em moeda corrente vigente no país, assim distribuídos:

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA, com 180.000 (cento e oitenta mil) cotas no valor de R\$ 180.000,00 (cinquenta e sete mil reais);

ANDREI NIVALDO VIEIRA, com 20.000 ( vinte mil ) cotas no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

A - ROSIMAR PETRELLI VIEIRA.....	90%.....	R\$ 180.000,00
B - ANDREI NIVALDO VIEIRA.....	10%.....	R\$ 20.000,00

Valor total do Capital Social.....R\$ 200.000,00

**7ª Cláusula:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mais todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## CAPITULO III

### DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS

**8ª Cláusula:** A quota social é indivisível em relação à sociedade.

**9ª Cláusula:** As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

**10ª Cláusula:** As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

**11ª Cláusula:** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados de operação dos equipamento transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residências exclusiva no País.

**12ª Cláusula:** Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, cabendo aos herdeiros do (s) sócio (s) falecido (s) os direitos da legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá o (s) sócio (s) remanescente a preferência na aquisição do haveres e direitos.

**13ª Cláusula:** A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão Ter mandado eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

RR ANJ

**14ª Cláusula:** As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

**15ª Cláusula:** As quotas ou ações respectivas do capital social são inalienáveis e inalcipáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, exceto a partido político e a sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exercer a 305 ( trinta por cento ) do capital social.

**16ª Cláusula:** As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros, após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e em igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos as sociedades, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

**17ª Cláusula:** Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

**18ª Cláusula:** Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá assembleia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos do art. 1081 da lei 10406/2002.

**19ª Cláusula:** Os haveres de sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço especial, obedecidas às determinações legais.

#### CAPITULO IV

##### DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

**20ª Cláusula:** A sociedade será administrada pelo sócio Sr. Andrei Nivaldo Vieira, com poderes e atribuições de administrar e resolver todos os negócios de interesse da empresa, bem como representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, no desenvolvimento econômico e financeiro e comercial da empresa e a sócia Rosimar Petrelli Vieira será sócia quotistas sem função na empresa.

**21ª Cláusula:** A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão Ter mandado eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**22ª Cláusula:** A administradora receberá um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta.

RR  
Aul

## CAPITULO V

### DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**23ª Clausula:** Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50% ( cinquenta por cento ) das quotas representativas do capital social.

**24ª Cláusula:** As cotas não poderão ser cedidas a estranhos a sociedade sem o consentimento expresso e escrito aos demais sócios, bem como a autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e os sócios remanescentes terão sempre preferência na aquisição de cotas do sócio retirante.

## CAPITULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**25ª Cláusula:** A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Lei, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vigor, e referentes a legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

**26ª Cláusula:** A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em Lei.

**27ª Cláusula:** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de empregos pelo menos 2/3 ( dois terços ) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência fixa no País.

**28ª Cláusula:** Fica instituído como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o diário, o razão, atas da administração, livro atas das reuniões de sócios e presença de sócios, livro de atas da assembléia geral, além dos livros exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.

**29ª Cláusula:** A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nos casos legais, observadas as seguintes hipóteses: anulação de sua constituição; exaurida o fim social, ou verificada a sua inexistência; o consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade de sócia não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.

**30ª Cláusula:** Em todas as hipóteses de dissolução, a assembléia por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1102 e seguintes da lei 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatário.

RBR  
AND


31ª Cláusula: O administrador declara para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

32ª Cláusula: Fica eleito o fórum da comarca de Içara - SC, para resolver as questões oriundas do presente Contrato Social.

E por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para que valha na melhor forma do direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Içara - SC 18 de março 2011

  
Rosimar Petrelli Vieira  
CPF: 888628879-49

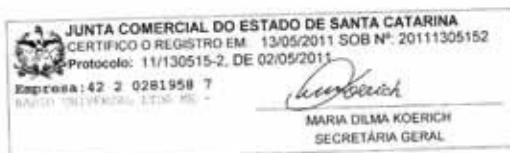
  
Andrei Nivaldo Pereira  
CPF 932629309-20

Testemunhas:

  
José Luiz Parente  
RG: I/R 776.190 SSI/SC  
CPF: 379.111.129-91  
CRC/SC 01231607

  
Karla Roberta Perotti  
RG: 3.723.559-1 SSP/SC  
CPF: 005.699.489-32  
CRC 025967/06

  
Joe Lasso Parente Junior  
OAB/SC 827





**ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 8**  
**COM CONSOLIDAÇÃO E ADAPTAÇÃO À LEI Nº 10406/2002**

JUCESC 1109

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA. ME.**

NIRE Nº 42202819587

CNPJ Nº 03.778.046/0001-24

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA. ME.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro à Rua Sete de Setembro, 260 – sala 202 – Centro de Içara/SC – CEP 88.820-000, registrada no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, com registro na JUCESC nº 42202819587 em 19/04/2000, com a 1ª alteração nº 20000678929 em 23/06/2000, 2ª alteração nº 20020653506 em 04/04/2002, 3ª alteração nº 20032354959 em 21/10/2003, 4ª alteração nº 20052301630 em 26/08/2005 e última alteração nº 20111305152 em 02/05/2011, por seus sócios:

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, natural de Cascavel – PR, casada pelo regime de Separação Total de Bens, comerciante, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n – CEP 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5 – SSP/SC e CPF nº 888.628.879-49,

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, natural de Florianópolis – SC, casado pelo regime de Separação Total de Bens, empresário, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n – CEP: 88190-000 – Palmas – Governador Celso Ramos – SC, portador da Carteira de Identidade nº 3.093.310 – SSP/SC e CPF nº 932.629.309-20.

Resolvem alterar o Contrato Social para suprimir o conteúdo das cláusulas **14ª Cláusula**, **21ª Cláusula** e **27ª Cláusula**, cujo conteúdo encontra-se repetido, bem como alterar as cláusulas **10ª Cláusula** e **11ª Cláusula**, que doravante passarão a ter a seguinte redação:

**10ª Cláusula:** As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou de pessoa jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

**Parágrafo Único:** Pelo menos 70% (setenta por cento) das quotas de participação deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**11ª Cláusula:** A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo Único:** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados de operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

Ass



RR

§



DA CONSOLIDAÇÃO

JUCESC

**RÁDIO UNIVERSAL LTDA. ME.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro à Rua Sete de Setembro, 260 - sala 202 - Centro de Içara/SC - CEP 88820-000, registrada no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, com registro na JUCESC nº 42202819587 em 19/04/2000, com a 1ª alteração nº 20000678929 em 23/06/2000, 2ª alteração nº 20020653506 em 04/04/2002, 3ª alteração nº 20032354959 em 21/10/2003, 4ª alteração nº 20052301630 em 26/08/2005 e última alteração nº 20111305152 em 02/05/2011, por seus sócios:

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, natural de Cascavel - PR, casada pelo regime de Comunhão Total de Bens, comerciante, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n - CEP 88190-000 - Palmas - Governador Celso Ramos - SC, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5 - SSP/SC e CPF nº 888.628.879-49,

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, natural de Florianópolis - SC, casado pelo regime de Comunhão Total de Bens, empresário, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n - CEP 88190-000 - Palmas - Governador Celso Ramos - SC, portador da Carteira de Identidade nº 3.093.310 SSP/SC e CPF 932.629.309-20

CAPITULO IDA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

**1ª Cláusula:** A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária, limitada, e com a denominação de **RÁDIO UNIVERSAL LTDA. ME**, que será regida pelo CC/2002 (Lei 10.406 de 10.01.2002) e com a Regência Supletiva da Lei 6.404/76, para a avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábil-financeiras, para as situações de fusão, cisão ou incorporação e para as publicações.

**2ª Cláusula:** A sociedade tem sua sede na Rua Sete de Setembro, 260 - sala 202 - Centro de Içara/SC - CEP 88820-000, que será seu foro e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

**3ª Cláusula:** A sociedade tem por objetivo a instalação, execução e veiculação de serviços de radiodifusão de sons e imagens, quer em onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão (ões) outorgada(s) pelo poder público competente, de conformidade com a legislação específica propaganda comercial e atividades correlatas, imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.

**4ª Cláusula:** A sociedade iniciou suas atividades em 06 de abril de 2000 e sua duração será por prazo indeterminado e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando da sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.





**5ª Cláusula:** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificativas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e Balanço do Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo Primeiro:** Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros ou suportados entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuírem.

**Parágrafo Segundo:** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**6ª Cláusula:** O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), divididos em 200.000 (duzentos mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, já totalmente integralizados e subscritos em moeda corrente vigente no país, assim distribuídos:

NOME DO SÓCIO	NÚMERO DE QUOTAS	VALOR EM R\$	%
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	180.000.000	180.000,00	90,00
ANDREI NIVALDO VIEIRA	20.000.000	20.000,00	10,00
<b>TOTAL</b>	<b>200.000.000</b>	<b>200.000,00</b>	<b>100,00</b>

**7ª Cláusula:** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mais todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## CAPITULO III

### DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS

**8ª Cláusula:** A quota social é indivisível em relação à sociedade.

**9ª Cláusula:** As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem à maioria absoluta do capital social.

**10ª Cláusula:** As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou de pessoa jurídica constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.





**Parágrafo único:** Pelo menos 70% (setenta por cento) das quotas de participação deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**11ª Cláusula:** A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo Único:** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados de operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**12ª Cláusula:** Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, cabendo aos herdeiros do (s) sócio (s) falecido (s) os direitos da legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá o (s) sócio (s) remanescente a preferência na aquisição dos haveres e direitos.

**13ª Cláusula:** A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandado eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**14ª Cláusula:** As quotas ou ações respectivas do capital social são inalienáveis e inalcináveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, exceto a partido político e a sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exercer a 30% ( trinta por cento ) do capital social.

**15ª Cláusula:** As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros, após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e em igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos as sociedades, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

**16ª Cláusula:** Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

**17ª Cláusula:** Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá assembléia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos do art. 1081 da lei 10406/2002.

*Ass*

*[Assinatura]*



*R.R. 8*



18ª Cláusula: Os haveres de sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço especial, obedecidas às determinações legais.

#### CAPITULO IV

##### DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

19ª Cláusula: A sociedade será administrada pelo sócio Sr. **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, com poderes e atribuições de administrar e resolver todos os negócios de interesse da empresa, bem como representar a sociedade ativa e passivamente em juízo ou fora dele, no desenvolvimento econômico e financeiro e comercial da empresa e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotistas sem função na empresa.

20ª Cláusula: A administradora receberá um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembléia de sócios, pela maioria absoluta.

#### CAPITULO V

##### DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21ª Cláusula: Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50% ( cinquenta por cento ) das quotas representativas do capital social.

22ª Cláusula: As cotas não poderão ser cedidas a estranhos a sociedade sem o consentimento expresso e escrito aos demais sócios, bem como a autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e os sócios remanescentes terão sempre preferência na aquisição de cotas do sócio retirante.

#### CAPITULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23ª Cláusula: A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Lei, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vigor, e referentes a legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

24ª Cláusula: A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em Lei.

25ª Cláusula: Fica instituído como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o diário, o razão, atas da administração, livro atas das reuniões de sócios e presença de sócios, livro de atas da assembléia geral, além dos livros exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.





**26ª Cláusula:** A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação ~~de acordo com os casos legais~~, observadas as seguintes hipóteses: anulação de sua constituição; exaurida ~~o fim social, ou verificada~~ a sua inexistência; o consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade de sócia não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.

**27ª Cláusula:** Em todas as hipóteses de dissolução, a assembléia por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1102 e seguintes da lei 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatário.

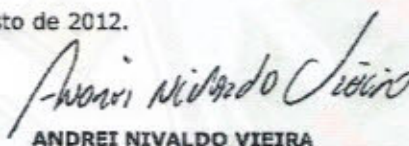
**28ª Cláusula:** O administrador declara para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou crime falimentar, de prevaricação peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**29ª Cláusula:** Fica eleito o fórum da comarca de Içara, Estado de Santa Catarina, para resolver as questões oriundas do presente Contrato Social.

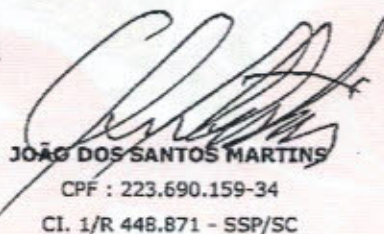
E por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e para que valha na melhor forma do direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

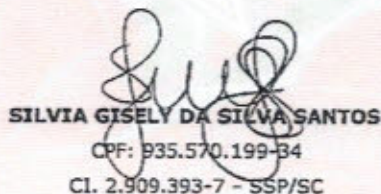
Florianópolis (SC), 17 de agosto de 2012.

  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

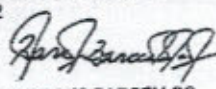
  
ANDREI NIVALDO VIEIRA

**TESTEMUNHAS:**

  
JOÃO DOS SANTOS MARTINS  
CPF : 223.690.159-34  
CI. 1/R 448.871 - SSP/SC

  
SILVIA GISELY DA SILVA SANTOS  
CPF: 935.570.199-34  
CI. 2.909.393-7 - SSP/SC

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 30/08/2012 SOB Nº: 20122679822  
Protocolo: 12/267982-2, DE 24/08/2012  
Empresa: 42 2 0281958 7  
RADIO UNIVERSAL LTDA ME -

  
BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL





## ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL Nº 09 DA SOCIEDADE

### " RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME "

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17/12/1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 e **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07/02/1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000, únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, anteriormente qualificados, resolvem de comum e mútuo acordo, alterar as cláusulas do contrato social:

**Primeira:-** Por um erro de digitação, a alteração registrada na JUCESC em 30/08/2012, deveria ter sido na verdade a alteração de nº 06 e foi registrado como nº 08, inexistindo portanto as alterações nº 06 e 07.

**Segunda:-** A sociedade abrirá uma filial na **Rua Marechal Candido Rondon, E 1055-E, Presidente Medici, município de Chapecó/SC, CEP 89806-105;**

A vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

### DA CONSOLIDAÇÃO

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17/12/1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000 e **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07/02/1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000, únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24.

*Andrei* *RRV*



**CAPITULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

**1ª Cláusula:**-A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e com a denominação de "**RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**", que será regida pelo CC/2002 (Lei 10.406 de 10/01/2002) e com a regência supletiva da Lei 6.404/76, para a avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábil-financeiras, para as situações de fusão, cisão ou incorporação e para as publicações.

**2ª Cláusula:** -A sociedade tem a sua sede na **Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000**, que será seu foro e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

**Parágrafo único:-** A sociedade possui uma filial na **Rua Marechal Candido Rondon, E 1055-E, Presidente Medici, município de Chapecó/SC, CEP 89806-105.**

**3ª Cláusula:-** A sociedade tem por objetivo a instalação, execução e veiculação de serviços de radiodifusão de sons e imagens, quer em onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão(ões) outorgada(s) pelo poder público competente, de conformidade com a legislação específica propaganda comercial e atividades correlatas, imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.

**4ª Cláusula:-**A sociedade iniciou suas atividades em **06/04/2000** e sua duração será por prazo indeterminado e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando da sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.

**5ª Cláusula:-** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificativos de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e balanço do resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo Primeiro:-** Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros ou suportados entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuem.

*Handwritten signatures:*  
Two signatures in blue ink, one appearing to be "Pard" and the other "RR".



**Parágrafo Segundo:-** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

## **CAPITULO II** **DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

**6ª Cláusula:-** O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, já totalmente integralizados em moeda corrente do País, assim subscritas:

a):-**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, possui 180.000 (cento e oitenta mil) quotas no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais);

b):-**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, possui 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

**7ª Cláusula:-**A responsabilidade de cada sócio quotista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## **CAPITULO III** **DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS**

**8ª Cláusula :-** A quota social é indivisível em relação à sociedade.

**9ª Cláusula:-**As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

**10ª Cláusula:-** As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados a mais de 10 (dez) anos ou de pessoa jurídica constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

**Parágrafo Único:-** Pelo menos 70% (setenta por cento) das quotas deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**11ª Cláusula:-** A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo Único:-** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos



encarregados de operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**12ª Cláusula:-** Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, cabendo aos herdeiros do(s) sócio(s) falecido(s) os direitos da legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá ao(s) sócio(s) remanescente a preferência na aquisição dos haveres e direitos

**13ª Cláusula:-** A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**14ª Cláusula:-** As quotas ou ações respectivas do capital social são inalienáveis e inalienáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, exceto a partido político e a sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exercer a 30% (trinta por cento) do capital social.

**15ª Cláusula:-** As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros, após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

**16ª Cláusula:-** Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

**17ª Cláusula:-** Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá assembleia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da art. 1081 da lei 10406/2002.

**18ª Cláusula:-** Os haveres de sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço especial, obedecidas as determinações legais.

Aut. RIV

**CAPITULO IV**  
**DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**19ª Cláusula:-** A sociedade será administrada pelo sócio **ANDREI NIVALDO VIEIRA**, com os poderes e atribuições de administrar, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotista sem função na empresa.

**20ª Cláusula:-** O administrador receberá um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta.

**CAPITULO V**  
**DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**21ª Cláusula:-** Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**22ª Cláusula:-** As quotas não poderão ser cedidas a estranhos à sociedade sem o consentimento expresso e escrito aos demais sócios, bem como a autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e os sócios remanescentes terão sempre preferência na aquisição de quotas do sócio retirante.

**CAPITULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**23ª Cláusula:-** A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Lei, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vigor, e referentes a legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

**24ª Cláusula:-** A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em Lei.

**25ª Cláusula:-** Fica instituído como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o diário, o razão, atas da administração,

*Andrei Nivaldo Vieira*      *Rosimar Petrelli Vieira*



livros atas das reuniões de sócios e presença de sócios, livro de atas da assembleia geral, além dos livros exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.

**26ª Cláusula:**-A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha nos casos legais, observadas as seguintes hipóteses: anulação de sua constituição; exaurida o fim social ou verificada a sua inexecutabilidade; o consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade de sócia não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.

**27ª Cláusula:**- Em todas as hipóteses de dissolução, a assembleia por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1102 e seguintes da lei 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatário.

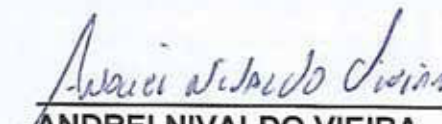
**28ª Cláusula:**- O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**29ª Cláusula:**- Fica eleito o fórum da comarca de Içara/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e para uma só finalidade, a fim de serem encaminhadas à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para o competente registro e arquivamento.

Içara-SC, 15 de Agosto de 2013.

  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

  
ANDREI NIVALDO VIEIRA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/10/2013 SOB Nº: 20132749564  
Protocolo: 13/274956-4, DE 23/10/2013

Empresa: 42 2 0281958 7  
RADIO UNIVERSAL LTDA ME -

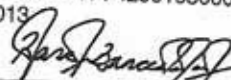


BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 24/10/2013 SOB Nº: 42901030001  
Protocolo: 13/274956-4, DE 23/10/2013

Empresa: 42 2 0281958 7  
RADIO UNIVERSAL LTDA ME -



BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL



JUCESC 1131

**RADIO UNIVERSAL LTDA. ME**

**CNPJ/MF 03.778.046/0001-24**

**NIRE 42202819587**

**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17.12.1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000; e

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07.02.1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000.

Únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, e filial na Rua Marechal Candido Rondon, 1055-E, Bairro Presidente Medici, Chapecó SC CEP 89806-105, registrada na Jucesc sob o NIRE 42901030001e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0002-05, anteriormente qualificados, resolvem de comum e mútuo acordo, alterar as cláusulas do contrato social:

**Cláusula Primeira** - É admitido na sociedade o novo sócio **ALFREDO LANG**, brasileiro, natural da cidade de Getúlio Vargas/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 21.12.1943, Advogado e Jornalista, portador do CPF nº 053.790.080-20 e Cédula de Identidade nº 353.164 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Ponoé Scheffer, nº 152-D, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP.: 89812-160.

**Cláusula Segunda** - A sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, vende e transfere neste ato, parte de suas quotas de capital, num montante de 98.000 (noventa e oito mil) quotas, pelo preço certo e ajustado de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) ao novo sócio **ALFREDO LANG**, e

declara estar transferindo assim como dando e recebendo, junto ao cessionário, plena, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres a elas referentes na sociedade, para nada mais reclamar seja a que título for.

**Cláusula Terceira** - Em razão da venda de partes das quotas realizadas, a Cláusula Sexta, do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2013, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

“**Cláusula Sexta** - O capital social da sociedade é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente do País, assim dividido entre os sócios:

**I - ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** subscreve 82.000 (oitenta e duas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), que corresponde a 41% (quarenta e um por cento) do capital social.

**II - ANDREI NIVALDO VIEIRA**, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que corresponde a 10% (dez por cento) do capital social.

**III - ALFREDO LANG**, subscreve 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), que corresponde a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.”

**Cláusula Quarta** - A cláusula dezenove do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2013, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

“**Cláusula Dezenove** - A sociedade será administrada pelo sócio **ANDREI NIVALDO VIEIRA** e **ALFREDO LANG** com os poderes e atribuições de administrar **individualmente**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotista sem função na empresa.”



**Cláusula Quinta** - A cláusula Vinte do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2012, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

**"Cláusula Vinte** - Os administradores receberão um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta."

A vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

#### DA CONSOLIDAÇÃO

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17/12/1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000;

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07/02/1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000; e

**ALFREDO LANG**, brasileiro, natural da cidade de Getúlio Vargas/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 21.12.1943, Advogado e Jornalista, portador do CPF nº 053.790.080-20 e Cédula de Identidade nº 353.164 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Ponoé Scheffer, nº 152-D, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP.: 89812-160.

Únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24.

*Ass* *RR*

**CAPITULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA**  
**SOCIEDADE**

**Cláusula Primeira** - A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e com a denominação de **"RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME"**, que será regida pelo CC/2002 (Lei 10.406 de 10/01/2002) e com a regência supletiva da Lei 6.404/76, para a avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábil-financeiras, para as situações de fusão, cisão ou incorporação e para as publicações.

**Cláusula Segunda** - A sociedade tem a sua sede na **Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000**, que será seu foro e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

**Parágrafo único:-** A sociedade possui uma filial, NIRE nº 42901030001, CNPJ 03.778.046/0002-05 na **Rua Marechal Candido Rondon, E 1055-E, Presidente Médici, município de Chapecó/SC, CEP 89806-105.**

**Cláusula Terceira** - A sociedade tem por objetivo a **instalação, execução e veiculação de serviços de radiodifusão de sons e imagens, quer em onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão(ões) outorgada(s) pelo poder público competente, de conformidade com a legislação específica propaganda comercial e atividades correlatas, imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.**

**Cláusula Quarta** - A sociedade iniciou suas atividades em **06/04/2000** e sua duração será por prazo indeterminado e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando da sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.

**Cláusula Quinta** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificativos de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço



patrimonial e balanço do resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo Primeiro:**- Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros ou suportados entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuírem.

**Parágrafo Segundo:**- Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

**Cláusula Sexta** - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, já totalmente integralizados em moeda corrente do País, assim subscritas:

**I - ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** subscreve 82.000 (oitenta e duas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), que corresponde a 41% (quarenta e um por cento) do capital social.

**II - ANDREI NIVALDO VIEIRA**, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que corresponde a 10% (dez por cento) do capital social.

**III - ALFREDO LANG**, subscreve 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), que corresponde a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social

**Cláusula Sétima** - A responsabilidade de cada sócio quotista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## CAPITULO III

### DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS

**Cláusula Oitava** - A quota social é indivisível em relação à sociedade.

AL RR  
Página 5 de 9

Aww

**Cláusula Nona** - As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

**Cláusula Dez** - As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados a mais de 10 (dez) anos ou de pessoa jurídica constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

**Parágrafo Único** - Pelo menos 70% (setenta por cento) das quotas deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**Cláusula Onze** - A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo Único:-** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados de operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**Cláusula Doze** - Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, cabendo aos herdeiros do(s) sócio(s) falecido(s) os direitos da legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá ao(s) sócio(s) remanescente a preferência na aquisição dos haveres e direitos

**Cláusula Treze** - A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**Cláusula Quatorze** - As quotas ou ações respectivas do capital social são inalienáveis e inalienáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, exceto a partido político e a sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exercer a 30% (trinta por cento) do capital social.

OL

RRV

Página 6 de 9

AUS



**Cláusula Quinze** - As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros, após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

**Cláusula Dezesseis** - Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

**Cláusula Dezessete** - Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá assembleia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da art. 1081 da lei 10406/2002.

**Cláusula Dezoito** - Os haveres de sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço especial, obedecidas às determinações legais.

#### **CAPITULO IV** **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Dezenove** - A sociedade será administrada pelo sócio **ANDREI NIVALDO VIEIRA** e **ALFREDO LANG** com os poderes e atribuições de administrar **individualmente**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotista sem função na empresa.

**Cláusula Vinte** - Os administradores receberão um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta.

#### **CAPITULO V** **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**Cláusula Vinte e Um** - Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que

ok  
Página 7 de 9

RW

Av



detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**Cláusula Vinte e Dois** - As quotas não poderão ser cedidas a estranhos à sociedade sem o consentimento expresso e escrito aos demais sócios, bem como a autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e os sócios remanescentes terão sempre preferência na aquisição de quotas do sócio retirante.

#### **CAPITULO VI** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Vinte e Três** - A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Lei, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

**Cláusula Vinte e Quatro** - A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em Lei.

**Cláusula Vinte e Cinco** - Fica instituído como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o diário, o razão, atas da administração, livros atas das reuniões de sócios e presença de sócios, livro de atas da assembleia geral, além dos livros exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.

**Cláusula Vinte e Seis** - A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha nos casos legais, observadas as seguintes hipóteses: anulação de sua constituição; exaurida o fim social ou verificada a sua inexequibilidade; o consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade de sócia não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.

**Cláusula Vinte e Sete** - Em todas as hipóteses de dissolução, a assembleia por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1102 e seguintes da lei 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatário.

OR

Página 8 de 9

ANV

RR

JUCESC 1139

0001 00

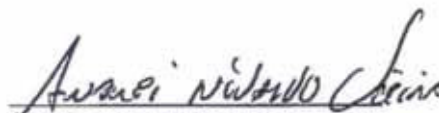
**Cláusula Vinte e Oito** - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Vinte e Nove** - Fica eleito o fórum da comarca de Içara/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e para uma só finalidade, a fim de serem encaminhadas à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para o competente registro e arquivamento.

Içara-SC, 29 de Novembro de 2013.

  
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

  
ANDREI NIVALDO VIEIRA




  
ALFREDO LANG



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/04/2015 SOB Nº: 20157232450  
Protocolo: 15/723245-0, DE 23/04/2015

Empresa: 42 2 0281958 7  
RADIO UNIVERSAL LTDA ME -

  
ANDRE LUIZ DE REZENDE  
SECRETÁRIO GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

De acordo com o disposto no artigo 78, inciso II do Decreto Federal nº 1800/96, certifico a autenticidade desta cópia reprográfica, cujo original está arquivado nesta Junta Comercial sob o

Nº 20157232450, 27/04/15

Fpola, 11 MAIO 2015

Certifico que até a data presente

- ☐ existe (m) ato(s) posterior(es) arquivado(s) nesta Junta Comercial
- ☐ este é o único ato arquivado nesta Junta Comercial
- ☒ este é o último ato arquivado nesta Junta Comercial

*[Assinatura]*  
Gerente de Cadastro e Arquivo





ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11 DA SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA  
CNPJ nº 03.778.046/0001-24



http://assinador.pscs.com.br/assinadordweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9GMx4tFXtoF2Q&chave2=Ug8cwwspH\_-cKj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 05379008020-ALFREDO LANG

ALFREDO LANG nacionalidade brasileiro, nascido em 21/12/1943, casado em comunhão universal de bens, advogado e jornalista, CPF nº 053.790.080-20, carteira de identidade nº 353164, órgão expedidor SESP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Ponoe Scheffer, 152, D, Centro, Chapeco, SC, CEP 89812160, BRASIL.

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA nacionalidade brasileira, nascida em 17/12/1974, casada em separação de bens, empresaria, CPF nº 888.628.879-49, carteira de identidade nº 2.788.303-5, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Av Almirante Lamego, 1374, Apt : 201, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015601, BRASIL, representada neste ato por seu PROCURADOR ALFREDO LANG, nacionalidade brasileiro, nascido em 21/12/1943, casado em comunhão universal de bens, advogado e jornalista, CPF nº 053.790.080-20, carteira de identidade nº 353164, Órgão Expedidor SESP - SC, endereço: Rua Ponoe Scheffer, 152, D, Centro, Chapeco, SC, CEP 89812160 .

ANDREI NIVALDO VIEIRA nacionalidade brasileiro, nascido em 07/02/1974, casado em separação de bens, empresário, CPF nº 932.629.309-20, carteira de identidade nº 3093310, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Estrada Palmas, Sn, Palmas, Governador Celso Ramos, SC, CEP 88190000, BRASIL, representado neste ato por seu PROCURADOR ALFREDO LANG, nacionalidade brasileiro, nascido em 21/12/1943, casado em comunhão universal de bens, advogado e jornalista, CPF nº 053.790.080-20, carteira de identidade Nº 353164, Órgão Expedidor SESP - SC, Endereço: Rua Ponoe Scheffer, 152, D, Centro, Chapeco, SC, CEP 89812160 .

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial RADIO UNIVERSAL LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42202819587, com sede Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro Içara, SC, CEP 88820000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 03.778.046/0001-24, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### ENDEREÇO

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade passa a exercer suas atividades no seguinte endereço sito à RUA ALFREDO DEL PRIORE, 430, CENTRO, CRICIUMA, SC, CEP 88.801-630.

### DA RATIFICAÇÃO E FORO

**CLÁUSULA SEGUNDA.** O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social passa a ser CRICIUMA.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

ALFREDO LANG nacionalidade brasileiro, nascido em 21/12/1943, casado em comunhão universal de bens, advogado e jornalista, CPF nº 053.790.080-20, carteira de identidade nº 353164, órgão expedidor SESP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Ponoe Scheffer, 152, D, Centro, Chapeco, SC, CEP 89812160, BRASIL.

Req: 81000000355935

Página 1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

13/03/2020

Certifico o Registro em 13/03/2020

Arquivamento 20204553822 Protocolo 204553822 de 12/03/2020 NIRE 42202819587

Nome da empresa RADIO UNIVERSAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 78606294172986

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/03/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11 DA SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA  
CNPJ nº 03.778.046/0001-24

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA nacionalidade brasileira, nascida em 17/12/1974, casada em separação de bens, empresaria, CPF nº 888.628.879-49, carteira de identidade nº 2.788.303-5, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Av Almirante Lamego, 1374, Apt : 201;, Centro, Florianópolis, SC, CEP 88015601, BRASIL, representada neste ato por seu PROCURADOR ALFREDO LANG, nacionalidade brasileiro, nascido em 21/12/1943, casado em comunhão universal de bens, advogado e jornalista, CPF nº 053.790.080-20, carteira de identidade nº 353164, Órgão Expedidor SESP - SC, endereço: Rua Ponoe Scheffer, 152, D, Centro, Chapeco, SC, CEP 89812160 .

ANDREI NIVALDO VIEIRA nacionalidade brasileiro, nascido em 07/02/1974, casado em separação de bens, empresário, CPF nº 932.629.309-20, carteira de identidade nº 3093310, órgão expedidor SSP - SC, residente e domiciliado(a) no(a) Estrada Palmas, Sn, Palmas, Governador Celso Ramos, SC, CEP 88190000, BRASIL, representado neste ato por seu PROCURADOR ALFREDO LANG, nacionalidade brasileiro, nascido em 21/12/1943, casado em comunhão universal de bens, advogado e jornalista, CPF nº 053.790.080-20, carteira de identidade Nº 353164, Órgão Expedidor SESP - SC, Endereço: Rua Ponoe Scheffer, 152, D, Centro, Chapeco, SC, CEP 89812160 .

Sócios da sociedade limitada de nome empresarial RADIO UNIVERSAL LTDA, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42202819587, com sede Rua Alfredo Del Priore, 430, Centro, Criciúma, SC, CEP 88.801-630, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº 03.778.046/0001-24.

**CAPITULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Primeira** - A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e com a denominação de "RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME que será regida pelo CC/2002 (Lei 10.406 de 10/01/2002) e com a regência supletiva da Lei 6.404/76, para a avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábil-financeiras, para as situações de fusão, cisão ou incorporação e para as publicações.

**Cláusula Segunda** - A sociedade tem a sua sede na Rua Alfredo Del Priore, 430, Centro, Criciúma, SC, CEP 88.801-630, que será seu foro e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

**Parágrafo único**:- A sociedade possui uma filial, NIRE nº 42901030001, CNPJ 03.778.046/0002-05 na Rua Marechal Candido Rondon, E 1055E, Presidente Médici, município de Chapecó/SC, CEP 89806-105.

**Cláusula Terceira** - A sociedade tem por objetivo a instalação, execução e veiculação de serviços de radiodifusão de sons e imagens, quer em onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão(ões) outorgada(s) pelo poder público competente, de conformidade com a legislação específica propaganda comercial e atividades correlatas, imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.

Req: 81000000355935

Página 2



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11 DA SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA  
CNPJ nº 03.778.046/0001-24

**Cláusula Quarta** - A sociedade iniciou suas atividades em 06/04/2000 e sua duração será por prazo indeterminado e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando da sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.

**Cláusula Quinta** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificativos de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço Patrimonial e balanço do resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo Primeiro:-** Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros ou suportados entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuírem.

**Parágrafo Segundo:-** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CAPITULO II**  
**DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

**Cláusula Sexta** - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, já totalmente integralizados em moeda corrente do País, assim subscritas:

**I- ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** subscrive 82.000 (oitenta e duas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), que corresponde a 41% (quarenta e um por cento) do capital social.

**II - ANDREI NIVALDO VIEIRA**, subscrive 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que corresponde a 10% (dez por cento) do capital social.

**III — ALFREDO LANG**, subscrive 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), que corresponde a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social

**Cláusula Sétima** - A responsabilidade de cada sócio quotista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CAPITULO III**  
**DA CESSÃO DE QUOTAS. DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS**

**Cláusula Oitava** - A quota social é indivisível em relação à sociedade.

**Cláusula Nona** - As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Req: 81000000355935

Página 3





ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11 DA SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA  
CNPJ nº 03.778.046/0001-24

**Cláusula Dez** - As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados a mais de IO (dez) anos ou de pessoa jurídica constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

**Parágrafo Único** - Pelo menos 70% (setenta por cento) das quotas deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**Cláusula Onze** - A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo Único:-** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados de operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**Cláusula Doze** - Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, cabendo aos herdeiros do(s) sócio(s) falecido(s) os direitos da legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá ao(s) sócio(s) remanescente a preferência na aquisição dos haveres e direitos

**Cláusula Treze** - A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**Cláusula Quatorze** - As quotas ou ações respectivas do capital social são inalienáveis e incalculáveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, exceto a partido político e a sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exercer a 30% (trinta por cento) do capital social.

**Cláusula Quinze** - As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros, após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterá a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

**Cláusula Dezesesseis** - Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas elou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de IO (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas elou direitos que sobejarem.

**Cláusula Dezesete** - Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá assembleia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da art. 1081 da lei 10406/2002.

**Cláusula Dezoito** - Os haveres de sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço especial, obedecidas às determinações legais.

Req: 81000000355935

Página 4



CAPITULO IV  
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

**Cláusula Dezenove** - A sociedade será administrada pelo sócio ANDREI NIVALDO VIEIRA e ALFREDO LANG com os poderes e atribuições de administrar individualmente, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia ROSIMAR PETRELLI VIEIRA será sócia quotista sem função na empresa.

**Cláusula Vinte** Os administradores receberão um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta.

CAPITULO V  
DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**Cláusula Vinte e Um** - Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**Cláusula Vinte e Dois** - As quotas não poderão ser cedidas a estranhos à sociedade sem o consentimento expresso e escrito aos demais sócios, bem como a autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e os sócios remanescentes terão sempre preferência na aquisição de quotas do sócio retirante.

CAPITULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Cláusula Vinte e Três** - A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Lei, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

**Cláusula Vinte e Quatro** - A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em Lei.

**Cláusula Vinte e Cinco** - Fica instituído como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o livro de razão, o livro de atas da administração, livros de atas das reuniões de sócios e presença de sócios, livro de atas da assembleia geral, além dos livros exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.

**Cláusula Vinte e Seis** - A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha nos casos legais, observadas as seguintes hipóteses: anulação de sua constituição; exaurida o fim social ou verificada a sua inexistência; o consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade de sócios não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.



ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 11 DA SOCIEDADE RADIO UNIVERSAL LTDA  
CNPJ nº 03.778.046/0001-24

**Cláusula · Vinte e Sete** - Em todas as hipóteses de dissolução, a assembleia por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1102 e seguintes da lei 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatário.

**Cláusula Vinte e Oito** - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Vinte e Nove** - Fica eleito o fórum da comarca de Criciúma/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento.

CRICIUMA, 5 de março de 2020.

---

ALFREDO LANG

---

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA  
P/P: ALFREDO LANG

---

ANDREI NIVALDO VIEIRA  
P/P: ALFREDO LANG

Req: 81000000355935

Página 6







204553822

## TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	RADIO UNIVERSAL LTDA
PROTOCOLO	204553822 - 12/03/2020
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

### MATRIZ

NIRE 42202819587  
CNPJ 03.778.046/0001-24  
CERTIFICO O REGISTRO EM 13/03/2020  
SOB N: 20204553822

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 05379008020 - ALFREDO LANG



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

13/03/2020

Certifico o Registro em 13/03/2020

Arquivamento 20204553822 Protocolo 204553822 de 12/03/2020 NIRE 42202819587

Nome da empresa RADIO UNIVERSAL LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 78606294172986

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/03/2020 por Blasco Borges Barcellos - Secretario-geral

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**DESPACHO**

**PROCESSO Nº: 01250.063841/2019-67**

**INTERESSADO: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.**

À Coordenação de Pós-Outorgas - COPOU,

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO UNIVERSAL LTDA., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Frequência Modulada, no Município de Içara/SC, referente ao seguinte período: 28/07/2020 a 28/07/2030.
2. Tendo em vista que às fls. 48 a 53 (evento SEI nº 6387768) foi apresentada a alteração contratual cujo quadro societário/diretivo diverge do último conhecido por esta Pasta, remeto o feito à Coordenação de Pós-Outorgas, para adoção das providências cabíveis.
3. Após, retornem os autos para a Coordenação de Renovação de Outorga - CORRC, para o prosseguimento da análise.

Atenciosamente,

Brasília, 19 de janeiro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 20/01/2021, às 18:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6387930** e o código CRC **97D47579**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Data de Envio:**

19/01/2021 15:10:07

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mctic.gov.br>

**Para:**

cgfm@mctic.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM

**Mensagem:**

Processo nº: 01250.063841/2019-67

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Içara/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 617/2021/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº: 01250.063841/2019-67**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da **RÁDIO UNIVERSAL LTDA** relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Içara/SC, referente ao seguinte período: 28/07/2020 a 28/07/2030.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com a redação atual do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. 6ª e 7ª alterações, registradas ou arquivadas no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3º, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 21/01/2021, às 11:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6387985** e o código CRC **DA248381**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Radiodifusão Comercial  
Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF  
Telefone: (61) 2027-6464

OFÍCIO Nº 1270/2021/MCOM

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ Nº 03.778.046/0001-24)  
Rua Alfredo Del Priore, nº 430, Centro  
88801 630 Criciúma/SC

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.063841/2019-67.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 617/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira, Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 21/01/2021, às 11:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **6388020** e o código CRC **60A8A1B1**.

**Zimbra****corrc@mctic.gov.br**

---

**Re: Consulta CGFM**

---

**De :** cgfm@mctic.gov.br

Qua, 20 de jan de 2021 10:41

**Assunto :** Re: Consulta CGFM**Para :** MCOM <corrc@mctic.gov.br>**Cc :** Rubens Goncalves dos Reis Junior  
<rubens.reis@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informo que em relação à entidade RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Içara/SC, tramita nesta Coordenação o Processo de Apuração de Infração n. 53000.031172/2013, cujo objeto trata da seguinte conduta: deixar de cumprir as exigências e prazos estipulados até o licenciamento definitivo de sua estação, em que é cabível, em princípio, a aplicação da penalidade de cassação de outorga.

At.te,

Wagner

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" &lt;corrc@mctic.gov.br&gt;

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Terça-feira, 19 de janeiro de 2021 15:10:09

Assunto: Consulta CGFM

Processo nº: 01250.063841/2019-67

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-a, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Içara/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

---

**Data de Envio:**

21/01/2021 21:59:47

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mtic.gov.br>

**Para:**

parentecontabilidade@hotmail.com  
gilosso@radio105fm.net  
financeiro@radio102fmsc.com.br  
amandafinanceiro@radio105fm.net  
financeiro@radio105fm.net

**Assunto:**

Envio de correspondência oficial Ministério da Ciência Tecnologia Inovação e Comunicações

**Mensagem:**

OFÍCIO Nº 1270/2021/MCOM

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ Nº 03.778.046/0001-24)

Rua Alfredo Del Priore, nº 430, Centro

88801 630 Criciúma/SC

Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.063841/2019-67.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 617/2021/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de preempção da outorga em questão.

Atenciosamente,

**Anexos:**

Oficio\_6388020.html  
Nota\_Tecnica\_6387985.html



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS**

**FICHA CADASTRAL JURÍDICA**

**ENTIDADE** : RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME.

**CNPJ** : 03.778.046/0001-24.

**ENDEREÇO** : Rua Sete de setembro, nº 260 – Sala 202 - Centro – Içara / SC.

**CEP** : 88.820-000.

**QUADRO DIRETIVO**

NOME	CARGO	ASSENTIMENTO PRÉVIO	
		NÚMERO	D.O.U.
ANDREI NIVALDO VIEIRA 932.629.309-20	ADMINISTRADOR	06	19/ 01/ 2015
ALFREDO LANG 053.790.080-20	ADMINISTRADOR	06	19/ 01/ 2015

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

SECAD/nsa.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**  
**DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS**

## FICHA CADASTRAL JURÍDICA

**ENTIDADE : RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME.**  
**CNPJ : 03.778.046/0001-24.**

## QUADRO SOCIETÁRIO

Assentimento Prévio nº 06, de 16 de janeiro de 2015. Publicado no D.O.U. de 19/ 01/ 2015.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
ANDREI NIVALDO VIEIRA 932.629.309-20	20.000			20.000,00
ALFREDO LANG 053.790.080-20	98.000			98.000,00
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA 888.628.879-49	82.000			82.000,00
TOTAL	200.000			200.000,00

**SECAD/nsa.**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.778.046/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	RADIO UNIVERSAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

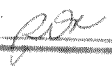
Nome/Nome Empresarial:	ANDREI NIVALDO VIEIRA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ROSIMAR PETRELLI VIEIRA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ALFREDO LANG
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 09/02/2021 às 19:50 (data e hora de Brasília).

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	281 111 06
Página:	121 Seção: 1
ANOTADO POR:	

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 955 , DE 20 DE NOVEMBRO DE 2006.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000373/2001, Concorrência nº 062/2001-SSR/MC, resolve:


Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO UNIVERSAL LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**



**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 76, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à MS UM COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIOFUSÃO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.810, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à MS Um Comunicações e Exploração de Serviços de Radiodifusão Ltda, para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 77, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 525, de 10 de novembro de 2005, que outorga permissão à Rádio FM Medianeira S/C Ltda, para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
IMPRENSA NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LUIA DA SILVA  
Presidente da República

DILMA VANA ROLISSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA  
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.oi.gov.br ouvidoria@oi.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF  
CNPJ: 04.196.645/0001-00  
Fone: 0800 725 6787

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 78, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE IÇARÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içará, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içará, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 79, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL "AMIGOS DE PIRATUBA" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 80, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 201, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda, para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 81, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO UNIVERSAL LTDA, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Universal Ltda, para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 82, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE AREZ/RN - ACCCARN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez/RN - ACCCARN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 83, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE COMUNICAÇÃO OS MORADORES E USUÁRIOS DA ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SIRIDÓ RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Siridó, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 508, de 13 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação Educativa de Comunicação os Moradores e Usuários da Água do Município de São José do Siridó RN para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Siridó, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 84, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOFUSÃO COMUNITÁRIA DE TIBAU - ARTC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 185, de 27 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Tibau - ARTC para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

03.778-046/0001-24

Avenida Mourão Ramos, 512 - sala 11 -  
Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88.020-301

única outorga

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO  
UNIVERSAL LTDA., PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE  
DE IÇARA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho  
do ano dois mil dez, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações,  
José Artur Filardi Leite, e a RÁDIO UNIVERSAL LTDA., CNPJ n.º 03.778.046/0001-24,  
representada por seu procurador, Gil Losso, RG n.º 195.502-0 SSP/SC,  
CPF n.º 290.095.379/00, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da  
permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 955 de 20 de novembro de  
2006, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2006, aprovada pelo  
Decreto Legislativo n.º 81, de 17 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 20  
de abril de 2009, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na  
localidade de Içara, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão pelo Código  
Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente,  
pelas cláusulas seguintes:

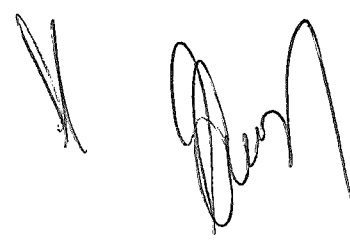
**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à Rádio Universal Ltda., o direito de explorar, sem  
exclusividade, na localidade de Içara, Estado de Santa Catarina, o serviço de radiodifusão  
sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos  
superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da  
Concorrência n.º 062/2001-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga  
apresentadas na licitação pela permissionária.

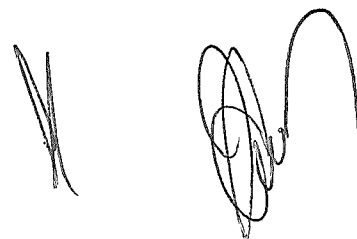
**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará  
em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de  
20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a  
montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do  
extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses,  
contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário  
Oficial da União;



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;

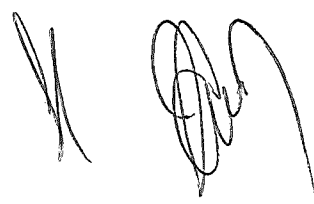
e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;





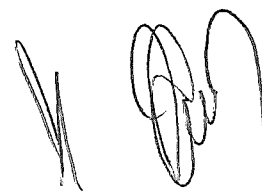
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 355.250,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

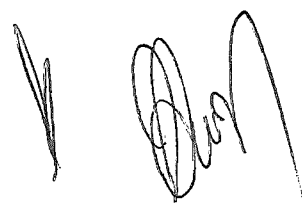
**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.



**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.


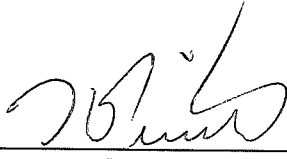
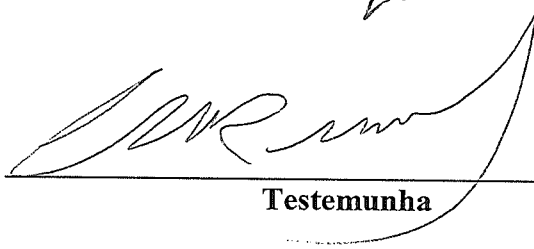
**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

  
\_\_\_\_\_  
**Ministro de Estado das Comunicações**  
\_\_\_\_\_  
**Permissionária**  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**



Entidade	Administrativo	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

### Dados da Entidade

CNPJ

03778046000124

Buscar

Clique [AQUI](#) para Editar os dados da Entidade.

Nome Entidade

RADIO UNIVERSAL LTDA

Nome Fantasia

DDD

Telefone

Email para Contato

Tipo Usuário

Integral



Tipo Orgão

Adm Privada



### Responsável Técnico

CPF

Buscar

Nome Responsável

E-mail

### Dados da Outorga

Serviço

FM



Carater

Primário



Fistel

50406044406

Pasta da Entidade

14294

Pasta da Outorga

14293

Validade da Radiofrequência

28/11/2026





Informações do documento da Outorga

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do Documento
9999	955	Portaria	MC	20/11/2006

Endereço Correspondência

CEP

Buscar

Logradouro

Número

Complemento

Bairro

UF

Selecione

Município

Selecione

Endereço da Sede

Logradouro

RUA SETE DE SETEMBRO

Número

260

Complemento

- SALA 202

CEP

88820000

Bairro

CENTRO

Município

Içara

UF

SC

Horário de funcionamento

+	Dia início	Dia fim	Hora início	Hora fim
---	------------	---------	-------------	----------

← Fechar

↗ Enviar

↗ Validação





Entidade	<b>Administrativo</b>	Endereços	Plano Básico	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	-----------------------	-----------	--------------	-------------------	----------------------------	-----

### Estação

Número da Estação

692829105

Indicativo da Estação

ZV246

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

21/08/2014

Data Último Licenciamento

17/01/2020

Número da Licença

000002/2014-SC

### Informações do Contrato

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
		▼	▼	

### Informações do documento de Aprovação de Locais

Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento
9999	368	Portaria ▼	MC ▼	10/09/2010

### Histórico de Documentos Emitidos

+	Número Processo	Número Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do documento	Data DOU
x	9999	81	Decreto Legislativo ▼	CN ▼	17/04/2009	20/04/2009
x	9999	6154	Ato ▼	CMPRL ▼	22/09/2010	23/09/2010
x	9999	7206	Ato ▼	SOR ▼	20/08/2014	21/08/2014
x	53500.000105/20	71	Ato ▼	ORLE ▼	05/01/2021	21/01/2021

← Fechar

↗ Enviar

↗ Validação



Entidade	Administrativo	Endereços	<b>Plano Básico</b>	Sistema Principal	Sistema de Trans. Auxiliar	RDS
----------	----------------	-----------	---------------------	-------------------	----------------------------	-----

Plano Básico

UF

SC

Município

Içara

Local Específico

Canal

216

Reuso

NÃO

Classe

C

ERP

0.3

kW

Altura Antena

60

m

Pareamento

Limitações

Azm

Latitude

Longitude

Azm

Latitude

Longitude

0°

5°

10°

15°

20°





MOSAICO



30°	
35°	
40°	
45°	
50°	
55°	
60°	
65°	
70°	
75°	
80°	
85°	
90°	
95°	
100°	



MOSAICO



110°	
115°	
120°	
125°	
130°	
135°	
140°	
145°	
150°	
155°	
160°	
165°	
170°	
175°	
180°	



MOSAICO



190°	
195°	
200°	
205°	
210°	
215°	
220°	
225°	
230°	
235°	
240°	
245°	
250°	
255°	
260°	



MOSAICO



270°	
275°	
280°	
285°	
290°	
295°	
300°	
305°	
310°	
315°	
320°	
325°	
330°	
335°	
340°	





MOSAICO



350°

355°

Localização

Latitude

28

40

51.1

☐

☒

N S

Longitude

49

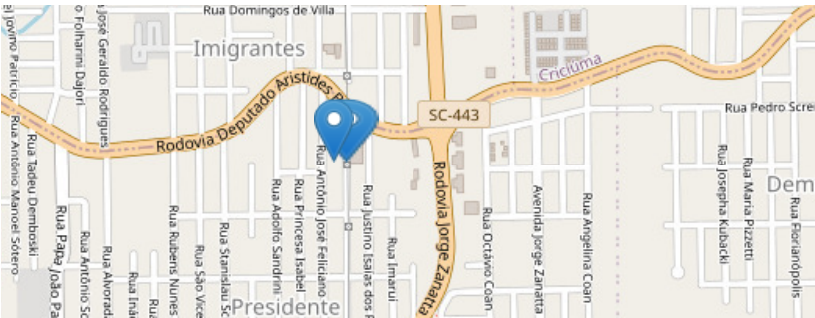
19

11.5

☐

☒

E O



Leaflet | © OpenStreetMap contributors | CC

Direção ao Centro do Município

Graus

Distância ao Centro do Município

km

Observações

←

 Fechar

↗

 Enviar

↗

 Validação

**Data de Envio:**

19/02/2021 18:46:23

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corr@mtic.gov.br>

**Para:**

cgfm@mtic.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

**Mensagem:**

Processo nº: 01250.063841/2019-67

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à NOME DA ENTIDADE RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Içara/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

---

**Re: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação**

---

**De :** cgfm@mctic.gov.br

Sex, 19 de fev de 2021 19:05

**Assunto :** Re: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

**Para :** MCOM <corrc@mctic.gov.br>

Prezado(a),

Informo que esta consulta já foi respondida anteriormente em 20 de janeiro de 2021.

Por oportuno, acrescento que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

----- Mensagem original -----

De: "MCOM" <corrc@mctic.gov.br>

Para: cgfm@mctic.gov.br

Enviadas: Sexta-feira, 19 de fevereiro de 2021 18:46:24

Assunto: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 01250.063841/2019-67

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à NOME DA ENTIDADE RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Içara/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

---



### CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO UNIVERSAL LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42202819587	03.778.046/0001-24	19/04/2000	06/04/2000
Endereço: RUA ALFREDO DEL PRIORE, 430, CENTRO, CRICIÚMA, SC - CEP: 88801630			
OBJETO SOCIAL			
INSTALAÇÃO, EXECUÇÃO E VEICULAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS, QUER EM ONDA MÉDIA, FREQUENCIA MODULADA, ONDA CURTA E ONDA TROPICAL, EM QUALQUER MODALIDADE E CLASSIFICAÇÃO, COM FINS EDUCACIONAIS, INFORMATIVOS, CÍVICOS E PATRIÓTICOS, SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL, MEDIANTE CONCESSÃO(ÕES) OU PERMISSÃO (ÕES) OUTORGADA(S) PELO PODER PÚBLICO COMPETENTE, DE CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PROPAGANDA COMERCIAL E ATIVIDADES CORRELATAS, IMPRIMIR E DISTRIBUIR PUBLICIDADE ESCRITA, SEM FINS LUCRATIVOS, APENAS DE CUNHO INFORMATIVO, DIRIGIDA AO PÚBLICO EM GERAL.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 200.000,00 DUZENTOS MIL REAIS		Microempresa	XXXXXX
R\$ Capital integralizado: 200.000,00 DUZENTOS MIL REAIS			
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
ALFREDO LANG 053.790.080-20	98.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA 888.628.879-49	82.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ANDREI NIVALDO VIEIRA 932.629.309-20	20.000,00	SÓCIO / ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número	REGISTRO ATIVO	Sem Status
13/03/2020	20204553814		
Ato: 206 - PROCURAÇÃO (QUANDO ARQUIVADA INDIVIDUALMENTE)			
Evento: 206 - PROCURACAO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: 42901030001 CNPJ: 03.778.046/0002-05			
Endereço: RUA MARECHAL CANDIDO RONDON - E, 1055-E, PRESIDENTE MEDICI, CHAPECÓ, SC - CEP: 89806105			
Observação			







Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



### CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO UNIVERSAL LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42202819587	03.778.046/0001-24	19/04/2000	06/04/2000
Endereço: RUA ALFREDO DEL PRIORE, 430, CENTRO, CRICIÚMA, SC - CEP: 88801630			

FLORIANOPOLIS - SC, 26 de Maio de 2022

BLASCO BORGES BARCELLOS

225102439

página: 2/2



**CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 1485941**

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

**NOME: RADIO UNIVERSAL LTDA**

Raiz do CNPJ: 03.778.046

Certidão emitida às 09:10 de 27/05/2022.

**OBSERVAÇÕES**

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Esta certidão abrange todo o primeiro grau de jurisdição do Poder Judiciário Catarinense.
- 3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 4) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 6) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

**ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>**



27/05/2022

0012262280

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Criciúma

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 9564022****FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Criciúma, com distribuição anterior à data de 26/05/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO UNIVERSAL LTDA, portador do CNPJ: 03.778.046/0001-24. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Criciúma, sexta-feira, 27 de maio de 2022.

**PEDIDO Nº:**

**0012262280**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **RADIO UNIVERSAL LTDA**  
CNPJ/CPF: **03.778.046/0001-24**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	220140084449359
Data de emissão:	26/05/2022 17:08:22
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	25/07/2022

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO UNIVERSAL LTDA**  
**CNPJ: 03.778.046/0001-24**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:24:36 do dia 02/05/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/10/2022.

Código de controle da certidão: **4D8F.E72F.E142.C50A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.778.046/0001-24

**Razão Social:** RADIO UNIVERSAL LTDA

**Endereço:** R ALFREDO DEL PRIORE 430 SALA / CENTRO / CRICIUMA / SC / 88801-630

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 19/05/2022 a 17/06/2022

**Certificação Número:** 2022051900473618170415

Informação obtida em 23/05/2022 14:38:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS  
PELA ANATEL

Nome: **RADIO UNIVERSAL LTDA**

CNPJ: **03.778.046/0001-24**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:15:42 do dia 26/05/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 25/06/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO UNIVERSAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.778.046/0001-24

Certidão nº: 14439993/2022

Expedição: 06/05/2022, às 15:00:53

Validade: 02/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO UNIVERSAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.778.046/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome / Razão Social

RADIO UNIVERSAL LTDA CNPJ: 03778046000124

Aviso

Existem débitos a vencer na presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data constam débitos tributários a vencer relativos ao contribuinte acima descrito.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWLTL6FUKR58HKE1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<http://www.criciuma.sc.gov.br>

Criciúma (SC), 22 de Abril de 2022



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.778.046/0001-24</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>19/04/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R ALFREDO DEL PRIORE</b>	NÚMERO <b>430</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>88.801-630</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>CRICIUMA</b>
UF <b>SC</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>GILLOSSO@RADIO105FM.NET</b>		TELEFONE <b>(48) 1111-1111</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>25/02/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/05/2022** às **14:53:05** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.788.303-5  
NOME ROSIMAR PETRELLI VIEIRA  
DATA DE EXPEDIÇÃO 05/ABR/2000

FILIAÇÃO MARIO JOSE GONZAGA PETRELLI  
DIRCEA CORREA PETRELLI

NATURALIDADE CASCAVEL PR  
DATA DE NASCIMENTO 17/DEZ/1974

DOC ORIGEM C CAS 268 LV 2B AUX FL 35  
CART GARCIA GOV C RAMOS SC

CPF 888.628.879/49  
BIGUACU SC

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Bel. Claudinei Churkim  
Delegado de Polícia  
Mgtr. 152.139-0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA  
INSTITUTO D

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR  
CARTEIRA DE IDENTIDADE

ROSIMAR PETRELLI VIEIRA

2º TABELIONATO DE NOTAS E  
1º DE PROTESTOS DA COMARCA DA CAPITAL  
Paulo Luis Quintela de Almeida - Tabelião  
R. Tenente Silveira nº 221 - Térreo - Centro  
Florianópolis - SC - CEP 88010-300  
(48) 3039 1991 - cartorioquintela@gmail.com

-- AUTENTICAÇÃO Nº 275103 --

Autentico a presente fotocópia por ser reprodução fiel do original que me  
foi apresentado. Do que dou fé.  
Florianópolis, 06 de março de 2016.  
Em test. da verdade.

OSVALDO FORTUNA FERREIRA / Escrevente Notarial  
Emolumentos: R\$ 2,75 + selo: R\$ 1,65 -- Total: R\$ 4,40  
Selo Digital de Fiscalização - Selo normal DUM87103-JYQO  
Confira os dados do ato em: selo.tjsc.jus.br

EM BRANCO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL **353.164** DATA DE EXPEDIÇÃO **29/AGO/2012**

NOME **ALFREDO LANG**

FILIAÇÃO **LEONARDO LANG  
IDA LANG**

NATURALIDADE **GETÚLIO VARGAS RS**

DATA DE NASCIMENTO **21/DEZ/1943**

DOC. ORIGEM **CERT. CAS. 4123 LV B-18 FL 182  
CART. WOLFFENBÜTEL - GETÚLIO VARGAS RS**

CPF **053.790.080-20**

*Neusa Gheno*

*Papiloscopista - 199/SC*

*Mak 356.755-9*

ASSINATURA DO DIRETOR **CHAPÉCO - SC** LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS CRISTO E SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

INFORME GERAL E OUTROS





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

# CPF

932.629.309-20

ANDREI NIVALDO VIEIRA

07/02/1974

ESCRIVANIA DE PAZ DO 4º SUBDISTRITO - TRINDADE  
TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL  
MARIA ALICE COSTA DA SILVA - TITULAR

### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 03 de Janeiro de 2013.

ALEXANDRE FALKEMBACH ANNES - ESCRIVENTE JURAMENTADO

Emolumentos: R\$ 2,45 Selo: R\$ 1,35

SELO NORMAL: CYC00385-HF0V

Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Rua Lauro Linhares, 1849, 1º andar - Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88036-003 - Fone (48) 3234-0003

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
GERAL

3.093.310

DATA DE  
EXPEDIÇÃO

29/JUN/2006

NOME

ANDREI NIVALDO VIEIRA

FILIAÇÃO

NIVALDO RODOLFO VIEIRA

MONICA ANEROSIA VIEIRA

NATURALIDADE

FLORIANOPOLIS SC

DATA DE NASCIMENTO

07/FEV/1974

DOC ORIGEM

C NASC 9132 LV A24 EL 183

CART SILVA FPOLIS SC

CPF

VALTER CLAUDIO RODRIGUES  
Delegado de Polícia

RIGUACU

SC

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

ESCRIVANIA DE PAZ DO 4º SUBDISTRITO - TRINDADE  
TABELIONATO DE NOTAS E OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL  
MARIA ALICE COSTA DA SILVA - TITULAR

### AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é reprodução autêntica do documento original, do que dou fé. Trindade, 03 de Janeiro de 2013.

ALEXANDRE FALKEMBACH ANNES - ESCRIVENTE JURAMENTADO

Emolumentos: R\$ 2,45 Selo: R\$ 1,35

SELO NORMAL: CYC00384-T4RR

Confira os dados do ato em: [selo.tjsc.jus.br](http://selo.tjsc.jus.br)

Rua Lauro Linhares, 1849, 1º andar - Trindade - Florianópolis - Estado de Santa Catarina - CEP 88036-003 - Fone (48) 3234-0003

Cartão de uso pessoal e intransferível.  
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Setembro/2006

**CORREIOS**  
[www.correios.com.br](http://www.correios.com.br)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



Andrei Nivaldo Vieira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência  
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: **Edinéia Pereira da Costa**

Data/Hora: **18/07/2022 16:21:49**

**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM**

UF: SC		Município: Içara		
Entidade		Município	Data Outorga	Validade
RADIO DIFUSORA DE ICARA LTDA		Içara	12/02/2002	
RADIO UNIVERSAL LTDA		Içara		
Usuário: edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa		Data: 18/07/2022	Hora: 16:21:49	



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **RADIO UNIVERSAL LTDA**

**CNPJ:**           **03.778.046/0001-24**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:22:51 do dia 18/07/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 17/08/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

--



BOA TARDE  
Edinéia Pereira da CostaSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.778.046/0001-24											
RADIO UNIVERSAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	<a href="#">053.790.080-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ANDREI NIVALDO VIEIRA	<a href="#">932.629.309-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	<a href="#">888.628.879-49</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [edineia.mc](#) - Edinéia Pereira da Costa

Data: 18/07/2022

Hora: 16:24:42



BOA TARDE  
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		053.790.080-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	<a href="#">053.790.080-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [edineia.mc](#) - Edinéia Pereira da Costa

Data: 18/07/2022

Hora: 16:25:58



BOA TARDE  
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		932.629.309-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREI NIVALDO VIEIRA	<a href="#">932.629.309-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [edineia.mc](#) - Edinéia Pereira da Costa

Data: 18/07/2022

Hora: 16:26:18



BOA TARDE  
Edinéia Pereira da Costa

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		888.628.879-49									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	888.628.879-49	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Chapecó
		TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Chapecó

Usuário: edineia.mc - Edinéia Pereira da Costa

Data: 18/07/2022

Hora: 16:26:38



Id solicitação: 57dbac41d6156

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO UNIVERSAL LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone: ()</b>	<b>E-mail:</b>
<b>CNPJ:</b> 03.778.046/0001-24	<b>Número do Fistel:</b> 50406044406
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 28/07/2010	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 28/11/2026	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA SETE DE SETEMBRO	<b>Complemento:</b> - SALA 202	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 260	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88820000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> RUA ANTÔNIO JOSÉ FELICIANO	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> PRESIDENTE VARGAS	<b>Numero:</b> 1320	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88820000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 216	<b>Frequência:</b> 91.1 MHz	<b>Classe:</b> C	<b>ERP Máxima:</b> 0.107kW
<b>HCI:</b> 47 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 692829105	<b>Número Indicativo:</b> ZYV246
<b>Data Último Licenciamento:</b> 21/08/2014	<b>Número da Licença:</b> 000002/2014-SC

Estação Principal
-------------------

Localização		
Latitude: 28° 40' 51.10" S	Longitude: 49° 19' 11.50" S	Cota da base: 71.00 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 011800300422	Modelo: ETG 1000
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: .140 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF78-50A	Fabricante: KMP/RFS		
Comprimento da Linha: 60.00 m	Atenuação: 1.09 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: FBL-FM/78-2	Fabricante: FLORESTEL LTDA				
Ganho: -.02 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 230 °	Polarização: Circular	HCI: 47 m	ERP Máxima: 0.11 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 3.05	5°: 3.17	10°: 3.21	15°: 3.2	20°: 3.15	25°: 3.1	30°: 3.05	35°: 3.02	40°: 2.99	45°: 2.95	50°: 2.91	55°: 2.86
60°: 2.81	65°: 2.77	70°: 2.73	75°: 2.69	80°: 2.63	85°: 2.55	90°: 2.43	95°: 2.25	100°: 2.04	105°: 1.79	110°: 1.53	115°: 1.29
120°: 1.07	125°: 0.88	130°: 0.7	135°: 0.53	140°: 0.37	145°: 0.24	150°: 0.13	155°: 0.06	160°: 0.01	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0.02	190°: 0.04	195°: 0.08	200°: 0.12	205°: 0.16	210°: 0.21	215°: 0.26	220°: 0.32	225°: 0.38	230°: 0.44	235°: 0.47
240°: 0.48	245°: 0.45	250°: 0.39	255°: 0.31	260°: 0.22	265°: 0.14	270°: 0.08	275°: 0.03	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0.09	310°: 0.22	315°: 0.38	320°: 0.57	325°: 0.77	330°: 1.02	335°: 1.34	340°: 1.7	345°: 2.1	350°: 2.49	355°: 2.81

Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -

Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar	

<b>Modelo:</b>		<b>Fabricante:</b>	
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>			<b>Fabricante:</b>		
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.11 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	955	Portaria	MC	20/11/2006	28/11/2006	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	368	Portaria	MC	10/09/2010	16/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	81	Decreto Legislativo	CN	17/04/2009	20/04/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	6154	Ato	CMPRL	22/09/2010	23/09/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	7206	Ato	SOR	20/08/2014	21/08/2014	Autoriza Equipamento	Técnico
53500.000105/2021-27	71	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

systemasnet/rd/Relatorios/C...

Certidão Negativa de Débito...

SIACCO - SISTEMA DE ACOM...

SIACCO - SISTEMA DE ACOM...

Spectrum-E: Portal

Spectrum-E: SRD - Licenciame...

←

↻

⚠ Não seguro

systemasnet/se/eaapp@ist.php?wfid=b\_radiofusao\_mc\_admin

🔍

🏠

🔖

🔧

📱

🔴

🌐 SRD - SISTEMA DE...

📄 ssc043085

📖 Dicionário Alemão...


📄 G1 - O portal de n...

📡 Processo Eletrôni...

🚗 Teste de veloci...

📶 SSI / MCTI

👤 Autotendimento

 Início > SRD > Licenciamento

MOSAICO

SRD - Licenciamento

Version 1.0

Canais

Solicitações

Canais Excluídos

Todos

RTV/RVTV Secundário

2 total de registros

1-50

50

Atualizar

Filtrar

Ative

Status

CNPJ

Entidade

NumFiscal

Canal

Frequência

Classe

Serviço

Serviço

Local Específico

Finalidade

Caráter

Fase

Município

UF

Data

Id do Canal

Atualizar dados admitidos

Resumo Estação

	(FM-C7) Aguardando Atividade de RF	7550077000114	RADIO OPIUSORA DE ICARA LTDA	30413301300	233	94.5	A2	230	FM		Comercial	P	1	Igara	SC	2022-03-29 17:30:15	5876a76f640c
	(FM-C2) Canal Outorgado - Aguardando Dado da Estação	63778046000124	RADIO UNIVERSAL LTDA	50496044406	216	91.1	C	230	FM		Comercial	P	2	Igara	SC	2022-04-06 11:10:37	578b0a1c6136

Systemas Control Inc. © 2022





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.778.046/0001-24</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>19/04/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R ALFREDO DEL PRIORE</b>	NÚMERO <b>430</b>	COMPLEMENTO *****
CEP <b>88.801-630</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>CENTRO</b>	MUNICÍPIO <b>CRICIUMA</b>
UF <b>SC</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>GILLOSSO@RADIO105FM.NET</b>	
TELEFONE <b>(48) 1111-1111</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>25/02/2001</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **18/07/2022** às **16:45:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.778.046/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	RADIO UNIVERSAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANDREI NIVALDO VIEIRA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ROSIMAR PETRELLI VIEIRA
Qualificação:	22-Sócio

Nome/Nome Empresarial:	ALFREDO LANG
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 18/07/2022 às 16:56 (data e hora de Brasília).





## CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome / Razão Social

RADIO UNIVERSAL LTDA CNPJ: 03778046000124

Aviso

Existem débitos a vencer na presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data constam débitos tributários a vencer relativos ao contribuinte acima descrito.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWOSTGK3HIVQIBY1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.  
<http://www.criciuma.sc.gov.br>

Criciúma (SC), 18 de Julho de 2022

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 03.778.046/0001-24

**Razão Social:** RADIO UNIVERSAL LTDA

**Endereço:** R ALFREDO DEL PRIORE 430 SALA / CENTRO / CRICIUMA / SC / 88801-630

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 16/07/2022 a 14/08/2022

**Certificação Número:** 2022071600595639854712

Informação obtida em 18/07/2022 16:47:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO UNIVERSAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.778.046/0001-24

Certidão nº: 22738570/2022

Expedição: 18/07/2022, às 16:47:50

Validade: 14/01/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO UNIVERSAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.778.046/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **RADIO UNIVERSAL LTDA**  
CNPJ/CPF: **03.778.046/0001-24**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	220140120167303
Data de emissão:	19/07/2022 10:35:34
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	17/09/2022

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 10077/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.063841/2019-67

INTERESSADO: RÁDIO UNIVERSAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO UNIVERSAL LTDA, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Içara/SC, referente ao seguinte período: 28/07/2020 a 28/07/2030.

### ANÁLISE

2. A última análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica n.º 617/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício n.º 1270/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI6387985 e 6388020). Em resposta, a Interessada protocolou requerimentos sob os nº 53115.002518/2021-90, 53115.039659/2021-68 e 53115.014127/2022-07 acompanhados de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

### RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. prova de regularidade perante a Fazenda federal, da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

3.2. prova de regularidade relativa à seguridade social;

4. Ademais, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

**§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)**

5. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Içara/SC, encontra-se com o status "FM-C2 - canal outorgado - aguardando dados da estação", não estando, portanto, devidamente licenciada. Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

### CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Especialista em Infraestrutura Sênior**, em 29/07/2022, às 07:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/07/2022, às 10:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10188201** e o código CRC **63196C6B**.

#### Minutas e Anexos

Não Possui.



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 17400/2022/MCOM

Brasília, 28 de julho de 2022.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO UNIVERSAL LTDA. (CNPJ Nº 03.778.046/0001-24)**  
Rua Alfredo Del Priore, nº 430, Centro  
88801-630 - Criciúma/SC

**Assunto: Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.063841/2019-67.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 10077/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 29/07/2022, às 10:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10188336** e o código CRC **7237D005**.

**Anexos:**

- Nota Técnica 10077 (SEI 10188201)

**Data de Envio:**

29/07/2022 11:54:40

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

**Para:**

GILLOSSO@RADIO105FM.NET  
gillosso@radio105fm.net  
financeiro@radio102fm.com.br  
amandafinanceiro@radio105fm.net  
financeiro@radio105fm.net

**Assunto:**

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações

**Mensagem:**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 01250.063841/2019-67

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSAL LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

**Anexos:**

Oficio\_10188336.html  
Nota\_Tecnica\_10188201.html



# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Debora braga reis de souza

Relatório Consultar ▼ Sair

## Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.778.046/0001-24

Razão Social

Pesquisar

10 ▼



1 / 1



Razão Social



CNPJ



Emails

RADIO UNIVERSAL  
LTDA

03.778.046/0001-  
24

GILLOSSO@RADIO105FM.NET, gillosso@radio105fm.net, financeiro@radio102fmsc.com.br,  
amandafinanceiro@radio105fm.net, financeiro@radio105fm.net

10 ▼



1 / 1





NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>				CNPJ <b>03778046000124</b>	
Nº DA ESTAÇÃO <b>692829105</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>28° 39' 25.88" S</b>	LONGITUDE <b>49° 21' 43.81" W</b>	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Av. Aristides Bolan, nº s/n.</b>				DISTRITO	
BAIRRO <b>Mina Brasil</b>				MUNICÍPIO <b>Criciúma</b>	UF <b>SC</b>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 28/11/2026

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Içara UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 91.1 MHz CANAL: 215

CLASSE: B1 COTA BASE DA TORRE: 270

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYV246

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Içara

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Alfredo Del Priore BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Criciúma UF: SC

NUMERO: 430 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting MODELO: ETG 1000

CÓDIGO: 011800300422 POTÊNCIA: 0.33 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: PGM SOLUÇÕES LTDA. (MAXIMUS RF) MODELO: FMV-MD-03

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: ANTENA DE POLARIZAÇÃO VERTIC

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 45 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: FBL-FM/78-1

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: Antena de polarização circul

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 34 m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: KMP/RFS MODELO: LCF158-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: KMP/RFS MODELO: LCF78-50A

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 27/04/2023 11:57:55

APLICAÇÃO

Emitido Em  
20/02/2023Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlnbmNhoJyMDIzNjQ0YThkNzI0NDgyOQ==>

Id solicitação: 57dbac41d6156

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO UNIVERSAL LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone: ()</b>	<b>E-mail:</b> gillosso@radio105fm.net
<b>CNPJ:</b> 03.778.046/0001-24	<b>Número do Fistel:</b> 50406044406
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 28/07/2010	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 28/11/2026	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA SETE DE SETEMBRO	<b>Complemento:</b> - SALA 202	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 260	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88820000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Av. Aristides Bolan	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Mina Brasil	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88810201

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 216	<b>Frequência:</b> 91.1 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0.5394kW
<b>HCI:</b> 45 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

--



Informações Gerais	
Número da Estação: 692829105	Número Indicativo: ZYV246
Data Último Licenciamento: 20/02/2023	Número da Licença: 53500.000167/2023-09

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 28° 39' 25.88" S	Longitude: 49° 21' 43.81" W	Cota da base: 270 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 011800300422	Modelo: ETG 1000
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 0.33 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: KMP/RFS		
Comprimento da Linha: 60.0 m	Atenuação: 0.61 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMV-MD-03	Fabricante: PGM SOLUÇÕES LTDA. (MAXIMUS RF)				
Ganho: 3.0 dBd	Beam-Tilt: 5 °	Orientação NV: 145 °	Polarização: Vertical	HCI: 45 m	ERP Máxima: 0.54 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 8.6	5°: 8.34	10°: 8.04	15°: 7.68	20°: 7.28	25°: 6.84	30°: 6.38	35°: 5.94	40°: 5.5	45°: 5.08	50°: 4.7	55°: 4.36
60°: 4.05	65°: 3.79	70°: 3.58	75°: 3.4	80°: 3.28	85°: 3.18	90°: 3.13	95°: 3.09	100°: 3.17	105°: 3.34	110°: 3.53	115°: 3.81
120°: 4.1	125°: 4.3	130°: 4.5	135°: 4.75	140°: 4.92	145°: 5.01	150°: 4.92	155°: 4.75	160°: 4.5	165°: 4.3	170°: 4.1	175°: 3.81
180°: 3.53	185°: 3.34	190°: 3.17	195°: 3.09	200°: 3.12	205°: 3.18	210°: 3.28	215°: 3.4	220°: 3.58	225°: 3.79	230°: 4.06	235°: 4.37
240°: 4.71	245°: 5.1	250°: 5.52	255°: 5.95	260°: 6.4	265°: 6.85	270°: 7.28	275°: 7.67	280°: 8.03	285°: 8.33	290°: 8.57	295°: 8.77
300°: 8.9	305°: 9	310°: 9.07	315°: 9.12	320°: 9.14	325°: 9.16	330°: 9.16	335°: 9.14	340°: 9.11	345°: 9.04	350°: 8.93	355°: 8.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 28°34'48.45" S Lon 49°21'43.81" W	5°: Lat 28°34'30.6" S Lon 49°21'49.21" W	10°: Lat 28°34'24.64" S Lon 49°21'0'43.33" W	15°: Lat 28°34'16.66" S Lon 49°20'9.47" W	20°: Lat 28°34'20.6" S Lon 49°19'37.29" W	25°: Lat 28°34'14.24" S Lon 49°18'58.35" W	30°: Lat 28°34'3.43" S Lon 49°18'11.87" W	35°: Lat 28°33'57.55" S Lon 49°17'22.1" W	40°: Lat 28°33'57" S Lon 49°16'29.69" W	45°: Lat 28°34'8.85" S Lon 49°15'42.97" W	50°: Lat 28°34'28.5" S Lon 49°14'15.04" W	55°: Lat 28°34'46.86" S Lon 49°13'4'10.36" W
60°: Lat 28°35'17.84" S Lon 49°13'35.02" W	65°: Lat 28°35'58.18" S Lon 49°13'17.13" W	70°: Lat 28°36'37.72" S Lon 49°12'58.41" W	75°: Lat 28°37'18.54" S Lon 49°12'43.68" W	80°: Lat 28°37'57.85" S Lon 49°12'17.1" W	85°: Lat 28°38'41.53" S Lon 49°12'10.49" W	90°: Lat 28°39'25.53" S Lon 49°11'52.02" W	95°: Lat 28°40'11.2" S Lon 49°11'48.81" W	100°: Lat 28°40'57.35" S Lon 49°11'50.22" W	105°: Lat 28°41'41.18" S Lon 49°12'6.75" W	110°: Lat 28°42'23.18" S Lon 49°12'27.44" W	115°: Lat 28°43'1.06" S Lon 49°12'56.96" W
120°: Lat 28°43'38.17" S Lon 49°13'25.01" W	125°: Lat 28°44'9.92" S Lon 49°14'43.25" W	130°: Lat 28°44'35.12" S Lon 49°15'43.25" W	135°: Lat 28°45'2.76" S Lon 49°15'19.4" W	140°: Lat 28°45'23.61" S Lon 49°16'1.3" W	145°: Lat 28°45'44.56" S Lon 49°16'41.26" W	150°: Lat 28°46'10.37" S Lon 49°17'17.35" W	155°: Lat 28°46'29.2" S Lon 49°17'58.58" W	160°: Lat 28°46'49.27" S Lon 49°18'39.67" W	165°: Lat 28°47'10.83" S Lon 49°19'21.66" W	170°: Lat 28°47'10.59" S Lon 49°20'10.32" W	175°: Lat 28°47'11.24" S Lon 49°20'57.36" W
180°: Lat 28°47'41.48" S Lon 49°21'43.81" W	185°: Lat 28°47'53.76" S Lon 49°22'34.52" W	190°: Lat 28°47'43.28" S Lon 49°23'23.89" W	195°: Lat 28°47'42.89" S Lon 49°24'15.78" W	200°: Lat 28°47'42.74" S Lon 49°25'10.19" W	205°: Lat 28°47'29.36" S Lon 49°26'1.1" W	210°: Lat 28°47'3.74" S Lon 49°26'45.48" W	215°: Lat 28°46'35.04" S Lon 49°27'26.74" W	220°: Lat 28°46'3.55" S Lon 49°28'4.61" W	225°: Lat 28°45'26.21" S Lon 49°28'35.03" W	230°: Lat 28°44'44.25" S Lon 49°28'56.82" W	235°: Lat 28°44'1.78" S Lon 49°29'13.5" W
240°: Lat 28°43'19.24" S Lon 49°29'25.12" W	245°: Lat 28°42'35.07" S Lon 49°29'26.92" W	250°: Lat 28°41'52.46" S Lon 49°29'23.6" W	255°: Lat 28°41'13.07" S Lon 49°29'20.73" W	260°: Lat 28°40'34.45" S Lon 49°29'20.832" W	265°: Lat 28°39'58.15" S Lon 49°28'46.49" W	270°: Lat 28°39'25.72" S Lon 49°28'26.45" W	275°: Lat 28°38'56.6" S Lon 49°28'28.335" W	280°: Lat 28°38'33.47" S Lon 49°27'21.74" W	285°: Lat 28°38'16.44" S Lon 49°26'38.71" W	290°: Lat 28°38'0.65" S Lon 49°26'10.38" W	295°: Lat 28°37'36.58" S Lon 49°26'10.69" W
300°: Lat 28°37'18.96" S Lon 49°25'54.13" W	305°: Lat 28°36'43.96" S Lon 49°26'7.12" W	310°: Lat 28°36'18.34" S Lon 49°25'58.3" W	315°: Lat 28°36'2.94" S Lon 49°25'34.89" W	320°: Lat 28°36'4.22" S Lon 49°24'56.52" W	325°: Lat 28°36'25.22" S Lon 49°24'7.89" W	330°: Lat 28°36'51.85" S Lon 49°23'25.11" W	335°: Lat 28°37'27.68" S Lon 49°22'46.6" W	340°: Lat 28°37'54.52" S Lon 49°22'21.69" W	345°: Lat 28°37'38.23" S Lon 49°22'16.67" W	350°: Lat 28°35'58.05" S Lon 49°22'25.55" W	355°: Lat 28°35'13.12" S Lon 49°22'8.99" W

Distância por radial											
0°: 8.6	5°: 9.2	10°: 9.4	15°: 9.9	20°: 10	25°: 10.6	30°: 11.5	35°: 12.4	40°: 13.3	45°: 13.8	50°: 14.3	55°: 15
60°: 15.3	65°: 15.2	70°: 15.2	75°: 15.2	80°: 15.6	85°: 15.6	90°: 16	95°: 16.2	100°: 16.3	105°: 16.2	110°: 16	115°: 15.7

120°: 15.6	125°: 15.3	130°: 14.9	135°: 14.7	140°: 14.4	145°: 14.3	150°: 14.4	155°: 14.4	160°: 14.6	165°: 14.9	170°: 14.6	175°: 14.4
180°: 15.3	185°: 15.7	190°: 15.6	195°: 15.9	200°: 16.3	205°: 16.5	210°: 16.3	215°: 16.2	220°: 16	225°: 15.7	230°: 15.3	235°: 14.9
240°: 14.4	245°: 13.8	250°: 13.3	255°: 12.8	260°: 12.2	265°: 11.5	270°: 10.9	275°: 10.3	280°: 9.3	285°: 8.3	290°: 7.7	295°: 8
300°: 7.8	305°: 8.7	310°: 9	315°: 8.9	320°: 8.1	325°: 6.8	330°: 5.5	335°: 4	340°: 3	345°: 3.4	350°: 6.5	355°: 7.8

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF78-50A						Fabricante: KMP/RFS					
Comprimento da Linha: 50.0 m			Atenuação: 1.09 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo: FBL-FM/78-1				Fabricante:	
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 145 °	Polarização: Circular	HCl: 34 m	ERP Máxima: 0.54 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	955	Portaria	MC	20/11/2006	28/11/2006	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	368	Portaria	MC	10/09/2010	16/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	81	Decreto Legislativo	CN	17/04/2009	20/04/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	6154	Ato	CMPRL	22/09/2010	23/09/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	7206	Ato	SOR	20/08/2014	21/08/2014	Autoriza Equipamento	Técnico
53500.000105/2021-27	71	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.342070/2022-81	9591184	Ato	ORLE	20/12/2022	02/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento							

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.778.046/0001-24											
RADIO UNIVERSAL LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	<a href="#">053.790.080-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ANDREI NIVALDO VIEIRA	<a href="#">932.629.309-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	<a href="#">888.628.879-49</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [anatel\ricardoc.mc](#) - Ricardo da Costa

Data: 27/04/2023

Hora: 11:52:13



Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		053.790.080-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	<a href="#">053.790.080-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)Data: **27/04/2023**Hora: **11:52:33**

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		888.628.879-49									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	888.628.879-49	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Chapecó
		TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Chapecó

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: 27/04/2023

Hora: 11:53:41

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 932.629.309-20											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREI NIVALDO VIEIRA	<a href="#">932.629.309-20</a>	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#)

Data: **27/04/2023**

Hora: **11:53:19**



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

**Tipo de Consulta:** CNPJ

**CNPJ:** 03.778.046/0001-24

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [anatel\ricardoc.mc](#) - Ricardo da Costa

Data: **27/04/2023**

Hora: **11:51:48**

Dados da consulta | Consulta

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO UNIVERSAL LTDA

**Nº FISTEL:** 50406044406

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 03778046000124

**Situação:** Ativa

**Data Validade:** 28/07/2020

**CADIN:** Não

**Incidência FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

**UF:** SC

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** RUA SETE DE SETEMBRO 260 - - SALA 202

**Bairro:** CENTRO

**Município:** Içara

**CEP:** 88820-000

**UF:** SC

**End. Corresp.:** Rua Alfredo Del Priore 430

**Bairro:** Centro

**Município:** Criciúma

**CEP:** 88801-630

**UF:** SC

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
6530	0	2010	20/07/2010	R\$ 355.250,00	13/07/2010	355.250,00	355.250,00	0001 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2010	02/11/2010	R\$ 200,00	15/10/2010	200,00	200,00	0002 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
6530	0	2011	28/07/2011	R\$ 355.250,00	28/07/2011	355.250,00	355.250,00	0003 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	20/09/2014	R\$ 1.000,00	19/09/2014	1.000,00	1.000,00	0004 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	31/03/2015	330,00	330,00	0005 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	31/03/2015	50,00	50,00	0006 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0007 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0008 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
6530	0	2016	31/03/2016	R\$ 267.157,66		0,00	0,00	0009 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0010 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0011 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	02/04/2018	330,00	330,00	0012 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	02/04/2018	50,00	50,00	0013 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	29/03/2019	330,00	330,00	0014 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	29/03/2019	50,00	50,00	0015 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
5370	1	2020	24/02/2020	R\$ 8,85	15/01/2020	8,85	8,85	0016 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	31/08/2020	330,00	330,00	0019 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00

4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	31/08/2020	50,00	50,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0020</div> Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2021	03/02/2021	R\$ 280,70	04/01/2021	280,70	280,70	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0021</div> Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	31/03/2021	330,00	330,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0022</div> Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	31/03/2021	50,00	50,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0023</div> Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0024</div> Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 50,00	31/03/2022	50,00	50,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0025</div> Quitado	0,00
6530	0	2022	27/01/2023	R\$ 77.041,47	06/12/2022	77.041,47	77.041,47	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0026</div> Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	18/01/2023	R\$ 280,70	19/12/2022	280,70	280,70	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0028</div> Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	13/03/2023	R\$ 2.000,00	17/02/2023	2.000,00	2.000,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0029</div> Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	31/03/2023	330,00	330,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0030</div> Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	31/03/2023	50,00	50,00	 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	<div>0031</div> Quitado	0,00
<b>Total devido em 27/04/2023 (em reais):</b>										0,00
<b>Total de créditos em 27/04/2023 (em reais):</b>										0,00

#### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela

Registro 1 até 28 de 28 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SC		Município: Içara		
Entidade		Município	Data Outorga	Validade
RADIO DIFUSORA DE ICARA LTDA		Içara		
RADIO UNIVERSAL LTDA		Içara		

Usuário: [anatel\ricardoc.mc - Ricardo da Costa](#) Data: **27/04/2023** Hora: **12:03:15**

Registro **1** até **2** de **2** registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO UNIVERSAL LTDA**

**CNPJ:** **03.778.046/0001-24**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:51:06 do dia 27/04/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/05/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE	28.11.06
Região	121 Seção
ANOTADO POR	297

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 955 , DE 20 DE NOVEMBRO DE 2006.

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53740.000373/2001, Concorrência nº 062/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à RÁDIO UNIVERSAL LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 76, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à **MS UM COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.810, de 11 de dezembro de 2002, que outorga permissão à **MS Um Comunicações e Exploração de Serviços de Radiodifusão Ltda.** para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Siderópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 77, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à **RÁDIO FM MEDIATEIRA S/C LTDA.** para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristiana, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 525, de 10 de novembro de 2005, que outorga permissão à **Rádio FM Medianeira S/C Ltda.** para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristiana, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
IMPrensa NACIONAL**

**LUIZ INACIO LULA DA SILVA**  
Presidente da República

**DILMA VANA ROUSSEFF**  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

**ERENICE ALVES GUERRA**  
Secretária Executiva da Casa Civil

**FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA**  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

**JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA**  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

**ALEXANDRE MIRANDA MACHADO**  
Coordenador da Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

**FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA**  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.djof.gov.br ou [editoria@djof.gov.br](mailto:editoria@djof.gov.br)  
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-456, Brasília - DF  
CNPJ: 01.196.045/0001-30  
Fone: 0800 775 6787

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 78, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IÇARA** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária de Içara** para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 79, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL "AMIGOS DE PIRATUBA"** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 116, de 23 de março de 2006, que outorga autorização à **Associação Comunitária e Cultural "Amigos de Piratuba"** para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piratuba, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 80, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à **RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 201, de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à **Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda.** para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão do Grajaú, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 81, DE 2009**

Aprova o ato que outorga permissão à **RÁDIO UNIVERSAL LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, que outorga permissão à **Rádio Universal Ltda.** para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Içara, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 82, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE AREZRN - ACCCARN** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 142, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Arez/RN - ACCCARN** para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arez, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 83, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à **ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DE COMUNICAÇÃO OS MORADORES E USUÁRIOS DA ÁGUA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SIRIDÓ RN** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Siridó, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 508, de 13 de setembro de 2007, que outorga autorização à **Associação Educativa de Comunicação os Moradores e Usuários da Água do Município de São José do Siridó RN** para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Siridó, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 84, DE 2009**

Aprova o ato que outorga autorização à **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE TIBAU - ARTC** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 185, de 27 de abril de 2007, que outorga autorização à **Associação de Radiodifusão Comunitária de Tibau - ARTC** para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tibau, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2009.

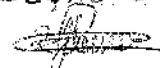
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

03.778-046/0002-24

Avenida Moura Ramos, 512 - sala 11 -  
Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88.021-301

única autoriza

28.07.2010  
101. SEÇÃO 3  


CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO  
UNIVERSAL LTDA., PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE  
DE IÇARA, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho  
do ano dois mil dez, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações,  
José Artur Filardi Leite, e a RÁDIO UNIVERSAL LTDA., CNPJ n.º 03.778.046/0001-24,  
representada por seu procurador, Gil Losso, RG n.º 195.502-0 SSP/SC,  
CPF n.º 290.095.379/00, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da  
permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 955 de 20 de novembro de  
2006, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2006, aprovada pelo  
Decreto Legislativo n.º 81, de 17 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 20  
de abril de 2009, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na  
localidade de Içara, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão pelo Código  
Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente,  
pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à Rádio Universal Ltda., o direito de explorar, sem  
exclusividade, na localidade de Içara, Estado de Santa Catarina, o serviço de radiodifusão  
sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos  
superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da  
Concorrência n.º 062/2001-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga  
apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará  
em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

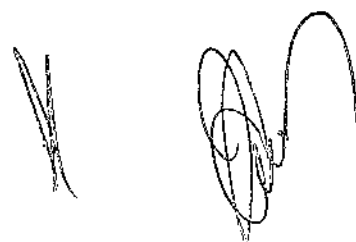
**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de  
20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a  
montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do  
extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses,  
contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário  
Oficial da União;





- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;



q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;

e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;

f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;

g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;

h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;

- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 355.250,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.



**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

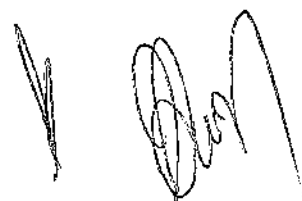
**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.





**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.


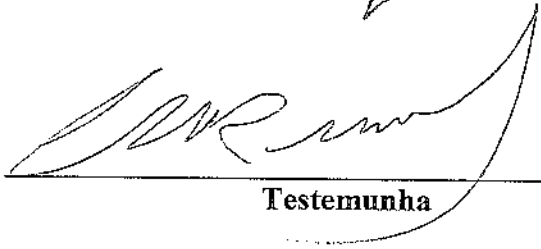
**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

  
\_\_\_\_\_  
**Ministro de Estado das Comunicações**  
\_\_\_\_\_  
**Permissionária**  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**  
\_\_\_\_\_  
**Testemunha**

**Data de Envio:**

21/06/2023 19:43:36

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 01250.063841/2019-67

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº:  
01250.063841/2019-67****Inez Joffily França**

Qui, 22/06/2023 09:55

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RRÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara/SC, responder ao processo nº 53000.031172/2013-14, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 21 de junho de 2023 19:43**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 01250.063841/2019-67

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº03.778.046/0001-24), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO UNIVERSAL LTDA**  
**CNPJ: 03.778.046/0001-24**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:43:28 do dia 05/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/11/2023.

Código de controle da certidão: **B0B8.E6C3.B856.7EF5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Dados da consulta | Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CNPJ											
<b>CNPJ:</b> 03.778.046/0001-24											
<b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	053.790.080-20	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ANDREI NIVALDO VIEIRA	932.629.309-20	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	888.628.879-49	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 21/06/2023

Hora: 16:26:02

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		053.790.080-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ALFREDO LANG	053.790.080-20	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	98000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: **carlaf.mc** - Carla Fabiane da Costa FerreiraData: **21/06/2023**Hora: **16:26:18**

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		932.629.309-20									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ANDREI NIVALDO VIEIRA	932.629.309-20	RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	20000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: **carlaf.mc** - Carla Fabiane da Costa FerreiraData: **21/06/2023**Hora: **16:26:42**



Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 888.628.879-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
ROSIMAR PETRELLI VIEIRA	<a href="#">888.628.879-49</a>	TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	TV	--	SC	Chapecó
		TV O ESTADO LTDA	<a href="#">78.647.633/0001-83</a>	Sócio	140000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SC	Chapecó
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Içara
		RADIO UNIVERSAL LTDA	<a href="#">03.778.046/0001-24</a>	Sócio	82000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Chapecó

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 21/06/2023

Hora: 16:27:01





Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	03.778.046/0001-24

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **21/06/2023**

Hora: **16:28:00**

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO UNIVERSAL LTDA**

**CNPJ:** **03.778.046/0001-24**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:28:43 do dia 21/06/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/07/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data/Hora: **21/06/2023 16:30:38**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO UNIVERSAL LTDA

**Nº FISTEL:** 50406044406

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 03778046000124

**Situação:** Ativa

**Data Validade:** 28/07/2020

☒ **CADIN:** Não

**Incidência FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** SC

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** RUA SETE DE SETEMBRO 260 - - SALA 202

**Bairro:** CENTRO

**Município:** Içara

**CEP:** 88820-000

**UF:** SC

**End. Corresp.:** Rua Alfredo Del Priore 430

**Bairro:** Centro

**Município:** Criciúma

**CEP:** 88801-630

**UF:** SC

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
6530	0	2010	20/07/2010	355.250,00	13/07/2010	355.250,00	355.250,00	0001	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2010	02/11/2010	200,00	15/10/2010	200,00	200,00	0002	Quitado	0,00
6530	0	2011	28/07/2011	355.250,00	28/07/2011	355.250,00	355.250,00	0003	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	20/09/2014	1.000,00	19/09/2014	1.000,00	1.000,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	31/03/2015	330,00	330,00	0005	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	31/03/2015	50,00	50,00	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0008	Quitado	0,00
6530	0	2016	31/03/2016	267.157,66		0,00	0,00	0009	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0010	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0011	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	02/04/2018	330,00	330,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	02/04/2018	50,00	50,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	29/03/2019	330,00	330,00	0014	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	29/03/2019	50,00	50,00	0015	Quitado	0,00
5370	1	2020	24/02/2020	R\$ 8,85	15/01/2020	8,85	8,85	0016	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	31/08/2020	330,00	330,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	31/08/2020	50,00	50,00	0020	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2021	03/02/2021	R\$ 280,70	04/01/2021	280,70	280,70	0021	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	31/03/2021	330,00	330,00	0022	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	31/03/2021	50,00	50,00	0023	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 330,00	31/03/2022	330,00	330,00	0024	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 50,00	31/03/2022	50,00	50,00	0025	Quitado	0,00
6530	0	2022	27/01/2023	77.041,47	06/12/2022	77.041,47	77.041,47	0026	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	18/01/2023	R\$ 280,70	19/12/2022	280,70	280,70	0028	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	13/03/2023	R\$ 2.000,00	17/02/2023	2.000,00	2.000,00	0029	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	31/03/2023	330,00	330,00	0030	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	31/03/2023	50,00	50,00	0031	Quitado	0,00

<b>Total devido em 21/06/2023 (em reais):</b>	0,00
<b>Total de créditos em 21/06/2023 (em reais):</b>	0,00

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela  
BF - Benefício Fiscal



## Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Id solicitação: 57dbac41d6156

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO UNIVERSAL LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone: ()</b>	<b>E-mail:</b> gillosso@radio105fm.net
<b>CNPJ:</b> 03.778.046/0001-24	<b>Número do Fistel:</b> 50406044406
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 28/07/2010	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 28/11/2026	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA SETE DE SETEMBRO	<b>Complemento:</b> - SALA 202	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 260	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88820000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Av. Aristides Bolan	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Mina Brasil	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88810201

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 216	<b>Frequência:</b> 91.1 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0.5394kW
<b>HCI:</b> 45 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 692829105	Número Indicativo: ZYV246
Data Último Licenciamento: 20/02/2023	Número da Licença: 53500.000167/2023-09

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 28° 39' 25.88" S	Longitude: 49° 21' 43.81" W	Cota da base: 270 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 011800300422	Modelo: ETG 1000
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	Potência de Operação: 0.33 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: KMP/RFS		
Comprimento da Linha: 60.0 m	Atenuação: 0.61 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.0 ohms

Antena Principal					
Modelo: FMV-MD-03	Fabricante: PGM SOLUÇÕES LTDA. (MAXIMUS RF)				
Ganho: 3.0 dBd	Beam-Tilt: 5 °	Orientação NV: 145 °	Polarização: Vertical	HCI: 45 m	ERP Máxima: 0.54 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 8.6	5°: 8.34	10°: 8.04	15°: 7.68	20°: 7.28	25°: 6.84	30°: 6.38	35°: 5.94	40°: 5.5	45°: 5.08	50°: 4.7	55°: 4.36
60°: 4.05	65°: 3.79	70°: 3.58	75°: 3.4	80°: 3.28	85°: 3.18	90°: 3.13	95°: 3.09	100°: 3.17	105°: 3.34	110°: 3.53	115°: 3.81
120°: 4.1	125°: 4.3	130°: 4.5	135°: 4.75	140°: 4.92	145°: 5.01	150°: 4.92	155°: 4.75	160°: 4.5	165°: 4.3	170°: 4.1	175°: 3.81
180°: 3.53	185°: 3.34	190°: 3.17	195°: 3.09	200°: 3.12	205°: 3.18	210°: 3.28	215°: 3.4	220°: 3.58	225°: 3.79	230°: 4.06	235°: 4.37
240°: 4.71	245°: 5.1	250°: 5.52	255°: 5.95	260°: 6.4	265°: 6.85	270°: 7.28	275°: 7.67	280°: 8.03	285°: 8.33	290°: 8.57	295°: 8.77
300°: 8.9	305°: 9	310°: 9.07	315°: 9.12	320°: 9.14	325°: 9.16	330°: 9.16	335°: 9.14	340°: 9.11	345°: 9.04	350°: 8.93	355°: 8.8

Coordenadas por radial											
0°: Lat 28°34'48.45" S Lon 49°21'43.81" W	5°: Lat 28°34'30.6" S Lon 49°21'49.21" W	10°: Lat 28°34'24.64" S Lon 49°21'04.33" W	15°: Lat 28°34'16.66" S Lon 49°21'04.33" W	20°: Lat 28°34'20.6" S Lon 49°21'19.37" W	25°: Lat 28°34'14.24" S Lon 49°21'08.58" W	30°: Lat 28°34'3.43" S Lon 49°21'18.11" W	35°: Lat 28°33'57.55" S Lon 49°21'49.17" W	40°: Lat 28°33'57" S Lon 49°21'6.29" W	45°: Lat 28°34'8.85" S Lon 49°21'15.42" W	50°: Lat 28°34'28.5" S Lon 49°21'49.15" W	55°: Lat 28°34'46.86" S Lon 49°21'41.10" W
60°: Lat 28°35'17.84" S Lon 49°21'33.02" W	65°: Lat 28°35'58.18" S Lon 49°21'31.17" W	70°: Lat 28°36'37.72" S Lon 49°21'25.41" W	75°: Lat 28°37'18.54" S Lon 49°21'24.36" W	80°: Lat 28°37'57.85" S Lon 49°21'49.12" W	85°: Lat 28°38'41.53" S Lon 49°21'21.04" W	90°: Lat 28°39'25.53" S Lon 49°21'15.02" W	95°: Lat 28°40'11.2" S Lon 49°21'11.48" W	100°: Lat 28°40'57.35" S Lon 49°21'15.02" W	105°: Lat 28°41'41.18" S Lon 49°21'49.12" W	110°: Lat 28°42'23.18" S Lon 49°21'22.74" W	115°: Lat 28°43'1.06" S Lon 49°21'12.56" W
120°: Lat 28°43'38.17" S Lon 49°21'32.50" W	125°: Lat 28°44'9.92" S Lon 49°21'49.14" W	130°: Lat 28°44'35.12" S Lon 49°21'44.33" W	135°: Lat 28°45'2.76" S Lon 49°21'43.25" W	140°: Lat 28°45'23.61" S Lon 49°21'49.15" W	145°: Lat 28°45'44.56" S Lon 49°21'6.41" W	150°: Lat 28°46'10.37" S Lon 49°21'7.17" W	155°: Lat 28°46'29.2" S Lon 49°21'17.58" W	160°: Lat 28°46'49.27" S Lon 49°21'8.39" W	165°: Lat 28°47'10.83" S Lon 49°21'9.21" W	170°: Lat 28°47'10.59" S Lon 49°21'0.10" W	175°: Lat 28°47'11.24" S Lon 49°21'0.57" W
180°: Lat 28°47'41.48" S Lon 49°21'14.31" W	185°: Lat 28°47'53.76" S Lon 49°21'23.45" W	190°: Lat 28°47'43.28" S Lon 49°21'23.89" W	195°: Lat 28°47'42.89" S Lon 49°21'41.57" W	200°: Lat 28°47'42.74" S Lon 49°21'51.01" W	205°: Lat 28°47'29.36" S Lon 49°21'49.26" W	210°: Lat 28°47'3.74" S Lon 49°21'26.45" W	215°: Lat 28°46'35.04" S Lon 49°21'7.26" W	220°: Lat 28°46'3.55" S Lon 49°21'49.28" W	225°: Lat 28°45'26.21" S Lon 49°21'8.35" W	230°: Lat 28°44'44.25" S Lon 49°21'8.56" W	235°: Lat 28°44'1.78" S Lon 49°21'49.29" W
240°: Lat 28°43'19.24" S Lon 49°21'9.25" W	245°: Lat 28°42'35.07" S Lon 49°21'9.26" W	250°: Lat 28°41'52.46" S Lon 49°21'49.29" W	255°: Lat 28°41'13.07" S Lon 49°21'9.20" W	260°: Lat 28°40'34.45" S Lon 49°21'49.29" W	265°: Lat 28°39'58.15" S Lon 49°21'8.46" W	270°: Lat 28°39'25.72" S Lon 49°21'8.26" W	275°: Lat 28°38'56.6" S Lon 49°21'49.28" W	280°: Lat 28°38'33.47" S Lon 49°21'7.21" W	285°: Lat 28°38'16.44" S Lon 49°21'6.38" W	290°: Lat 28°38'0.65" S Lon 49°21'26.10" W	295°: Lat 28°37'36.58" S Lon 49°21'6.10" W
300°: Lat 28°37'18.96" S Lon 49°21'54.13" W	305°: Lat 28°36'43.96" S Lon 49°21'49.26" W	310°: Lat 28°36'18.34" S Lon 49°21'49.25" W	315°: Lat 28°36'2.94" S Lon 49°21'25.34" W	320°: Lat 28°36'4.22" S Lon 49°21'24.56" W	325°: Lat 28°36'25.22" S Lon 49°21'49.24" W	330°: Lat 28°36'51.85" S Lon 49°21'3.25" W	335°: Lat 28°37'27.68" S Lon 49°21'49.22" W	340°: Lat 28°37'54.52" S Lon 49°21'2.21" W	345°: Lat 28°37'38.23" S Lon 49°21'2.16" W	350°: Lat 28°35'58.05" S Lon 49°21'2.25" W	355°: Lat 28°35'13.12" S Lon 49°21'49.22" W

Distância por radial											
0°: 8.6	5°: 9.2	10°: 9.4	15°: 9.9	20°: 10	25°: 10.6	30°: 11.5	35°: 12.4	40°: 13.3	45°: 13.8	50°: 14.3	55°: 15
60°: 15.3	65°: 15.2	70°: 15.2	75°: 15.2	80°: 15.6	85°: 15.6	90°: 16	95°: 16.2	100°: 16.3	105°: 16.2	110°: 16	115°: 15.7



120°: 15.6	125°: 15.3	130°: 14.9	135°: 14.7	140°: 14.4	145°: 14.3	150°: 14.4	155°: 14.4	160°: 14.6	165°: 14.9	170°: 14.6	175°: 14.4
180°: 15.3	185°: 15.7	190°: 15.6	195°: 15.9	200°: 16.3	205°: 16.5	210°: 16.3	215°: 16.2	220°: 16	225°: 15.7	230°: 15.3	235°: 14.9
240°: 14.4	245°: 13.8	250°: 13.3	255°: 12.8	260°: 12.2	265°: 11.5	270°: 10.9	275°: 10.3	280°: 9.3	285°: 8.3	290°: 7.7	295°: 8
300°: 7.8	305°: 8.7	310°: 9	315°: 8.9	320°: 8.1	325°: 6.8	330°: 5.5	335°: 4	340°: 3	345°: 3.4	350°: 6.5	355°: 7.8

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF78-50A	Fabricante: KMP/RFS		
Comprimento da Linha: 50.0 m	Atenuação: 1.09 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: FBL-FM/78-1	Fabricante:				
Ganho: -3.37 dBi	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 145 °	Polarização: Circular	HCI: 34 m	ERP Máxima: 0.54 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	955	Portaria	MC	20/11/2006	28/11/2006	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	368	Portaria	MC	10/09/2010	16/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	81	Decreto Legislativo	CN	17/04/2009	20/04/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	6154	Ato	CMPRL	22/09/2010	23/09/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	7206	Ato	SOR	20/08/2014	21/08/2014	Autoriza Equipamento	Técnico
53500.000105/2021-27	71	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.342070/2022-81	9591184	Ato	ORLE	20/12/2022	02/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO UNIVERSAL LTDA</b>				CNPJ <b>03778046000124</b>	
Nº DA ESTAÇÃO <b>692829105</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>28° 39' 25.88" S</b>	LONGITUDE <b>49° 21' 43.81" W</b>	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Av. Aristides Bolan, nº s/n.</b>				DISTRITO	
BAIRRO <b>Mina Brasil</b>				MUNICÍPIO <b>Criciúma</b>	UF <b>SC</b>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	28/11/2026		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICÍPIO:	Içara	UF:	SC
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	91.1 MHz	CANAL:	215
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	270
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYV246		
NOME FANTASIA:	NUMPROCESSO:		
CIDADE DA OUTORGA:	Içara		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Alfredo Del Priore	BAIRRO:	Centro
MUNICÍPIO:	Criciúma	UF:	SC
NUMERO:	430	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	BAIRRO:		
MUNICÍPIO:	UF:		
NUMERO:	COMPLEMENTO:		
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG 1000
CÓDIGO:	011800300422	POTÊNCIA:	0.33 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	MODELO:		
CÓDIGO:	POTÊNCIA:		
TRANSMISSOR AUXILIAR 2	MODELO:		
FABRICANTE:	POTÊNCIA:		
CÓDIGO:	POTÊNCIA:		
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	PGM SOLUÇÕES LTDA. (MAXIMUS RF)	MODELO:	FMV-MD-03
POLARIZAÇÃO:	Vertical	GANHO:	3.0 dBd
DESCRIÇÃO:	ANTENA DE POLARIZAÇÃO VERTIC	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	145 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	45 m	BEAM TILT:	5 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	MODELO:		
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	-3.37 dBd
DESCRIÇÃO:	Antena de polarização circul	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	145 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	34 m	BEAM TILT:	0 graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	KMP/RFS	MODELO:	LCF158-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:	KMP/RFS	MODELO:	LCF78-50A
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 21/06/2023 16:32:19

APLICAÇÃO

Emitido Em  
20/02/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWNIbmNhOjoyMDIzNjQ5MzUwNDJhZTNlQA==>

# Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ↕	CNPJ ↕	Entidade ↕	NumFistel ↕	Carater ↕	Finalidade ↕	Serviço ↕	Num Serviço ↕	UF ↕	Município ↕
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	03778046000124	RADIO UNIVERSAL LTDA	50406044406	P	Comercial	FM	230	SC	Içara

**RADIO UNIVERSAL LTDA. ME**

**CNPJ/MF 03.778.046/0001-24**

**NIRE 42202819587**

**DÉCIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17.12.1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000; e

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07.02.1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000.

Únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, e filial na Rua Marechal Candido Rondon, 1055-E, Bairro Presidente Medici, Chapecó SC CEP 89806-105, registrada na Jucesc sob o NIRE 42901030001e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0002-05, anteriormente qualificados, resolvem de comum e mútuo acordo, alterar as cláusulas do contrato social:

**Cláusula Primeira** - É admitido na sociedade o novo sócio **ALFREDO LANG**, brasileiro, natural da cidade de Getúlio Vargas/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 21.12.1943, Advogado e Jornalista, portador do CPF nº 053.790.080-20 e Cédula de Identidade nº 353.164 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Ponoé Scheffer, nº 152-D, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP.: 89812-160.

**Cláusula Segunda** - A sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, vende e transfere neste ato, parte de suas quotas de capital, num montante de 98.000 (noventa e oito mil) quotas, pelo preço certo e ajustado de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais) ao novo sócio **ALFREDO LANG**, e





declara estar transferindo assim como dando e recebendo, junto ao cessionário, plena, rasa e irrevogável quitação por essas quotas, direitos e haveres a elas referentes na sociedade, para nada mais reclamar seja a que título for.

**Cláusula Terceira** - Em razão da venda de partes das quotas realizadas, a Cláusula Sexta, do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2013, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

**“Cláusula Sexta** - O capital social da sociedade é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos sócios, em moeda corrente do País, assim dividido entre os sócios:

**I - ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** subscreve 82.000 (oitenta e duas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), que corresponde a 41% (quarenta e um por cento) do capital social.

**II - ANDREI NIVALDO VIEIRA**, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que corresponde a 10% (dez por cento) do capital social.

**III - ALFREDO LANG**, subscreve 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), que corresponde a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social.”

**Cláusula Quarta** - A cláusula dezenove do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2013, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

**“Cláusula Dezenove** - A sociedade será administrada pelo sócio **ANDREI NIVALDO VIEIRA** e **ALFREDO LANG** com os poderes e atribuições de administrar **individualmente**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotista sem função na empresa.”



**Cláusula Quinta** - A cláusula Vinte do Contrato Social Consolidado, datado de 15.08.2012, registrado pela JUCESC, em 24.10.2013, sob o nº 20132749564, passa a ter a seguinte redação:

**"Cláusula Vinte** - Os administradores receberão um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta."

A vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

#### **DA CONSOLIDAÇÃO**

**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**, brasileira, casada pelo regime da separação total de bens, natural de Cascavel-PR, nascida em 17/12/1974, empresária, CPF 888.628.879-49, portadora da Carteira de Identidade nº 2.788.303-5, exp.p/SSP/SC, residente e domiciliada na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000;

**ANDREI NIVALDO VIEIRA**, brasileiro, casado pelo regime da separação total de bens, empresário, natural de Florianópolis/SC, nascido em 07/02/1974, CPF 932.629.309-20, portador da C.I. 3.093.310, exp.p/SSP-SC, residente e domiciliado na Estrada Geral de Palmas, s/n, Palmas, Governador Celso Ramos/SC, CEP 88190-000; e

**ALFREDO LANG**, brasileiro, natural da cidade de Getúlio Vargas/RS, casado pelo regime de comunhão universal de bens, nascido em 21.12.1943, Advogado e Jornalista, portador do CPF nº 053.790.080-20 e Cédula de Identidade nº 353.164 SESP/SC, residente e domiciliado na Rua Ponoé Scheffer, nº 152-D, Centro, nesta cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP.: 89812-160.

Únicos sócios da empresa **RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME**, com sede na Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000, registrada na JUCESC sob o NIRE 42202819587 em 19/04/2000 e inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24.





**CAPITULO I**  
**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO DA**  
**SOCIEDADE**

**Cláusula Primeira** - A sociedade, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e com a denominação de **"RÁDIO UNIVERSAL LTDA-ME"**, que será regida pelo CC/2002 (Lei 10.406 de 10/01/2002) e com a regência supletiva da Lei 6.404/76, para a avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábil-financeiras, para as situações de fusão, cisão ou incorporação e para as publicações.

**Cláusula Segunda** - A sociedade tem a sua sede na **Rua Sete de Setembro, 260, Sala 202, Centro, município de Içara/SC, CEP 88820-000**, que será seu foro e domicílio, podendo abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, por deliberação dos sócios materializada pela maioria dos votos, contada segundo o valor das quotas de cada um.

**Parágrafo único:-** A sociedade possui uma filial, NIRE nº 42901030001, CNPJ 03.778.046/0002-05 na **Rua Marechal Candido Rondon, E 1055-E, Presidente Médici, município de Chapecó/SC, CEP 89806-105**.

**Cláusula Terceira** - A sociedade tem por objetivo a **instalação, execução e veiculação de serviços de radiodifusão de sons e imagens, quer em onda média, frequência modulada, onda curta e onda tropical, em qualquer modalidade e classificação, com fins educacionais, informativos, cívicos e patrióticos, serviços de telecomunicações em geral, mediante concessão(ões) ou permissão(ões) outorgada(s) pelo poder público competente, de conformidade com a legislação específica propaganda comercial e atividades correlatas, imprimir e distribuir publicidade escrita, sem fins lucrativos, apenas de cunho informativo, dirigida ao público em geral.**

**Cláusula Quarta** - A sociedade iniciou suas atividades em **06/04/2000** e sua duração será por prazo indeterminado e poderá extinguir-se a qualquer momento por deliberação da maioria dos sócios, absorvendo-se, quando da sua eventual dissolução, os preceitos da legislação vigente.

**Cláusula Quinta** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificativos de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço





patrimonial e balanço do resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**Parágrafo Primeiro:-** Se houver prejuízo os mesmos serão registrados em contas especiais para compensação em exercícios futuros ou suportados entre os quotistas no valor proporcional ao número de quotas que possuírem.

**Parágrafo Segundo:-** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

## **CAPITULO II**

### **DO CAPITAL SOCIAL E DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS**

**Cláusula Sexta -** O capital social é de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, dividido em 200.000 (duzentas mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), cada uma, já totalmente integralizados em moeda corrente do País, assim subscritas:

**I - ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** subscreve 82.000 (oitenta e duas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), que corresponde a 41% (quarenta e um por cento) do capital social.

**II - ANDREI NIVALDO VIEIRA,** subscreve 20.000 (vinte mil) quotas, no valor nominal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), que corresponde a 10% (dez por cento) do capital social.

**III - ALFREDO LANG,** subscreve 98.000 (noventa e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), que corresponde a 49% (quarenta e nove por cento) do capital social

**Cláusula Sétima -** A responsabilidade de cada sócio quotista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## **CAPITULO III**

### **DA CESSÃO DE QUOTAS, DA INCAPACIDADE E MORTE DOS SÓCIOS**

**Cláusula Oitava -** A quota social é indivisível em relação à sociedade.





**Cláusula Nona** - As quotas não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

**Cláusula Dez** - As quotas da sociedade serão sempre subscritas por brasileiros natos, naturalizados a mais de 10 (dez) anos ou de pessoa jurídica constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no país.

**Parágrafo Único** - Pelo menos 70% (setenta por cento) das quotas deverão pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

**Cláusula Onze** - A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos.

**Parágrafo Único:-** A sociedade se obriga a ter em seu quadro de funcionários pelo menos 2/3 (dois terços) de brasileiros e a admitir, como técnicos encarregados de operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País.

**Cláusula Doze** - Em caso de falecimento de um dos sócios a sociedade não será dissolvida, cabendo aos herdeiros do(s) sócio(s) falecido(s) os direitos da legislação em vigor, e no caso de não haver interesse dos mesmos em continuar na sociedade, caberá ao(s) sócio(s) remanescente a preferência na aquisição dos haveres e direitos

**Cláusula Treze** - A sociedade se obriga, após o ato de outorga de concessão ou permissão para os serviços de radiodifusão, a ter a sua diretoria, aprovada pelo poder concedente, constituída de brasileiros, os quais não poderão ter mandato eletivo que os assegure imunidade parlamentar, nem exercerem cargos de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública do qual decorra foro especial.

**Cláusula Quatorze** - As quotas ou ações respectivas do capital social são inalienáveis e inalcináveis a estrangeiros ou a pessoas jurídicas, exceto a partido político e a sociedade cujo capital pertença exclusiva e nominalmente a brasileiros, através de capital sem direito a voto e não podendo exercer a 30% (trinta por cento) do capital social.





**Cláusula Quinze** - As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros, após terem sido ofertados preferencialmente aos sócios atuais, segundo o seu percentual de participação, com prazo de 15 (quinze) dias, para exercerem o direito de preferência. Após o prazo de 26 (vinte e seis) dias e igualdade de condições, podem ser ofertadas a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital pura fosse. A notificação conterà a quantidade de quotas e/ou o direito de subscrição e o preço por elas proposto.

**Cláusula Dezesseis** - Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

**Cláusula Dezesete** - Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá assembleia dos sócios, para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da art. 1081 da lei 10406/2002.

**Cláusula Dezoito** - Os haveres de sócios retirantes ou excluídos serão pagos mediante a elaboração de balanço especial, obedecidas às determinações legais.

#### **CAPITULO IV** **DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**Cláusula Dezenove** - A sociedade será administrada pelo sócio **ANDREI NIVALDO VIEIRA** e **ALFREDO LANG** com os poderes e atribuições de administrar **individualmente**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, e a sócia **ROSIMAR PETRELLI VIEIRA** será sócia quotista sem função na empresa.

**Cláusula Vinte** - Os administradores receberão um pró-labore mensal, fixado em reunião ou assembleia de sócios, pela maioria absoluta.

#### **CAPITULO V** **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**Cláusula Vinte e Um** - Todas as deliberações sociais, ainda que impliquem em alterações contratuais, serão tomadas pelos sócios que





detenham mais de 50% (cinquenta por cento) das quotas representativas do capital social.

**Cláusula Vinte e Dois** - As quotas não poderão ser cedidas a estranhos à sociedade sem o consentimento expresso e escrito aos demais sócios, bem como a autorização do Ministério das Comunicações, e para este fim, o sócio retirante deverá comunicar a entidade sua resolução. Em qualquer eventualidade, a sociedade e os sócios remanescentes terão sempre preferência na aquisição de quotas do sócio retirante.

## **CAPITULO VI** **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula Vinte e Três** - A sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe em Decretos, Lei, Regulamentos, Portarias, e quaisquer outras decisões ou despachos emanados pelo Ministério das Comunicações e órgãos do Governo Federal, vigentes ou a vigor, e referentes à legislação dos serviços de radiodifusão sonora em geral.

**Cláusula Vinte e Quatro** - A sociedade não poderá deter concessões ou premiações para executar os serviços de radiodifusão sonora em geral no país, além dos limites previstos em Lei.

**Cláusula Vinte e Cinco** - Fica instituído como livros obrigatórios, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, o diário, o razão, atas da administração, livros atas das reuniões de sócios e presença de sócios, livro de atas da assembleia geral, além dos livros exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas.

**Cláusula Vinte e Seis** - A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha nos casos legais, observadas as seguintes hipóteses: anulação de sua constituição; exaurida o fim social ou verificada a sua inexecutabilidade; o consenso unânime dos sócios; deliberação dos sócios por maioria absoluta; falta de pluralidade de sócia não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.

**Cláusula Vinte e Sete** - Em todas as hipóteses de dissolução, a assembleia por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observado os termos do art. 1102 e seguintes da lei 10.406/2002, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatário.





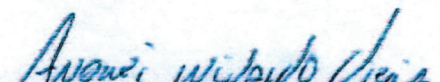
**Cláusula Vinte e Oito** - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Vinte e Nove** - Fica eleito o fórum da comarca de Içara/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 06 (seis) vias de igual teor e para uma só finalidade, a fim de serem encaminhadas à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para o competente registro e arquivamento.

Içara-SC, 29 de Novembro de 2013.

  
**ROSIMAR PETRELLI VIEIRA**


  
**ANDREI NIVALDO VIEIRA**

  
**ALFREDO LANG**



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 27/04/2015 SOB Nº: 20157232450  
Protocolo: 15/723245-0, DE 23/04/2015

Empresa: 42 2 0281958 7  
RADIO UNIVERSAL LTDA ME -

  
**ANDRE LUIZ DE REZENDE**  
SECRETÁRIO GERAL





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS****RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 01250.063841/2019-67**Entidade:** RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**CNPJ nº:** 03.778.046/0001-24**FISTEL nº:** 50406044406**Localidade:** Içara/SC**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 11/12/2019**Período:** 28/07/2020 a 28/07/2030**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	4959613 9930783	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9930783	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9930783	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9930783	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9930783	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9930783	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9930783	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9930783	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9930783	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9930783	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10966098 Págs. 1-5	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10187908 Págs. 1-2	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10187908 Págs. 3-4	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10186026 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 10966539 E 10186026 Pág. 7 M 10186026 Pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10966098 Pág. 6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 10966539 FGTS 10186026 Pág. 5	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10186026 Pág. 6	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	

10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10187908  <b>ROSIMAR PETRELLI VIEIRA</b> Pág. 12  <b>ALFREDO LANG</b> Pág. 13  <b>ANDREI NIVALDO VIEIRA</b> Pág. 14	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10966098 Pág. 14	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	( ) Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	( ) Sim (X) Não	10966098 Págs. 7-10	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10967383	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	( ) Sim ( ) Não (X) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

**Observações Adicionais**

- n/a

#### Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 28/06/2023, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10877787** e o código CRC **A51E3FB7**.



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### NOTA TÉCNICA Nº 6274/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.063841/2019-67

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Universal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.778.046/0001-24**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50406044406**, referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

### ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Universal Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2006 (SUPER10878723 - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2009 (SUPER10878723 - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2010 (SUPER 10878723 - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de dezembro de 2019**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 4959613). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 28 de julho de 2019 a 28 de julho de 2020.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER10877787). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10187908 - Págs. 1-2).

11. Neste contexto, convém consignar que, de acordo com a Cláusula Dezenove da Consolidação do Contrato Social registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2015, sob o nº 20157232450, *“a sociedade será administrada pelo sócio Andrei Nivaldo Vieira e Alfredo Lang, com poderes e atribuições de administrar individualmente (...)”* (SUPER 10986901 - Pág. 7). Dessa forma, entende-se que a legitimidade do pleito está demonstrada com assinatura de um dos representantes legais da pessoa jurídica interessada.

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 21 de junho de 2023 (SUPER 10966098 - Págs. 1-5).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em duas localidades, quais sejam: **Içara/SC** e **Chapecó/SC**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Alfredo Lang e Andrei Nivaldo Vieira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Já a sócia Rosimar Petrelli Vieira participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão de sons imagens, em **Chapecó/SC**.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER10966098 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10967383).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10877787).

16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 20 de fevereiro de 2023, com validade até 28 de novembro de 2026 (SUPER 10966098 - Pág. 14; e SUPER 10986931).

21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 10966098 - Págs. 7-10). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER10878988) e de Exposição de Motivos (SUPER 10878981), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 28/06/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 29/06/2023, às 13:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10878046** e o código CRC **C61EB49E**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10878988)
- Minuta Exposição de Motivos (10878981)

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

**RESOLVE:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 28/06/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 29/06/2023, às 13:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10878988** e o código CRC **0FBA29DA**.

**MINUTA DE  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº XXXX, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 28/06/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 29/06/2023, às 13:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10878981** e o código CRC **23B8963A**.

Ofício Interno nº 38094/2023/MCOM

Brasília, 29 de junho de 2023

A Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM (10878046)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM (10878046), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Universal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.778.046/0001-24**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Içara/SC**, vinculado ao **FISTEL nº 50406044406**, referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 29/06/2023, às 18:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10988790** e o código CRC **6FC1A139**.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER n. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 01250.063841/2019-67

**INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSAL LTDA. e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE**

**ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE**

EMENTA:

I - Pleito formulado pela **RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**, com o objetivo de renovar a outorga do serviço de radiodifusão sonora **em frequência modulada**, na localidade de **Içara/SC**, referente ao período de **28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030**.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 274/2023/SEI-MCOM (10878046)**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, **sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 43 e 44 deste parecer.**

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela **RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora **em frequência modulada**, na localidade de **Içara/SC**, referente ao período de **28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 274/2023/SEI-MCOM (10878046)**, da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

**"ANÁLISE**

**(...)**

6. *No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Universal Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2006 (SUPER 10878723 - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2009 (SUPER 10878723 - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2010 (SUPER 10878723 - Págs. 3-8).*

7. *Pela análise dos autos, observa-se que, em 11 de dezembro de 2019, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 4959613). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 28 de julho de 2019 a 28 de julho de 2020." (sublinhamos)*

3. No requerimento protocolado em **11 de dezembro de 2019**, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, **2020-2030** (SUPER 4959613), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo

administrativo.

4. Analisado o pleito, manifestou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu **deferimento** e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: "*Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do **deferimento** do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.*" (negritamos).

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## **II - ANÁLISE JURÍDICA**

### **II.1. - Considerações iniciais**

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

### **II.2. - Legislação aplicável**

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "*Compete à União [...] **explorar**, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os **serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens***".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da **Radiodifusão**, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "*Os serviços de telecomunicações, **não executados diretamente pela União**, poderão ser explorados por **concessão, autorização ou permissão**, observadas as disposições desta Lei*".

13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível **renovação**. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "*o prazo da concessão ou permissão será de **dez anos** para as emissoras de **rádio** e de quinze para as de **televisão***".

14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

15. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "*o direito a renovação decorre do cumprimento pela*

empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".

16. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão "subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço".

17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: "os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais".

18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo "durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga", conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que "caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário".

19. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de **serviço de radiodifusão sonora** deverão ser "instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta". Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao **Ministério das Comunicações**, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

21. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### **II.3. - Do Pedido de Renovação**

22. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do pedido de interesse da **RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**, que busca ver aprovada a renovação da outorga para execução do **serviço de radiodifusão** sonora em **frequência modulada**, que realiza na localidade de **Içara/SC**, **referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030**.

23. Segundo apurado pela SECOE, que atestou a adequação da documentação apresentada, nos termos da sua **NOTA TÉCNICA Nº 274/2023/SEI-MCOM (10878046)**, a outorga de que se trata foi conferida a requerente com a edição da **Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006**, publicada no DOU de 28 de novembro de 2006 (**SUPER 10878723 - Pág. 1**), chancelada pelo **Decreto Legislativo nº 81, de 2009**, publicado no DOU de 20 de abril de 2009 (**SUPER 10878723 - Pág. 2**), tendo o **extrato do contrato de permissão** celebrado entre a União e a pessoa jurídica sido publicado no DOU de **28 de julho de 2010** (**SUPER 10878723 - Págs. 3-8**).

24. No que pertine ao presente pleito, observou a SECOE ter a requerente apresentado seu pedido de renovação da outorga, relativa ao decênio de **2020 a 2030**, no dia **11 de dezembro de 2019** (**SUPER 4959613**), ou seja, **dentro do prazo legal vigente à época**, pois a antiga redação do **art. 4º da Lei nº 5.785/1972** estabelecia que tal manifestação deveria ocorrer entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, *in casu*, entre **28 de julho de 2019 a 28 de julho de 2020**.

25. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (**SUPER 10877787**).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no **art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão**, recentemente alterado pelo **Decreto nº 10.775/2021**, que entrou em vigor no dia **1º de setembro de 2021**, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

"Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do **caput** do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

#### **" SUMÁRIO EXECUTIVO**

(...)

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual."

28. Aduzindo, ademais, que:

"8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10877787). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

‘Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder; ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei."

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."

29. Com efeito, foi juntado **requerimento de renovação de outorga**, acompanhado das declarações previstas no **art. 113, inciso XI**, do supramencionado **Decreto nº 52.795/1963**, alterado pelos **Decretos nº 9.138/2017**, **nº 10.405/2020** e **nº 10.775/2021**, como também a **certidão simplificada**, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (**SUPER 10187908 - Págs. 1-2**).



30. A respeito desse último ponto, aduziu a SECOE constar da **Cláusula Dezenove da Consolidação do Contrato Social** registrada na **Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2015**, sob o nº 20157232450, **"a sociedade será administrada pelo sócio Andrei Nivaldo Vieira e Alfredo Lang, com poderes e atribuições de administrar individualmente (...)" (SUPER 10986901 - Pág. 7).**

31. Entende aquela Secretaria, portanto, que a legitimidade do pleito encontra-se demonstrada com assinatura de um dos representantes legais da pessoa jurídica interessada.

32. Em sequência, apurou que a entidade e seus sócios/dirigentes encontram-se em conformidade com os parâmetros fixados no **art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967**, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – **SIACCO em 21 de junho de 2023 (SUPER 10966098 - Págs. 1-5).**

33. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em **duas localidades**, quais sejam: **Içara/SC e Chapecó/SC**, e **não figura** como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os **sócios administradores Alfredo Lang e Andrei Nivaldo Vieira não** compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Já a **sócia Rosimar Petrelli Vieira** participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão de sons imagens, em **Chapecó/SC**.

34. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (**10966098 - Págs. 11-13**), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (**SUPER 10967383**).

35. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento **SUPER 10877787**:

- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;
- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;
- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor,

36. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

37. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do **Decreto nº 10.405/2020**, que alterou o **Decreto nº 52.795/1963**, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do **art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020**, alterada pela **Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021**, a saber:

*"Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.*

*§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.*

*§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:*

*I - a identificação da entidade, com:*

- a) a razão social;*
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;*
- c) o nome fantasia; e*
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);*

*II - os dados da outorga, com:*

- a) o estado e o município de execução do serviço; e*
- b) a frequência, a classe e o canal de operação;*

*III - os dados da estação, com:*

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);*
  - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;*
  - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e*
  - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e*
- IV - a data de emissão da licença.*

*V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.*

*§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.*

*§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a*

licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."

38. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

39. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

40. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em **20 de fevereiro de 2023**, com validade até **28 de novembro de 2026** (SUPER 10966098 - Pág. 14; e SUPER 10986931).

41. **Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.**

42. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na **Lei Complementar nº 95/98**, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

43. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual **"Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"**.

44. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce **"a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação"**.

### III - CONCLUSÃO

45. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos atos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 2 de agosto de 2023.

**LÍDIA MIRANDA DE LIMA**  
Advogada da União

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250063841201967 e da chave de acesso 9e9b7171

---



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242283179 e chave de acesso 9e9b7171 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-08-2023 12:30. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 01602/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 01250.063841/2019-67

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr<sup>a</sup>. Lídia Miranda de Lima, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Rádio Universal Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Içara/SC**, no período de **28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA N° 6274/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Içara/SC**, concedida à entidade **Rádio Universal Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030**.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Rádio Universal Ltda**.
7. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**
8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 03 de agosto de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250063841201967 e da chave de acesso 9e9b7171

---





Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1243390540 e chave de acesso 9e9b7171 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-08-2023 14:26. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 01608/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 01250.063841/2019-67**

**INTERESSADOS: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

Aprovo o **PARECER n. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** nos termos do **DESPACHO n. 01602/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 3 de agosto de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250063841201967 e da chave de acesso 9e9b7171

---



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1243826574 e chave de acesso 9e9b7171 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-08-2023 18:57. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 10177, DE 04 DE AGOSTO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 16:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11046571** e o código CRC **EC263DDB**.



EM Nº 183/2023/MCOM

Brasília, 04 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10177, de 04 de agosto de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 16:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11046575** e o código CRC **140A3D1A**.



Ofício Interno nº 39601/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor  
**Braunner Fassheber**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria (11046571) e Exposição de Motivos (11046575)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00159/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11045417), encaminha a Portaria nº 10177/2023 (11046571) e Exposição de Motivos (11046575), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 18:33 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11046583** e o código CRC **3CE2924A**.


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 25/08/2023 18:03:21  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 9813019  
**Data prevista de publicação:** 28/08/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20901014	ATO PORTARIA NA 10148.rtf	ff60735c4c2ea6f9 e70666442855963a	16,00	R\$ 622,72
20901015	ATO PORTARIA NA 10189.rtf	13f123257a08d5b9 1d9abe908a9ac8cb	8,00	R\$ 311,36
20901016	ATO PORTARIA NA 10190.rtf	a05ff623af084bad e2981e112d7540fe	9,00	R\$ 350,28
20901017	ATO PORTARIA NA 10193.rtf	50cfe813be556ce7 cba5a33dc7a582ef	9,00	R\$ 350,28
20901018	ATO PORTARIA NA 10150.rtf	02ba8dd421521677 488e34c2c2b350c0	16,00	R\$ 622,72
20901019	ATO PORTARIA NA 10149.rtf	75f67281b04f65b6 aa16c496b57415d8	16,00	R\$ 622,72
20901020	ATO PORTARIA NA 10176.rtf	1d839be4046fa4bf 78d30a903f1b2691	9,00	R\$ 350,28
20901021	ATO PORTARIA NA 10179.rtf	4a0b1182a804ea0f dc35375a00afde9e	16,00	R\$ 622,72
20901022	ATO PORTARIA NA 10160.rtf	58737505e309592a ab2bd51a006beb0c	9,00	R\$ 350,28
20901063	ATO PORTARIA NA 10172.rtf	1da3f95db18c5906 88922eb7485ca82a	9,00	R\$ 350,28
20901064	ATO PORTARIA NA 10177.rtf	3963ed8479a82111 89f51182409a5d01	9,00	R\$ 350,28
20901065	ATO PORTARIA NA 10178.rtf	51b163b3279a7df1 e5cec8faacc714e6	8,00	R\$ 311,36
20901066	ATO PORTARIA NA 10188.rtf	a9b5615ced6891b2 9e9e18f27de32a7d	6,00	R\$ 233,52
20901067	ATO PORTARIA NA 10192.rtf	09d7d892b56a584c 982436ee3eae3280	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			149,00	R\$ 5.799,08

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/08/2023 | Edição: 164 | Seção: 1 | Página: 21

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.177, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac41d6156

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO UNIVERSAL LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (48) 111111	<b>E-mail:</b> gillosso@radio105fm.net
<b>CNPJ:</b> 03.778.046/0001-24	<b>Número do Fistel:</b> 50406044406
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 28/07/2010	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 28/11/2026	
<b>Observações:</b> RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA SETE DE SETEMBRO	<b>Complemento:</b> - SALA 202	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>Numero:</b> 260	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88820000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Av. Aristides Bolan	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Mina Brasil	<b>Numero:</b> s/n	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88810201

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Alfredo Del Priore	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Centro	<b>Numero:</b> 430	
<b>Município:</b> Criciúma	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 88801630

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Içara	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 216	<b>Frequência:</b> 91.1 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0.5394kW
<b>HCI:</b> 45 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

--



Informações Gerais											
Número da Estação: 692829105						Número Indicativo: ZYV246					
Data Último Licenciamento: 20/02/2023						Número da Licença: 53500.000167/2023-09					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 28° 39' 25.88" S				Longitude: 49° 21' 43.81" W				Cota da base: 270 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 011800300422						Modelo: ETG 1000					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: 0.33 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF158-50JA						Fabricante: KMP/RFS					
Comprimento da Linha: 60.0 m		Atenuação: 0.61 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.0 ohms					
Antena Principal											
Modelo: FMV-MD-03						Fabricante: PGM SOLUÇÕES LTDA. (MAXIMUS RF)					
Ganho: 3.0 dBd		Beam-Tilt: 5 °		Orientação NV: 145 °		Polarização: Vertical		HCl: 45 m		ERP Máxima: 0.54 kW	
Padrão de Antena dBd											
0º: 8.6	5º: 8.34	10º: 8.04	15º: 7.68	20º: 7.28	25º: 6.84	30º: 6.38	35º: 5.94	40º: 5.5	45º: 5.08	50º: 4.7	55º: 4.36
60º: 4.05	65º: 3.79	70º: 3.58	75º: 3.4	80º: 3.28	85º: 3.18	90º: 3.13	95º: 3.09	100º: 3.17	105º: 3.34	110º: 3.53	115º: 3.81
120º: 4.1	125º: 4.3	130º: 4.5	135º: 4.75	140º: 4.92	145º: 5.01	150º: 4.92	155º: 4.75	160º: 4.5	165º: 4.3	170º: 4.1	175º: 3.81
180º: 3.53	185º: 3.34	190º: 3.17	195º: 3.09	200º: 3.12	205º: 3.18	210º: 3.28	215º: 3.4	220º: 3.58	225º: 3.79	230º: 4.06	235º: 4.37
240º: 4.71	245º: 5.1	250º: 5.52	255º: 5.95	260º: 6.4	265º: 6.85	270º: 7.28	275º: 7.67	280º: 8.03	285º: 8.33	290º: 8.57	295º: 8.77
300º: 8.9	305º: 9	310º: 9.07	315º: 9.12	320º: 9.14	325º: 9.16	330º: 9.16	335º: 9.14	340º: 9.11	345º: 9.04	350º: 8.93	355º: 8.8
Coordenadas por radial											
0º: Lat 28°34'48.45" S Lon 49°21'43.81" W	5º: Lat 28°34'30.6" S Lon 49°21'49.21" W	10º: Lat 28°34'24.64" S Lon 49°20'43.33" W	15º: Lat 28°34'16.66" S Lon 49°20'19.37" W	20º: Lat 28°34'20.6" S Lon 49°19'37.29" W	25º: Lat 28°34'14.24" S Lon 49°18'58.35" W	30º: Lat 28°34'3.43" S Lon 49°18'11.87" W	35º: Lat 28°33'57.55" S Lon 49°17'49.17" W	40º: Lat 28°33'57" S Lon 49°16'29.69" W	45º: Lat 28°34'8.85" S Lon 49°15'42.97" W	50º: Lat 28°34'28.5" S Lon 49°14'49.15" W	55º: Lat 28°34'46.86" S Lon 49°14'10.36" W
60º: Lat 28°35'17.84" S Lon 49°13'35.02" W	65º: Lat 28°35'58.18" S Lon 49°13'17.13" W	70º: Lat 28°36'37.72" S Lon 49°12'58.41" W	75º: Lat 28°37'18.54" S Lon 49°12'43.68" W	80º: Lat 28°37'57.85" S Lon 49°12'17.1" W	85º: Lat 28°38'41.53" S Lon 49°12'10.49" W	90º: Lat 28°39'25.53" S Lon 49°11'52.02" W	95º: Lat 28°40'11.2" S Lon 49°11'48.81" W	100º: Lat 28°40'57.35" S Lon 49°11'50.22" W	105º: Lat 28°41'41.18" S Lon 49°10'21.66" W	110º: Lat 28°42'23.18" S Lon 49°9'27.44" W	115º: Lat 28°43'1.06" S Lon 49°12'56.96" W
120º: Lat 28°43'38.17" S Lon 49°13'25.01" W	125º: Lat 28°44'9.92" S Lon 49°14'43.25" W	130º: Lat 28°44'35.12" S Lon 49°14'43.25" W	135º: Lat 28°45'2.76" S Lon 49°15'19.4" W	140º: Lat 28°45'23.61" S Lon 49°16'1.3" W	145º: Lat 28°45'44.56" S Lon 49°16'41.26" W	150º: Lat 28°46'10.37" S Lon 49°17'17.35" W	155º: Lat 28°46'29.2" S Lon 49°17'58.58" W	160º: Lat 28°46'49.27" S Lon 49°18'39.67" W	165º: Lat 28°47'10.83" S Lon 49°19'21.66" W	170º: Lat 28°47'10.59" S Lon 49°20'10.32" W	175º: Lat 28°47'11.24" S Lon 49°20'57.36" W
180º: Lat 28°47'41.48" S Lon 49°21'43.81" W	185º: Lat 28°47'53.76" S Lon 49°22'34.52" W	190º: Lat 28°47'43.28" S Lon 49°23'23.89" W	195º: Lat 28°47'42.89" S Lon 49°24'15.78" W	200º: Lat 28°47'42.74" S Lon 49°25'10.19" W	205º: Lat 28°47'29.36" S Lon 49°26'1.1" W	210º: Lat 28°47'3.74" S Lon 49°26'45.48" W	215º: Lat 28°46'35.04" S Lon 49°27'26.74" W	220º: Lat 28°46'3.55" S Lon 49°28'4.61" W	225º: Lat 28°45'26.21" S Lon 49°8'35.03" W	230º: Lat 28°44'44.25" S Lon 49°8'56.82" W	235º: Lat 28°44'1.78" S Lon 49°9'29'13.5" W
240º: Lat 28°43'19.24" S Lon 49°29'25.12" W	245º: Lat 28°42'35.07" S Lon 49°29'26.92" W	250º: Lat 28°41'52.46" S Lon 49°29'23.6" W	255º: Lat 28°41'13.07" S Lon 49°29'20.73" W	260º: Lat 28°40'34.45" S Lon 49°29'20.73" W	265º: Lat 28°39'58.15" S Lon 49°28'46.49" W	270º: Lat 28°39'25.72" S Lon 49°28'26.45" W	275º: Lat 28°38'56.6" S Lon 49°28'33.35" W	280º: Lat 28°38'33.47" S Lon 49°27'21.74" W	285º: Lat 28°38'16.44" S Lon 49°26'38.71" W	290º: Lat 28°38'0.65" S Lon 49°26'10.38" W	295º: Lat 28°37'36.58" S Lon 49°26'10.69" W
300º: Lat 28°37'18.96" S Lon 49°25'54.13" W	305º: Lat 28°36'43.96" S Lon 49°26'7.12" W	310º: Lat 28°36'18.34" S Lon 49°25'58.3" W	315º: Lat 28°36'2.94" S Lon 49°25'34.89" W	320º: Lat 28°36'4.22" S Lon 49°24'56.52" W	325º: Lat 28°36'25.22" S Lon 49°24'7.89" W	330º: Lat 28°36'51.85" S Lon 49°3'25.11" W	335º: Lat 28°37'27.68" S Lon 49°22'46.6" W	340º: Lat 28°37'54.52" S Lon 49°22'21.69" W	345º: Lat 28°37'38.23" S Lon 49°21'6.67" W	350º: Lat 28°35'58.05" S Lon 49°22'25.55" W	355º: Lat 28°35'13.12" S Lon 49°22'8.99" W
Distância por radial											
0º: 8.6	5º: 9.2	10º: 9.4	15º: 9.9	20º: 10	25º: 10.6	30º: 11.5	35º: 12.4	40º: 13.3	45º: 13.8	50º: 14.3	55º: 15
60º: 15.3	65º: 15.2	70º: 15.2	75º: 15.2	80º: 15.6	85º: 15.6	90º: 16	95º: 16.2	100º: 16.3	105º: 16.2	110º: 16	115º: 15.7

120°: 15.6	125°: 15.3	130°: 14.9	135°: 14.7	140°: 14.4	145°: 14.3	150°: 14.4	155°: 14.4	160°: 14.6	165°: 14.9	170°: 14.6	175°: 14.4
180°: 15.3	185°: 15.7	190°: 15.6	195°: 15.9	200°: 16.3	205°: 16.5	210°: 16.3	215°: 16.2	220°: 16	225°: 15.7	230°: 15.3	235°: 14.9
240°: 14.4	245°: 13.8	250°: 13.3	255°: 12.8	260°: 12.2	265°: 11.5	270°: 10.9	275°: 10.3	280°: 9.3	285°: 8.3	290°: 7.7	295°: 8
300°: 7.8	305°: 8.7	310°: 9	315°: 8.9	320°: 8.1	325°: 6.8	330°: 5.5	335°: 4	340°: 3	345°: 3.4	350°: 6.5	355°: 7.8

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
<b>Código Equipamento:</b>						<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado					
<b>Fabricante:</b>						<b>Potência de Operação:</b> kW					

Transmissor Auxiliar 2											
<b>Código Equipamento:</b>						<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado					
<b>Fabricante:</b>						<b>Potência de Operação:</b> kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
<b>Modelo:</b> LCF78-50A						<b>Fabricante:</b> KMP/RFS					
<b>Comprimento da Linha:</b> 50.0 m			<b>Atenuação:</b> 1.09 dB/100m			<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB			<b>Impedância:</b> 50 ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo: FBL-FM/78-1			Fabricante:		
Ganho: -3.37 dBd	Beam-Tilt: 0 °	Orientação NV: 145 °	Polarização: Circular	HCI: 34 m	ERP Máxima: 0.54 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	955	Portaria	MC	20/11/2006	28/11/2006	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	368	Portaria	MC	10/09/2010	16/09/2010	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	81	Decreto Legislativo	CN	17/04/2009	20/04/2009	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	6154	Ato	CMPRL	22/09/2010	23/09/2010	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	7206	Ato	SOR	20/08/2014	21/08/2014	Autoriza Equipamento	Técnico
53500.000105/2021-27	71	Ato	ORLE	05/01/2021	21/01/2021	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.342070/2022-81	9591184	Ato	ORLE	20/12/2022	02/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
01250063841201967	10177	Portaria	MC	04/08/2023	28/08/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento											

Ofício Interno nº 40701/2023/MCOM

Brasília, 29 de agosto de 2023.

Ao Senhor  
**Enio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11046575)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10177/2023/SEI-MCOM (1083766), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (11046575), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 29/08/2023, às 18:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11086218** e o código CRC **C8E26526**.

Brasília, 31 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10177, de 04 de agosto de 2023, publicada em 04/08/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 25905/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.063841/2019-67.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 01/09/2023, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11092420** e o código CRC **CDC2C2C9**.

EM nº 00470/2023 MCOM

Brasília, 31 de Agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10177, de 04 de agosto de 2023, publicada em 04/08/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 6274/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 01250.063841/2019-67

INTERESSADA: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Universal Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 03.778.046/0001-24**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50406044406**, referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

## ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Universal Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2006 (SUPER 10878723 - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2009 (SUPER 10878723 - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2010 (SUPER 10878723 - Págs. 3-8).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **11 de dezembro de 2019**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 4959613). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 28 de julho de 2019 a 28 de julho de 2020.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10877787). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:



Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10187908 - Págs. 1-2).

11. Neste contexto, convém consignar que, de acordo com a Cláusula Dezenove da Consolidação do Contrato Social registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2015, sob o nº 20157232450, "*a sociedade será administrada pelo sócio Andrei Nivaldo Vieira e Alfredo Lang, com poderes e atribuições de administrar individualmente (...)*" (SUPER 10986901 - Pág. 7). Dessa forma, entende-se que a legitimidade do pleito está demonstrada com assinatura de um dos representantes legais da pessoa jurídica interessada.

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 21 de junho de 2023 (SUPER 10966098 - Págs. 1-5).

13. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em duas localidades, quais sejam: **Içara/SC** e **Chapecó/SC**, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Alfredo Lang e Andrei Nivaldo Vieira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Já a sócia Rosimar Petrelli Vieira participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão de sons imagens, em Chapecó/SC.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10966098 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10967383).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10877787).

16. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da

estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 20 de fevereiro de 2023, com validade até 28 de novembro de 2026 (SUPER 10966098 - Pág. 14; e SUPER 10986931).

21. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 10966098 - Págs. 7-10). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10878988) e de Exposição de Motivos (SUPER 10878981), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 28/06/2023, às 17:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de **Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de **Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 28/06/2023, às 17:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de **Radiodifusão Privada**, em 29/06/2023, às 13:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10878046** e o código CRC **C61EB49E**.

---

## Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10878988)
- Minuta Exposição de Motivos (10878981)

---

**Referência:** Processo nº 01250.063841/2019-67

Documento nº 10878046

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/08/2023 | Edição: 164 | Seção: 1 | Página: 21

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.177, DE 4 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA (CNPJ nº 03.778.046/0001-24), nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

---

PARECER n. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 01250.063841/2019-67

INTERESSADAS: RÁDIO UNIVERSAL LTDA. e UNIÃO/SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA - SECOE

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO. OUTORGA COMERCIAL. SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. VIABILIDADE

EMENTA:

I - Pleito formulado pela RÁDIO UNIVERSAL LTDA., com o objetivo de renovar a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.

II - Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III - Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 274/2023/SEI-MCOM (10878046), que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV - Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução, sem embargo de ser observada a exigência constante dos parágrafos 43 e 44 deste parecer.

V - Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019.

VI - Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII - Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE, em prosseguimento.

Senhor Coordenador-Geral da Coordenação-Geral Jurídica de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento formulado pela RÁDIO UNIVERSAL LTDA., objetivando à renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.

2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 274/2023/SEI-MCOM (10878046), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, eis o histórico da outorga de que se cogita, consoante documentação que informa os autos:

*"ANÁLISE*

*(...)*

6. *No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Universal Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de novembro de 2006 (SUPER 10878723 - Pág. 1) e Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2009 (SUPER 10878723 - Pág. 2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 28 de julho de 2010 (SUPER 10878723 - Págs. 3-8).*

7. *Pela análise dos autos, observa-se que, em 11 de dezembro de 2019, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 4959613). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 28 de julho de 2019 a 28 de julho de 2020."* (sublinhamos)

3. No requerimento protocolado em 11 de dezembro de 2019, a entidade apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade do serviço de radiodifusão sonora para novo decênio, 2020-2030 (SUPER 4959613), solicitando, assim, a renovação da outorga que detinha, deflagrando o presente processo



administrativo.

4. Analisado o pleito, manifestou-se a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE por meio da citada NOTA TÉCNICA, opinando, ao fim da instrução processual, pelo seu deferimento e submissão dos autos à análise jurídica desta CONJUR/MCOM, nos seguintes termos: " Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963." (negritamos).

5. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. - Considerações iniciais

6. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 10.462, de 14 de agosto de 2020 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

7. Consequentemente, na hipótese em apreço, compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

8. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

9. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*"A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes, emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento."*

### II.2. - Legislação aplicável

10. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

11. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que "Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens".

12. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

13. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, "o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão".

14. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

15. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, "o direito a renovação decorre do cumprimento pela

*empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência".*

16. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

17. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

18. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

19. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 26-C, II, da Lei nº 13.844/2019, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

20. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

21. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

### II.3. - Do Pedido de Renovação

22. Conforme já explicitado acima, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE opinou pelo deferimento do pedido de interesse da RÁDIO UNIVERSAL LTDA., que busca ver aprovada a renovação da outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, que realiza na localidade de Içara/SC, referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.

23. Segundo apurado pela SECOE, que atestou a adequação da documentação apresentada, nos termos da sua NOTA TÉCNICA Nº 274/2023/SEI-MCOM (10878046), a outorga de que se trata foi conferida a requerente com a edição da Portaria nº 955, de 20 de novembro de 2006, publicada no DOU de 28 de novembro de 2006 (SUPER 10878723 - Pág. 1), chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado no DOU de 20 de abril de 2009 (SUPER 10878723 - Pág. 2), tendo o extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica sido publicado no DOU de 28 de julho de 2010 (SUPER 10878723 - Págs. 3-8).

24. No que pertine ao presente pleito, observou a SECOE ter a requerente apresentado seu pedido de renovação da outorga, relativa ao decênio de 2020 a 2030, no dia 11 de dezembro de 2019 (SUPER 4959613), ou seja, dentro do prazo legal vigente à época, pois a antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que tal manifestação deveria ocorrer entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, *in casu*, entre 28 de julho de 2019 a 28 de julho de 2020.

25. Feito esse importante histórico, cabe avançar na análise do presente pleito, com a verificação do atendimento a todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, segundo lista de verificação de documentos (SUPER 10877787).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

*"Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)*

*X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)*

*XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

*g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)*

27. Sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestou da seguinte forma:

#### " SUMÁRIO EXECUTIVO

(...)

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual."

28. Aduzindo, ademais, que:

"8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10877787). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

‘Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.’

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963."

29. Com efeito, foi juntado requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, como também a certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, demonstrando que os seus atuais quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10187908 - Págs. 1-2).

30. A respeito desse último ponto, aduziu a SECOE constar da Cláusula Dezenove da Consolidação do Contrato Social registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em 27 de abril de 2015, sob o nº 20157232450, *"a sociedade será administrada pelo sócio Andrei Nivaldo Vieira e Alfredo Lang, com poderes e atribuições de administrar individualmente (...)"* (SUPER 10986901 - Pág. 7).

31. Entende aquela Secretaria, portanto, que a legitimidade do pleito encontra-se demonstrada com assinatura de um dos representantes legais da pessoa jurídica interessada.

32. Em sequência, apurou que a entidade e seus sócios/dirigentes encontram-se em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 21 de junho de 2023 (SUPER 10966098 - Págs. 1-5).

33. Ainda segundo o SIACCO, constatou-se que a entidade explora serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, em duas localidades, quais sejam: Içara/SC e Chapecó/SC, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios administradores Alfredo Lang e Andrei Nivaldo Vieira não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão. Já a sócia Rosimar Petrelli Vieira participa do quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão de sons imagens, em Chapecó/SC.

34. Em sequência, acrescentou a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica não ter vislumbrado, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (10966098 - Págs. 11-13), informando a Coordenação-Geral de Fiscalização e Monitoramento – CGFM, assim, não se encontrar em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10967383).

35. Demais disso, constatou-se que a entidade apresentou, conforme documento SUPER 10877787:

- certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor;
- certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias;
- certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações; e
- certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor;

36. Concluiu, então, pelos documentos acostados, não se vislumbrar quaisquer elementos que desabonem a entidade, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuação do serviço de radiodifusão, estando em conformidade com toda a documentação necessária à renovação.

37. Salientou a área técnica, na oportunidade, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 04 de maio de 2021, a saber:

*"Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.*

*§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.*

*§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: I - a identificação da entidade, com:*

- a) a razão social;*
- b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;*
- c) o nome fantasia; e*
- d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); II - os dados da outorga, com:*
  - a) o estado e o município de execução do serviço; e*
  - b) a frequência, a classe e o canal de operação; III - os dados da estação, com:*
    - a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);*
    - b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;*
    - c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e*
    - d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e*

*IV - a data de emissão da licença.*

*V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.*

*§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.*

*§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a*



licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação."

38. No entender da área técnica, significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a entidade deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer na posse da entidade outorgada. Além disso, é obrigação da entidade outorgada possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

39. Explicitou ainda que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento, a entidade tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

40. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a entidade obteve licença para funcionamento da estação em 20 de fevereiro de 2023, com validade até 28 de novembro de 2026 (SUPER 10966098 - Pág. 14; e SUPER 10986931).

41. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica.

42. Por fim, quanto à minuta de decreto proposta, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos.

43. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "*Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação*".

44. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "*a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação*".

### III - CONCLUSÃO

45. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no presente processo, opina-se pela restituição dos atos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica – SECOE para prosseguimento.

À consideração superior.

Brasília, 2 de agosto de 2023.

LÍDIA MIRANDA DE LIMA  
Advogada da União

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250063841201967 e da chave de acesso 9e9b7171

---



Documento assinado eletronicamente por LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1242283179 e chave de acesso 9e9b7171 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LÍDIA MIRANDA DE LIMA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-08-2023 12:30. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO DIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 01602/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 01250.063841/2019-67

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora

1. Aprovo a conclusão do PARECER N. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr<sup>a</sup>. Lídia Miranda de Lima, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Universal Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, no período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA N° 6274/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Içara/SC, concedida à entidade Rádio Universal Ltda.
4. Conforme os termos do PARECER N. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 28 de julho de 2020 a 28 de julho de 2030.
6. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade Rádio Universal Ltda.
7. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
8. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 03 de agosto de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO DIFUSÃO

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250063841201967 e da chave de acesso 9e9b7171

---



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1243390540 e chave de acesso 9e9b7171 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-08-2023 14:26. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

---

**DESPACHO n. 01608/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 01250.063841/2019-67

INTERESSADOS: RÁDIO UNIVERSAL LTDA.

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER** n. 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do **DESPACHO** n. 01602/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 3 de agosto de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250063841201967 e da chave de acesso 9e9b7171

---



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1243826574 e chave de acesso 9e9b7171 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-08-2023 18:57. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília, 11 de setembro de 2023.

Aos Protocolo da SAJ, SAG e CC, e à CGINF

Assunto: **RENOV/FM - RÁDIO UNIVERSAL LTDA - Localidade de Içara/SC.**

1. Encaminhado EXM 470 2023 MCOM, para análise e providências.

EDIVALDO SOARES DE SOUSA  
Supervisor  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais



Documento assinado eletronicamente por **Edivaldo Soares de Sousa, Supervisor(a)**, em 11/09/2023, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4562977** e o código CRC **05D8EEF4** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3073/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de Exposição de Motivos nº 470/2023 MCOM.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 470/2023 MCOM (562945), do Ministério das Comunicações, referente ao Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, que trata da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, da permissão outorgada à RÁDIO UNIVERSAL LTDA, nos termos da Portaria nº 955, datada em 20 de novembro de 2006, publicada em 28 de novembro de 2006, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 81, de 2009, publicado em 20 de abril de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Içara, estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 11/09/2023, às 18:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4563324** e o código CRC **3DBC4EE6** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.063841/2019-67

SUPER nº 4563324

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

**Referência:** Exposição de Motivos nº 470/2023 MCOM (4562945) e respectivos anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Renovação de permissão outorgada à Rádio Universal Ltda.

**Trâmites do Processo:**

Despacho DIPUBL/CODOC/DIALOG/SA/SE/CC/PR (4562977), endereçado aos Protocolos da CC/PR, SAJ/CC/PR e SAG/CC/PR, e à CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 3073/GM/CC/PR (4563324), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR – órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 13/09/2023, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4567494** e o código CRC **C153C41E** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.063841/2019-67

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 332 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

<b>Interessado:</b>	RADIO UNIVERSAL LTDA
<b>Assunto:</b>	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
<b>Processo:</b>	01250.063841/2019-67

Senhor Secretário Especial Adjunto,

**I - RELATÓRIO**

- Trata-se do processo nº 01250.063841/2019-67, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [\[1\]](#), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RADIO UNIVERSAL LTDA** CNPJ nº 03.778.046/0001-24, no município de Içara, estado de Santa Catarina.
- Consta dos autos a Exposição de Motivos nº 470/2023-MCOM (562945), a Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

**II - ANÁLISE**

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação

dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

8. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica<sup>[2]</sup> a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

9. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o *constituente deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988*"<sup>[3]</sup>. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

10. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM <sup>[4]</sup>.

### III - CONCLUSÃO

11. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.063841/2019-67, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**HELOISA LINS MUNIZ DUBEUX**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*DE ACORDO.*

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

*APROVO.*

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)*

---

<sup>[1]</sup> A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

<sup>[2]</sup> Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

<sup>[3]</sup> RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luô. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

<sup>[4]</sup> Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 23/05/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 24/05/2024, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 24/05/2024, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5768723** e o código CRC **F1142B20** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil

Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 329/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.063841/2019-67.**INTERESSADO:** SAI/CC/PR.**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00470/2023 MCOM, de 31 de Agosto de 2023, do Ministério das Comunicações.**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Içara (SC).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00470/2023 MCOM (4558789), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.063841/2019-67, acompanhado da [Portaria nº 10.177, de 04 de agosto de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 28 de julho de 2020, no município de Içara, estado de Santa Catarina, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO UNIVERSAL LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 03.778.046/0001-24, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações<sup>\[1\]</sup>](#), em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão<sup>\[2\]</sup>](#).
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico nº 00519/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (4558781), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
  - Nota Técnica nº 6274/2023/SEI-MCOM, de 29 de junho de 2023 (4562963), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM) que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 28 de junho de 2023 (4558776), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social<sup>\[3\]</sup>](#); e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro<sup>\[4\]</sup>](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#). Cumpre registrar que a consulta revela que está em tramitação processo de transferência de titularidade da outorga do canal registrado sob o Fistel nº 50406044406, em favor da empresa RADIO CIDADE FM DE ICARA LTDA (CNPJ. nº 24.437.118/0001-40), conforme [Portaria MCOM nº 10.867, de 31 de outubro de 2023](#), no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.019250/2020-44.
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.778.046/0001-24
NOME EMPRESARIAL:	RADIO UNIVERSAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$200.000,00 (Duzentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ALEX BOFF PASSOS
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	ALFREDO LANG
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/06/2024 às 17:53 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [§ 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

**CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE**  
Assessora  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto.

Brasília, na data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

**JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS**  
Secretário Especial de Análise Governamental, Substituto  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landerdahl de Albuquerque, Assessor(a)**, em 26/07/2024, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 26/07/2024, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Secretário Especial substituto**, em 26/07/2024, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5789030** e o código CRC **07AD0249** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.063841/2019-67

SUPER nº 5789030

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.177, de 4 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2023, que renova, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à Rádio Universal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 714, de 30 de julho de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 10.177, de 4 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2023, que renova, a partir de 28 de julho de 2020, a permissão outorgada à Rádio Universal Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Içara, Estado de Santa Catarina.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício (5940005).

Encaminhe-se ao Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**MARCELO WEICK POGIESE**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.  
**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República